

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Compras Públicas Sustentáveis no Brasil: a percepção dos gestores e as perspectivas do programa

Cleison Martins de Brito

Orientador: José Aroudo Mota, Dr.

Dissertação de Mestrado

Brasília-DF, novembro de 2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Compras Públicas Sustentáveis no Brasil: a percepção dos gestores e as perspectivas do programa

Cleison Martins de Brito

Orientador: José Aroudo Mota, Dr.

Dissertação de Mestrado

Brasília-DF, novembro de 2014

Brito, Cleison Martins

Compras Públicas Sustentáveis no Brasil: a percepção dos gestores e as perspectivas do programa. / Cleison Martins de Brito

Brasília, 2014.

146 p. : il.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília.

1. Compras Públicas Sustentáveis. 2. Desenvolvimento Sustentável. 3. Produção e Consumo. I. Universidade de Brasília. CDS.

II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte da dissertação pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Cleison Martins de Brito

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Compras Públicas Sustentáveis no Brasil: a percepção dos gestores e as perspectivas do programa

Cleison Martins de Brito

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em política e Gestão Ambiental.

Aprovada por:

Aroudo José Mota, Doutor (CDS/UnB)
(Orientador)

Marcel Bursztyn, Doutor (CDS/UnB)
(Examinador Interno)

Adolfo Sachsida, Doutor (IPEA)
(Examinador Externo)

Brasília-DF, novembro de 2014

DEDICATÓRIA

Primeiramente a Deus, ser supremo que zelou pela minha saúde durante todo o processo de estudo. A saúde é primordial para realização de um bom trabalho.

Aos meus pais, Tereza Ferreira e Geferson Martins, pelo amor que sentem por mim, por toda a dedicação que sempre tiveram comigo, pela criação que ofereceram, pelos valores passados. Todos os atributos de personalidade e aspectos culturais que possuo vieram da convivência e dos bons ensinamentos que eles me passaram, eles me fortalecem para superar desafios.

À minha irmã por tudo.

À minha companheira e meus filhos que são fonte de inspiração para que cada vez mais, eu possa obter conhecimento, para melhorar a qualidade de vida no planeta e, promover o bem-estar desses que são meus compromissos pessoais para toda uma vida.

Em especial ao meu orientador, Professor Aroudo Mota, pela atenção e dedicação disponibilizada, principalmente, na fase de construção deste estudo. Uma pessoa muito simples e bem humorada que merece todo meu respeito.

AGRADECIMENTOS

A todos os professores que participaram destes dois anos de novas habilidades e conhecimentos.

Aos funcionários do CDS/UnB, pelo auxílio constante e o bom atendimento dedicado no decorrer do curso.

Aos colegas de mestrado em especial para o colega Abrão Neto que contribuiu bastante para a realização desta pesquisa.

A diretora de administração do FNDE que teve participação fundamental neste estudo ao conceder a entrevista semiestruturada.

RESUMO

O Estado brasileiro é um grande consumidor de bens e serviços e, deve usar a sua liderança de mercado para fomentar a implantação das Compras Públicas Sustentáveis com liderança tendo como meta principal promover sistemas produtivos adequados à qualidade social e ambiental. As Compras Públicas Sustentáveis já são realidade em vários países e também no Brasil. Analisar o processo de implantação das Compras Públicas Sustentáveis nos órgãos da Administração Pública Federal brasileira colabora de forma essencial para a implantação desse mecanismo de política pública. A presente pesquisa analisa por meio do método *Delphi*, a percepção dos gestores de compras públicas sobre o processo de implantação das compras públicas sustentáveis no Brasil, bem como avalia os fatores contributivos e os que têm dificultado sua implantação. Para isso, foi realizado o levantamento bibliográfico; revisão analítica da literatura nacional e internacional (dissertações de especialização e mestrado); relato das experiências dos principais governos; uso da pesquisa em sítios oficiais do governo e de periódicos científicos; participação em eventos nacionais e internacionais sobre o tema; revisão da norma existente sobre CPS; desenvolvimento de atividade de campo para realizar a entrevista no FNDE; uso do meio eletrônico e atividade de campo para aplicar os questionários aos especialistas em compras públicas. Conclui-se que os gestores de compras públicas percebem de forma positiva a implantação das Compras Públicas Sustentáveis no Brasil e apontam para o crescimento nos atuais valores e percentuais. Constata-se também que os gestores de compras públicas necessitam melhorar em vários quesitos relacionados às compras sustentáveis, tais como capacitação, conhecimento e expertise, segurança técnica, uso dos guias e manuais, entre outros. A estrutura dos órgãos públicos federais, igualmente, carece de investimentos pontuais como instituir equipes de trabalho, melhorar a estrutura física, a publicidade, o patrocínio, o diálogo com o setor produtivo, etc. A experiência em compras públicas do FNDE é indicada como referência para os demais órgãos.

Palavras-chave: Compras Públicas Sustentáveis; Desenvolvimento Sustentável; Produção e consumo.

ABSTRACT

The Brazilian government is a great consumer of goods and services, and should use its market leadership to foster the Public Purchases Sustainable implementation having as main goal promote productive systems appropriate to the social and environmental quality. Now a day, the Public Purchases Sustainable becomes already reality in many countries and also in Brazil. Analyze the process of Public Purchases Sustainable implementation in the Brazilian Federal public administration organs; it's the essential collaboration for the implementation of this mechanism of public policy. The present research analyzes by means of the Delphi method, the perception of the public purchases managers on the implementation process of public purchases sustainable in Brazil, as well as evaluates the contributory factors in which collaborated to hamper its implementation. For this reason, it was carried out the bibliographic studies; analytical review of the national and international literature (specialization dissertations and masters); several governments experiences relate; use also governments official sites to research and scientific journals; participation in national and international events related to the theme; review the existing standard on PSC; developing the field activities to perform the interview in the FNDE; the use of electronic means and field activity to fit the questionnaires to the public purchases specialists. It is concluded that the public purchases managers react positively the Public Purchases Sustainable implementation in Brazil and point to the growth in current values and percentages. It also notes that the public purchases managers need improving in several metrics related to sustainable purchases, such as training, knowledge and expertise, technical security, use of guides and manuals, among others. The structure of federal agencies, also, lacks one-off investments how to establish work teams, improve the physical structure, advertising, sponsorship, the dialog with the productive sector, etc. So, the FNDE experience in public purchases is indicated as a reference for the other components.

Keywords: Public Purchase Sustainable; Sustainable Development; Production and consumption.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Apresentação das diferentes fases de implantação do Processo de Marrakesh	32
Figura 2 - Apresentação dos mecanismos do Processo de Marrakesh	34
Figura 3 - Apresentação das sete Forças-Tarefa do Processo de Marrakesh	36
Figura 4 - Apresentação do esquema operacional do Plano de Ação para a Produção e Consumo Sustentáveis.....	39

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 - - Resultado da percepção dos gestores de compras sobre a evolução das CPS no Brasil (em % e R\$ milhões). Evolução de 2010 a 2015-2, sendo 2015-1 a mediana da primeira aplicação e 2015-2 a mediana da segunda aplicação..... 98
- Tabela 2 - Resultado da percepção dos gestores de compras sobre os recursos humanos – aspectos negativos e contributivos identificados na pesquisa 106
- Tabela 3 - Resultado da percepção dos gestores de compras sobre a estrutura dos órgãos públicos federais – aspectos que dificultam e os que contribuem para a implantação das Compras Públicas Sustentáveis 107
- Tabela 4 - Percepção dos gestores de compras sobre a evolução das CPS no Brasil (em % e R\$ milhões). Valores de 2013. Evolução (2015-1 a 2015-2) 2015-1 a mediana, quartil inferior e superior da primeira aplicação e 2015-2 as mesmas variáveis da segunda aplicação 120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos especialistas conforme o tempo de experiência em compras públicas.....	82
Gráfico 2 - Distribuição dos especialistas em compras públicas segundo o grau de escolaridade.....	82
Gráfico 3 - Distribuição da percepção dos especialistas sobre a participação das Compras Públicas Sustentáveis no total das compras governamentais para 2015.....	83
Gráfico 4 - Reaplicação do questionário. Distribuição da percepção dos especialistas sobre a participação das Compras Públicas Sustentáveis no total das compras governamentais para 2015.....	85
Gráfico 5 - Distribuição da percepção dos especialistas sobre o percentual de processos de Compras Públicas Sustentáveis realizados para adquirir bens por meio da modalidade Pregão Eletrônico para 2015.....	86
Gráfico 6 - Reaplicação do questionário. Distribuição da percepção dos especialistas sobre o percentual de processos de Compras Públicas Sustentáveis realizados para adquirir bens por meio da modalidade Pregão Eletrônico para 2015.....	87
Gráfico 7 - Distribuição da percepção dos especialistas sobre o valor das Compras Públicas Sustentáveis por meio da modalidade Pregão Eletrônico para 2015.....	88
Gráfico 8 - Reaplicação da pesquisa. Distribuição da percepção dos especialistas sobre o valor das Compras Públicas Sustentáveis por meio da modalidade Pregão Eletrônico para 2015.....	89
Gráfico 9 - Distribuição da percepção dos especialistas sobre o valor das Compras Públicas Sustentáveis realizadas por meio das Micro Empresas para 2015.....	90
Gráfico 10 - Reaplicação da pesquisa. Distribuição da percepção dos especialistas sobre o valor das Compras Públicas Sustentáveis realizadas por meio das Micro Empresas para 2015.....	91
Gráfico 11 - Distribuição da percepção dos especialistas sobre o valor das Compras Públicas Sustentáveis realizadas por meio das Pequenas Empresas para 2015.....	92
Gráfico 12 - Reaplicação da pesquisa. Distribuição da percepção dos especialistas sobre o valor das Compras Públicas Sustentáveis realizadas por meio das Pequenas Empresas para 2015.....	93
Gráfico 13 - Distribuição da percepção dos especialistas sobre a porcentagem de aquisições de bens definidos como sustentáveis pelos ministérios da Educação, Defesa e Previdência Social para 2015.....	94
Gráfico 14 - Reaplicação da pesquisa. Distribuição da percepção dos especialistas sobre a porcentagem de aquisições de bens definidos como sustentáveis pelos ministérios da Educação, Defesa e Previdência Social para 2015.....	95
Gráfico 15 - Distribuição da percepção dos especialistas sobre a porcentagem na aquisição de papel, ar condicionado e copo descartável para 2015.....	96
Gráfico 16 - Reaplicação da pesquisa. Distribuição da percepção dos especialistas sobre a porcentagem na aquisição de papel, ar condicionado e copo descartável para 2015.....	97
Gráfico 17 - Distribuição da percepção dos especialistas sobre a importância de desenvolver pesquisas, tecnologia/ inovação e itens definidos como sustentáveis.....	99
Gráfico 18 - Distribuição da percepção dos especialistas sobre o seu conhecimento e expertise na execução de Compras Públicas Sustentáveis.....	100
Gráfico 19 - Distribuição da percepção dos especialistas sobre as medidas apontadas como mais eficazes para implantar as Compras Públicas Sustentáveis no curto prazo.....	101

Gráfico 20 - Apresentação da percepção dos gestores de compras sobre a importância da realização de prévio estudo de mercado para os órgãos públicos 105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
CPS	Compras Públicas Sustentáveis
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
DRS	Desenvolvimento Regional Sustentável
DS	Desenvolvimento Sustentável
DIRAD	Diretoria de Administração
ECO 92	Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
EUA	Estados Unidos da América
FNDE	Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação
ICLEI	International Council for Local Environmental Initiatives
IN	Instrução Normativa
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OGM	Organismo Geneticamente Modificado
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PM	Processo de Marrakesh
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPCS	Plano de Ação para a Produção e o Consumo Sustentável
RIO 92	Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
RPN/FNDE	Registro de Preços Nacional do FNDE
UE	União Europeia
UnB	Universidade de Brasília
UNDESA	Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas
10YFP	10 Year Framework Program

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	
LISTA DE TABELAS	
LISTA DE GRÁFICOS	
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	
INTRODUÇÃO	13
OBJETIVO GERAL.....	16
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
JUSTIFICATIVA	17
ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	18
1 DOS IMPACTOS DA PRODUÇÃO A INCLUSÃO DOS IMPACTOS DO CONSUMO NO DEBATE AMBIENTAL INTERNACIONAL	22
2 A TRAJETÓRIA DAS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS RUMO AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	24
2.1 O CLUBE DE ROMA E A CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO.....	24
2.2 DA COMISSÃO BRUNDTLAND A CONFERÊNCIA DO RIO92: OS NOVOS CAMINHOS DO DEBATE INTERNACIONAL SOBRE OS PADRÕES PRODUÇÃO E CONSUMO	25
2.3 A AGENDA 21 E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA SUPERAR OS DESAFIOS GLOBAIS DE PRODUÇÃO E CONSUMO	27
2.4 A CONFERÊNCIA DE JOANESBURGO E O PLANO DE IMPLANTAÇÃO DA AGENDA 21	28
2.5 PROCESSO DE MARRAKESH: UM PROGRAMA RUMO AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS.....	29
2.6 A ADEÇÃO DO BRASIL AO PROCESSO DE MARRAKESH.....	37
2.7 AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA CONFERÊNCIA RIO+20	40
2.8 AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NO ANO DE 2014	41
3 LEVANTAMENTO DA LITERATURA E DAS EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS SOBRE AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	43
3.1 AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA EUROPA: EXPERIÊNCIAS DOS GOVERNOS	44
3.2 AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NOS GOVERNOS DA AMÉRICA DO NORTE	47
3.3 AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS NOS GOVERNOS ASIÁTICOS.....	48
3.4 AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA AMÉRICA DO SUL.....	50
3.5 AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA OCEANIA	51

3.6 ANÁLISE CRÍTICA DA EXPERIÊNCIA DOS GOVERNOS INTERNACIONAIS EM COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	52
4 LEVANTAMENTO DA LITERATURA INTERNACIONAL SOBRE AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	54
4.1 AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS EM PORTUGAL.....	54
4.2 AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NO PERU	59
4.3 ANÁLISE CRÍTICA DA LITERATURA INTERNACIONAL SOBRE COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS.....	60
5 LEVANTAMENTO DA LITERATURA DE COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NO BRASIL.....	61
5.1 ANÁLISE CRÍTICA DA LITERATURA DO BRASIL SOBRE COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS.....	73
6 MECANISMOS DE COMANDO E CONTROLE PARA AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	76
7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	81
8 A EXPERIÊNCIA EM COMPRAS PÚBLICAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE.....	108
9 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	118
10 REFERÊNCIAS	128
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

O governo brasileiro criou, em 1993, a Lei que institui as normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes à aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 estabelece as normas dos processos de compras públicas na esfera Federal, Estadual e Municipal.

As compras governamentais, que no Brasil movimentam em torno de 10 a 15% do PIB, afetam setores importantes da economia e têm um grande poder de influenciar os rumos do mercado. Cabe ao governo, como grande comprador, além de dar o exemplo, estimular uma economia “que resulte em melhoria do bem-estar humano e equidade social, ao mesmo tempo em que gere valor para a Natureza, reduzindo significativamente os impactos e riscos sociais e ambientais e a demanda sobre recursos escassos do ecossistema e da sociedade” (GUIA, 2012, p. 4).

A influência da questão ambiental sobre o meio econômico é, a cada dia, mais perceptível e valorizada. Então, em sintonia com o processo em curso nos outros países, principalmente, os desenvolvidos, o Estado brasileiro a partir do ano de 2010 avança em suas normas licitatórias e inclui princípios que valorizam o meio ambiente e os aspectos sociais nas compras públicas. A partir deste avanço legal o país adota formalmente as Compras Públicas Sustentáveis (CPS).

Segundo o autor do estudo, as Compras Públicas Sustentáveis encontra-se em pleno estágio de construção no Estado brasileiro e para cumprir com os seus objetivos ela propõe a mudança de paradigma na produção e no consumo dos governos. Proposta que inclui os critérios de sustentabilidade nas compras públicas de modo a promover a economia de recursos orçamentários e naturais, integrando as suas práticas a promoção social.

A licitação sustentável é uma solução para integrar considerações ambientais e sociais em todos os estágios do processo de compra e contratação dos agentes públicos (de governo) com o objetivo de reduzir impactos à saúde humana, ao meio ambiente e aos direitos humanos [...] A licitação sustentável é também conhecida como “compras públicas sustentáveis”, “ecoaquisição”, “compras verdes”, “compra ambientalmente amigável”, “licitação positiva”. (GUIA, 2012, p. 2).

Nesta pesquisa, opta-se pela denominação Compras Públicas Sustentáveis.

Esta pesquisa tem como problema perceber se a exigência de critérios de sustentabilidade nas compras públicas promove órgãos e gestores públicos federais que

valorizam a questão ambiental. De acordo com o que era estabelecido na principal lei de licitações, bem como na prática dos órgãos públicos, geralmente, a cultura para os processos licitatórios consideravam mais vantajosa à proposta que apresentava o menor preço. Mas, a evolução das normas licitatórias com a inclusão de critérios de sustentabilidade nas compras públicas possibilitou avaliar a inclusão de escolhas socioambientais que vão além do menor preço, o econômico. Com isso, o meio ambiente e os aspectos sociais podem ser agregados às normas licitatórias como critérios a serem cumpridos para fins de classificação no certame licitatório.

No processo das Compras Públicas Sustentáveis o Estado pode planejar todo o ciclo de vida dos produtos e serviços contratados. É um processo que fomenta a adoção de critérios ambientais e o controle dos ciclos produtivos das indústrias e empresas. O ciclo engloba a retirada do recurso na natureza, a sua entrada na cadeia produtiva, o modo de produção, transporte, consumo, durabilidade, destinação final bem como sua possível reintegração ao ciclo produtivo.

Desde 2010, ano da publicação das normas sobre Compras Públicas Sustentáveis o Estado brasileiro a cada ano aumenta os valores nas cifras de milhões de Reais em CPS. O montante ainda é pouco expressivo se comparado com o total gasto nas aquisições públicas. Observe a comparação tendo como base os dados, de 2012, referente aos gastos com as compras governamentais e os destinados, especificamente, as aquisições sustentáveis:

Em 2012, as compras governamentais dos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional movimentaram R\$ 72,6 bilhões na aquisição de bens e serviços por meio de 231,8 mil processos, levando em consideração todas as modalidades de contratação. Desses montantes, as compras sustentáveis responderam por cerca de R\$ 40 milhões, representando 0,1% do total gasto, e 1.481 processos de aquisições 0,6%. (BRASIL INFORMAÇÕES COMPRASNET, 2012, p. 2).

Representar 0,1% do total gasto é ínfimo diante do poder total de compras do Estado. A inserção de critérios de sustentabilidade nas compras públicas representa avanços no respeito ao meio ambiente. Visto que, o poder de compra do Estado brasileiro é significativo na economia nacional, então, a decisão do governo brasileiro em valorizar critérios de sustentabilidade por meio das aquisições e das prestações de serviços é um bom caminho para auxiliar na solução dos desafios que permeiam as utópicas metas do desenvolvimento sustentável.

Além da abrangência econômica e ambiental, as CPS abordam questões sociais, como, a existência de trabalho escravo, em condições desumanas, a inclusão de gênero, portadores de necessidades especiais, geração de empregos, entre outros. No mesmo sentido, as CPS possibilitam também a promoção de empregos e renda isto devido à expressiva participação das Microempresas e das Pequenas Empresas neste tipo específico de contratação como constatado no sítio Comprasnet do governo, na literatura e nas normas domésticas.

Em 2012, os micro e pequenos fornecedores venderam para o governo federal bens econômicos, social e ambientalmente responsáveis por meio de licitações que atingiram a cifra de R\$ 22,4 milhões. Esse montante representou um crescimento de 116% em relação ao ano anterior. No comparativo entre 2012 e 2010, as MPEs apresentaram um crescimento nas licitações sustentáveis da ordem de 237%. (BRASIL INFORMAÇÕES COMPRASNET, 2012, p. 3).

Como demonstrado, o tripé da sustentabilidade é valorizado nas Compras Públicas Sustentáveis. Então, pesquisar sobre as CPS é importante devido à relevância econômica, social e ambiental que o tema aborda. Acredita-se que uma das formas para compreender esta relevância é possível a partir da análise da percepção dos gestores de compras públicas e da identificação da estrutura dos órgãos da Administração Pública Federal (APF) em relação à implantação das CPS no Brasil.

O problema da pesquisa torna-se uma inquietação. Os órgãos e gestores da APF estão comprometidos e valorizam as questões ambientais. Dados extraídos do Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet) constata progresso nas Compras Públicas Sustentáveis, no entanto, em descompasso. Visto que alguns órgãos da administração direta, autárquica e fundacional se destacam em relação aos demais nas CPS.

No âmbito dos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, os Ministérios da Justiça, da Educação e da Defesa foram os que mais adquiriram bens sustentáveis no ano corrente. Juntos, esses órgãos responderam por 70% dessas contratações, com gastos da ordem de R\$ 12,2 milhões, R\$ 11,4 milhões e R\$ 4,2 milhões, respectivamente. (BRASIL INFORMAÇÕES COMPRASNET, 2012, p. 2).

O estudo é importante para acadêmicos em geral, principalmente, pesquisadores interessados pelo tema CPS, bem como para o próprio Estado brasileiro. De acordo com o levantamento da literatura, gestores de compras públicas, quando informados, atualizam-se e podem usar os conhecimentos construídos por esta e outras pesquisas sobre contratações públicas sustentáveis para melhorar suas práticas diárias. Então, esta pesquisa torna-se

relevante, visto que, o resultado e as sugestões propostas podem orientar o Estado brasileiro e contribuir para o processo em curso de implantação de políticas públicas para as Compras Públicas Sustentáveis.

A partir do resultado da pesquisa sobre a percepção dos gestores e a estrutura dos órgãos públicos federais, este estudo sobre CPS pode trazer novas informações para orientar a direção a ser tomada nas políticas públicas do setor. Além do exposto, as CPS conforme o decreto 7.746/2012 art. 4º tem como diretrizes:

I - Reduzir o impacto sobre recursos naturais, como flora, fauna, ar, solo e água; II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; IV – Maior geração de empregos, preferencialmente, com mão de obra local; VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras. (DECRETO, 2012, p. 1).

As determinações do art. 4º elencam a gama de benefícios ambientais, sociais e econômicos que a aplicação dos critérios de sustentabilidade promove nas compras públicas e, conseqüentemente, na sociedade brasileira. Compreender os distintos estudos e as variadas metodologias que abordam as CPS possibilita para o meio científico, acadêmico e social a troca de saberes objetivando atingir a melhor aplicação dos recursos públicos destinados as aquisições públicas.

A lógica é que não foram analisados todos os estudos sobre o tema, contudo, na literatura pesquisada observa-se que nenhuma das pesquisas usou método específico para obter a percepção dos gestores de compras públicas sobre a inclusão dos critérios de sustentabilidade ao certame licitatório. Na percepção desta pesquisa os estudos até então produzidos são carentes deste tipo de análise, fato que pode ser considerado nobre para justificar os objetivos desta pesquisa.

OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do estudo é analisar o processo de implantação das Compras Públicas Sustentáveis nos órgãos da Administração Pública Federal brasileira.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar por meio do método *Delphi* a percepção dos gestores de compras dos órgãos da Administração Pública Federal sobre o processo de implantação das Compras Públicas Sustentáveis no Brasil.

- Avaliar os fatores contributivos e os que têm dificultado a implantação das Compras Públicas Sustentáveis na estrutura dos órgãos da Administração Pública Federal brasileira.

JUSTIFICATIVA

De acordo com o levantamento e a análise bibliográfica, documental, por meio de sítios, bem como a participação em seminários, cursos e fóruns sobre Compras Públicas Sustentáveis. Uma das percepções é que, apesar de ser praticada há poucos anos no Brasil, o tema CPS já dispõe de diversas iniciativas em órgãos públicos de todo o mundo. Pesquisas, tecnologias e programas são outras iniciativas identificadas. As CPS são praticadas e encontra-se em processo de implantação há bem mais tempo nos países desenvolvidos.

Porém, como dito, a atual pesquisa não encontrou nenhum estudo que tenha os mesmos objetivos e métodos aqui propostos. Então, por este e outros motivos até aqui expostos a pesquisa torna-se relevante, pois, espera-se como resultado trazer a atual percepção dos gestores de compras e a estrutura dos órgãos da APF sobre o processo de implantação das Compras Públicas Sustentáveis no Brasil. Estas informações podem ser importantes para acrescentar conhecimento ao meio científico/acadêmico bem como ao Estado brasileiro. A contribuição pode ser significativa para o processo em curso no Brasil de implantação de políticas públicas de relevância social, econômica e ambiental.

As Compras Públicas Sustentáveis são significativas para auxiliar o país na promoção do desenvolvimento nacional sustentável. O presente trabalho percebe a contribuição das CPS como uma ferramenta aplicável aos desafios relacionados à sustentabilidade no Brasil e no mundo.

O Estado brasileiro desenvolveu normas, guias e manuais que são possibilitam promover contratações responsáveis, eventos sobre CPS, entre outras iniciativas. No entanto, não se sabe ainda, por exemplo, qual é a percepção dos gestores de compras sobre o uso dos guias de CPS, qual é a percepção dos gestores sobre a estrutura existente nos órgãos públicos para dar suporte à implantação das CPS, dentre outras indagações que ainda não possuem respostas.

Tantas dúvidas instigam a investigação e orientam a proposta desta pesquisa. Porque além da percepção contida nas normas existentes e o que argumentam os estudos analisados, identificar como é percebida as CPS pelos atores diretamente envolvidos no processo, os gestores de compras, pode ser a peça chave para impulsionar o processo de implantação das CPS no Brasil, dado que maiores investimentos em recursos humanos e em estrutura organizacional pode ser a ação mais urgente. Para isso, a orientação decorrente dos resultados, análises, sugestões e conclusões deste estudo são úteis.

Então, é preciso entender como a inclusão dos critérios de sustentabilidade nos processos licitatórios os afetou. Qual é a melhor maneira de orientá-los? Quais são as principais carências estruturais? De capacitação? Isto precisa ser respondido. Por isso, a pesquisa se propõe a investigar estes e outros assuntos que foram inseridos nos questionários específicos da pesquisa de forma planejada para atender aos objetivos ora propostos.

Como meio de justificar o conjunto desta pesquisa parte-se do princípio que os recursos humanos (gestores públicos) e a estrutura dos órgãos da APF podem representar os fatores que têm dificultado a implantação das Compras Públicas Sustentáveis no Brasil. Então, para investigar isto, está em curso a presente pesquisa. Ser pragmático nesta pesquisa é fundamental, pois, a ideia é que, identificar os entraves pode gerar funcionalidade e precisão nos investimentos em Compras Públicas Sustentáveis.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A literatura demonstra que, provavelmente, por se tratar de um tema recente no meio científico existe a demanda de formalizar os conceitos e obter informações sobre as Compras Públicas Sustentáveis para que sejam adotadas medidas que possibilitem a extensão desta prática nos órgãos públicos nacionais bem como nos demais atores possíveis.

De modo a esclarecer o arcabouço da investigação e identificar o prévio conhecimento que orientou o estudo, vale ressaltar que a pesquisa possui o uso do conhecimento empírico tendo em vista dez anos de experiência em compras públicas vividos pelo autor.

Como material, os instrumentos utilizados para a coleta de dados são dois questionários elaborados especificamente com base nos objetivos sugeridos para a pesquisa. No

planejamento do questionário as perguntas foram divididas por categorias e, seguindo as orientações da literatura pesquisada sobre o método adotado, as questões estão divididas entre fechadas e abertas. As três categorias foram idealizadas para atender a todos os objetivos e ao problema de pesquisa. O questionário foi aplicado aos especialistas por meio eletrônico e presencial. O questionário no formato eletrônico foi desenvolvido no Google, por meio da ferramenta Drive. O outro material é um roteiro de entrevista usado para perceber a experiência em compras públicas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O primeiro questionário aplicado é constituído por 34 questões. Na primeira categoria, as perguntas têm a finalidade de identificar os especialistas, o e-mail, o cargo/função e a sigla do órgão/UF no qual trabalham. Estes dados não são analisados. No entanto, possuem seu valor, sendo estas informações úteis no momento da organização dos dados e submissão estatística. Ainda na primeira categoria tem duas questões que são analisadas, o nível de escolaridade e o tempo de experiência em compras públicas. Estes dados são analisados e estipula-se a média de no mínimo cinco anos de experiência para os especialistas participantes desta pesquisa.

A segunda categoria contempla as sete questões abertas do questionário. Estas questões são analisadas de acordo com o método *Delphi* para extrair do resultado a mediana, o quartil inferior e o quartil superior. De acordo com o método as questões abertas devem ser reaplicadas para com isso obter o maior consenso possível entre os especialistas em compras públicas pesquisados. A terceira categoria do questionário contém as perguntas fechadas que são analisadas por meio do método quantitativo.

Para desenvolver e apresentar os resultados desta pesquisa, as informações obtidas no questionário foram tabuladas e submetidas à análise estatística utilizando-se da abordagem quantitativa dos dados. O método *Delphi* é usado nesta pesquisa, dado que “[...] a abordagem quantitativa busca indicadores e tendências observáveis” (BOTELHO e CRUZ, 2013, p. 52). Segue o detalhamento dos métodos.

Para a análise do objetivo geral desta pesquisa o autor realizou o levantamento bibliográfico para posterior revisão analítica da literatura nacional e internacional (dissertações de especialização e mestrado); relatou as experiências dos principais governos;

fez uso da pesquisa em sítios oficiais do governo e de periódicos científicos; participou de eventos nacionais e internacionais sobre o tema; revisou a norma existente sobre CPS; desenvolveu atividade de campo para realizar a entrevista; usou o meio eletrônico e realizou atividade de campo para aplicar os questionários aos especialistas em compras públicas.

O primeiro objetivo específico do estudo propõe analisar a percepção dos gestores de compras públicas federais sobre a implantação das CPS no Brasil. Para este objetivo será usado o método *Delphi*, exclusivamente, nas perguntas abertas do questionário, segunda categoria. Para este fim o material de coleta de dados são dois questionários específicos aplicados na forma eletrônica e presencial, respectivamente, via e-mail e trabalho de campo. As questões incluídas nos questionários foram elaboradas para atender a este objetivo, sendo as questões no formato aberto aplicáveis para atender ao exigido pelo método *Delphi*. Para diferenciar e não confundir os especialistas o segundo questionário foi denominado de “Reaplicação da Pesquisa”.

De acordo com o método *Delphi*, o conjunto de dados foi organizado e depois submetido à estatística descritiva por meio do Software IBM SPSS *Statistics* para identificar a mediana, o quartil superior e o quartil inferior. A partir da identificação o resultado das questões abertas é informado aos especialistas que, após conhecer o resultado, recebem a Reaplicação da Pesquisa para responder, agora, ciente da opinião da amostra ordenada das respostas dos especialistas bem como as principais justificativas apresentadas. De acordo com o método, o questionário é reaplicado quantas vezes for preciso, geralmente duas ou três vezes, até que o resultado aproxime-se do consenso.

O segundo objetivo específico é avaliar os fatores contributivos e os que têm dificultado a implantação das Compras Públicas Sustentáveis nos órgãos da Administração Pública Federal brasileira. Para isso, foram elaboradas no questionário perguntas fechadas sobre distintos assuntos, sobretudo, aqueles que trazem informações sobre a estrutura e o apoio dos órgãos da APF aos gestores de compras públicas frente ao desafio de implantação das CPS. Os dados obtidos por meio do questionário foram tabulados, posteriormente, submetidos ao método quantitativo e analisados por meio do programa estatístico *IBM SPSS Statistics* para calcular a média. Acredita-se que o resultado demonstre o atual estado da estrutura e o apoio que os órgãos públicos federais oferecem aos gestores públicos para promover a implantação das CPS.

O método de entrevista também é usado neste estudo, exclusivamente, para identificar e publicar a diferenciada experiência de compras públicas praticada na APF brasileira. Trata-se do modelo de gestão de compras Registro de Preços Nacional do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Conforme Wright e Giovinazzo (2013, p. 2) “A técnica *Delphi*, é um método para o planejamento em situação de carência de dados históricos ou nas quais se pretende estimular a criação de novas ideias”. O método *Delphi* mostra-se muito útil quando se pretende realizar uma análise qualitativa do mercado. Visto que ele permite a projeção de tendências futuras em face de descontinuidade tecnológicas e mudanças socioeconômicas.

De acordo com Wright e Giovinazzo (2013, p. 3),

Em linhas gerais, o método *Delphi* consulta um grupo de especialistas a respeito de eventos futuros através de questionário, que é repassado continuadas vezes até que seja obtida uma convergência das respostas, um consenso, que representa uma consolidação do julgamento intuitivo do grupo. Pressupõe-se que o julgamento coletivo, ao ser bem organizado, é melhor do que a opinião de um só indivíduo. O anonimato dos respondentes, a representação estatística da distribuição dos resultados, e a possibilidade do *feedback* das respostas do grupo para reavaliação nas rodadas subsequentes são as principais características deste método.

O método evoluiu para incorporar estratégias capazes de propor políticas públicas, cuja técnica visa apoiar a definição de políticas, conhecido com *Delphi of policy*. Wright e Giovinazzo (2013, p. 4) apontam que “O método garante o anonimato dos especialistas e suas respostas, construção do conhecimento de forma coletiva e possibilidade dos especialistas reverem suas respostas e responder novamente apoiado pela percepção do grupo”.

1 DOS IMPACTOS DA PRODUÇÃO A INCLUSÃO DOS IMPACTOS DO CONSUMO NO DEBATE AMBIENTAL INTERNACIONAL

O foco deste capítulo da pesquisa é demonstrar a entrada dos impactos da produção e do consumo no debate ambiental internacional.

Seguindo as orientações da teoria de Thomas Malthus (1798), o crescimento da população mundial, sobretudo, o dos países em desenvolvimento, representa forte ameaça ambiental. É claro que o aumento da população mundial não é a principal causa dos impactos ambientais, mas, certamente, é um fator que colabora para provocar distintas pressões no meio natural. Porém, percebe-se que o modo como se produz para esta crescente população é o que deve ser remodelado. Constata-se que a evolução no processo de discussão ambiental internacional, pós-Estocolmo, aponta para problemas bem mais amplos, isto é, as questões ambientais vão além do crescimento da população e dos seus meios de produção.

Sobre a teoria de Malthus, de acordo com Bursztyn e Bursztyn (2012, p. 55),

Já se passaram mais de dois séculos desde que Malthus (1766-1834) alertou, em 1798, para o descompasso entre o rápido crescimento da população e o não tão rápido aumento dos meios de subsistência. Naquela época houve uma aceleração do crescimento demográfico, juntamente com um processo de urbanização, característico da Revolução Industrial. As transformações no sistema produtivo, que aumentavam a produção e a produtividade nas indústrias, não haviam ainda atingido o meio rural. O resultado – e foi isso que levou a advertência de Malthus – foi um descompasso entre o aumento da demanda por mantimentos e redução da oferta.

Ao analisar a evolução do discurso sobre produção e consumo sustentável no debate internacional, Portilho e Russo (2008) argumentam que até a década de 1970 o poder industrial dos países desenvolvidos delineou de forma restrita e suprema a questão ambiental, atribuindo a crise ambiental ao crescimento demográfico que ocorre nos países em desenvolvimento. Sustentado por pensadores neomalthusianos, a ideia é que, a crescente humanidade causaria pressão sobre os recursos naturais esgotando-os. Esta atribuição desvia as nações desenvolvidas, por décadas, de analisar os seus padrões de produção e consumo, bem como seus próprios compromissos com a crise ambiental.

E mesmo com a evolução no discurso segundo Portilho e Russo (2008) o entendimento sobre consumo é limitado no relatório “Os Limites do Crescimento” publicado em 1972 pelo Clube de Roma.

Pensar além do crescimento populacional e dos modos de produção capitalista possibilitou constatar que, além destes aspectos, o modelo de consumo proposto pelo capitalismo praticado por considerável parcela da população mundial também representa o mesmo perigo, ou mais, ao equilíbrio ambiental. Visto que Portilho e Russo (2008, p. 2) destacam que a “percepção dos padrões e níveis de consumo como raiz da crise ambiental” somente foi possível, após o longo processo de debate ambiental internacional promovido pelas Nações Unidas.

O debate foi válido visto que a partir da década de 1990, intensifica-se a repercussão dos impactos causados ao meio ambiente pelos atuais modelos de produção e consumo vigentes. Esta percepção identifica que a problemática ambiental necessita ser redefinida, “levando à emergência de um novo discurso dentro do ambientalismo internacional” Portilho e Russo (2008, p. 2). Esta redefinição da questão ambiental foi possível a partir da alteração no discurso dos problemas ambientais. O debate mudou da inquietação com os impactos ambientais vinculados à produção para uma inquietação com os impactos relacionados ao consumo e aos estilos de vida (PORTILHO; RUSSO, 2008).

Na percepção de Portilho e Russo (2008, p. 2),

Dentro deste contexto, surgiram novos discursos e propostas de política ambiental na esfera do consumo, como as propostas de “consumo verde” e “consumo sustentável”. Este tema vem, desde então, deixando a periferia das estratégias de ação em prol do meio ambiente para ganhar centralidade. Embora inicialmente compreendido como restrito à esfera de ação de consumidores individuais preocupados com a questão ambiental, que se auto-atribuem responsabilidades com as externalidades de suas escolhas de consumo, o tema do consumo sustentável vem penetrando outras esferas de ação e de política ambiental, chegando finalmente a atingir as esferas políticas internacionais.

Perceber as melhores práticas internacionais de produção e consumo e adequá-las a realidade de compras públicas do Estado brasileiro é fundamental para esta pesquisa. Então, vale ressaltar que a partir da centralidade adquirida no discurso e da proposta de se tornar política ambiental, o tema consumo sustentável se expande e insere a percepção de que os órgãos públicos e privados também consomem, e como destaque, são responsáveis por grandes quantias de consumo ambiental (Portilho e Russo, 2008).

A necessária mudança nos modos de produzir e consumir a caminho de uma forma mais sustentável é incluso no debate internacional, ainda de forma tímida, a partir da publicação,

em 1987, do relatório “Nosso Futuro Comum”. E solidifica sua permanência no discurso, “durante as preparações diplomáticas da Rio92, quando as negociações preliminares formaram o pano de fundo para controversos debates sobre a contribuição relativa das práticas de consumo para os problemas ambientais globais” Portilho e Russo, (2008, p. 4).

Estes documentos iniciam um novo momento do pensamento político ambiental internacional, guiados por uma abordagem que sugere mudança nos padrões de produção e consumo das nações, bem como nos estilos de vida. De acordo com Portilho e Russo (2008, p. 5) “No período pós-Rio92, o debate sobre consumo ganha novo status e importância progressiva como questão de política ambiental”.

2 A TRAJETÓRIA DAS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS RUMO AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

A preocupação com os impactos ambientais provocados pelas diversas intervenções humanas sobre o meio ambiente, sobretudo, nos recursos naturais, não é recente na história da humanidade. “Pode-se dizer que o movimento ambiental começou séculos atrás como uma resposta à industrialização. No século XIX, os poetas britânicos exaltavam as belezas da natureza,” (ONU, 2014, p. 1).

Porém, no século XX, a partir do acontecimento atômico e, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial, que realmente é aceso o alerta ambiental da humanidade. O clima é de Guerra Fria e ameaça de poluição radioativa. Neste mesmo período, o livro “A Primavera Silenciosa” de Rachel Carson faz outro alerta, agora sobre o uso de pesticidas químicos na agricultura. A partir deste estado de preocupação o movimento ambientalista toma novo fomento (ONU, 2014).

2.1 O CLUBE DE ROMA E A CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO

Fundado em 1968, o Clube de Roma ficou conhecido, em 1972, após publicar o relatório “Os Limites do Crescimento”. O relatório tratava de problemas importantes que afetariam as projeções de progresso da humanidade. Problemas como: o crescimento populacional, energia, poluição, meio ambiente, ente outros. As projeções do relatório indicavam esgotamento dos recursos naturais e evolução dos processos produtivos. Ambos

não se confirmaram. O Relatório influenciou diretamente o caminho dos debates na Conferência de Estocolmo e, além do compromisso de orientar a Conferência, buscou sensibilizar e envolver a humanidade em ações direcionadas à preservação do meio ambiente (ONU, 2014).

Embora o relatório “Os Limites do Crescimento” tenha ampliado o discernimento público sobre as adversidades ambientais, sua compreensão sobre o consumo é limitada, além de falhar em entender como as ações de provisão e abastecimento colaboram para a crise ambiental (PORTILHO e RUSSO, 2008).

Em 1972, a ONU realizou a Conferência das Nações Unidas Sobre o Ambiente Humano na cidade de Estocolmo na Suécia. A Conferência de Estocolmo foi um marco, momento no qual a temática ambiental ingressa na agenda global. De Estocolmo resultou uma Declaração final composta por 19 (dezenove) princípios que constituem o Manifesto Ambiental. “O Manifesto Ambiental estabeleceu as bases para a nova agenda ambiental do Sistema das Nações Unidas” (ONU, 2014, p. 1). As bases para a Agenda 21.

Em circunstância da Conferência de Estocolmo, em 15 de dezembro de 1972 foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), para coordenar as ações da ONU sobre as questões do meio ambiente global (ONU, 2014).

Na proposição da Conferência de Estocolmo torna-se necessário indicar o caminho para que a ONU analise os problemas ambientais e concentre os esforços dos governos e das sociedades, detectando os aspectos que seriam combatidos por meio de acordos e cooperações internacionais. Apesar disso, Portilho e Russo (2008, p. 4) nos revela que mesmo após a Conferência “a iniquidade na distribuição, acesso e gestão dos recursos naturais do planeta, os valores, os estilos de vida e os padrões e níveis de consumo permanecem distantes do debate ecológico”.

2.2 DA COMISSÃO BRUNDTLAND A CONFERÊNCIA DO RIO92: OS NOVOS CAMINHOS DO DEBATE INTERNACIONAL SOBRE OS PADRÕES PRODUÇÃO E CONSUMO

“Em 1983, o Secretário-Geral da ONU convidou a médica Gro Harlem Brundtland, mestre em saúde pública e ex-Primeira Ministra da Noruega, para estabelecer e presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento” (ONU, 2014, p. 2). A Comissão Brundtland elaborou e, em abril de 1987, tornou público o relatório “Nosso Futuro Comum” que encaminha para o debate público o conceito de desenvolvimento sustentável (ONU, 2014).

Portilho e Russo (2008, p. 4), sobre o relatório “Nosso Futuro Comum” da Comissão Brundtland, afirmam que:

Sustenta que os países em desenvolvimento estão cercados por sérios problemas ambientais amplamente atribuídos aos efeitos da pobreza, crescimento populacional e iniquidade, nos termos do comércio internacional e do desenvolvimento tecnológico. Desta forma, o relatório estimula importante virada no discurso político dominante fazendo surgir, embora de forma inicial, um reconhecimento formal da desigual contribuição dos diferentes estilos de vida na degradação ambiental.

Analisar o conceito de DS não é o objetivo central desta pesquisa. Mas, é a partir da introdução deste conceito no diálogo global e das recomendações da Comissão Brundtland que surge o ambiente propício para a realização, em 1992, no Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Também conhecida como Rio92 ou Cúpula da Terra (ONU, 2014).

Nas preparações diplomáticas da Rio92 que antecederam o evento começou o debate sobre produção, consumo e estilo de vida sustentável. Assim, as negociações iniciais tornaram possíveis controversos debates sobre o impacto das más práticas de consumo sobre o meio ambiente. Essa preparação foi fundamental para inclusão concisa do tema consumo no diálogo internacional e para orientar a edição de importantes documentos que resultaram da Rio92 (PORTILHO e RUSSO, (2008).

Foram diversas as contribuições proporcionadas pela Rio92 para o meio ambiente global, para reforçar, dela surgiram Acordos, Convenções, a Agenda 21, etc. No entanto, além dos documentos citados acima, outra colaboração foi despertar em importantes nações do globo o sentimento de melhoria nas práticas de consumo. E isto é corroborado por Portilho e Russo (2008, p. 4) quando as autoras argumentam que “instituições políticas influentes começam a identificar a responsabilidade pelos problemas ambientais globais nas práticas dos

consumidores afluentes, tanto das nações desenvolvidas quanto daquelas em desenvolvimento”.

Como dito, da Rio92 resultaram documentos relevantes como a Convenção da Biodiversidade, a Convenção de Mudanças Climáticas, declaração de princípios, entre outros, mas, para o assunto abordado nesta pesquisa, a Agenda 21 global é o documento mais importante da Rio92. Pois, de forma estratégica, na adesão a Agenda 21 global “os governos delinearam um programa detalhado para a ação para afastar o mundo do atual modelo insustentável de crescimento econômico” (ONU, 2014, p. 3).

2.3 A AGENDA 21 E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA SUPERAR OS DESAFIOS GLOBAIS DE PRODUÇÃO E CONSUMO

A criação da Agenda 21 foi fundamental para incluir as Compras Públicas Sustentáveis no rol de ações da ONU, visto que a Agenda extravasa a questão ambiental e aborda, além de outros objetivos, os atuais padrões de produção, consumo e estilo de vida que provocam impactos ao meio ambiente. A partir deste documento as Nações Unidas afirmam de forma explícita as relações que existem entre a produção, o consumo, e os desafios do Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2014).

Ao analisar as propostas de implantação da Agenda 21 Betiol (2012, p. 80) destaca que,

As recomendações da Agenda 21 para a implantação de um modelo de consumo sustentável estimulou a adoção de instrumentos econômicos inovadores, baseados em incentivos econômicos e na internalização dos custos ambientais, **induzindo o comportamento das pessoas e das organizações para a proteção do meio ambiente e da sociedade.** (Grifo nosso).

O capítulo 4 da Agenda 21 é dedicado a orientar os países a transformar os meios de produção e consumo da forma mais adequada à sustentabilidade. Neste capítulo da Agenda existem duas áreas de programas: “avaliação dos padrões insustentáveis de produção e consumo; e desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo” (BRASIL, Agenda 21, p. 1).

Se bem analisado, as Compras Públicas Sustentáveis (CPS), que neste período inicial da Agenda 21 ainda não existiam oficialmente no sistema das Nações Unidas, estão vinculadas

as duas áreas de programas do capítulo 4 da Agenda 21. Uma vez que, sua estratégia de implantação possibilita avaliar os padrões insustentáveis, identificar os desafios e oferecer soluções para produzir e consumir o mais sustentável possível. Contudo, para isso, as Compras Públicas Sustentáveis (CPS) necessitam de políticas específicas que fomentem alterações no atual modo de produzir e consumir do Estado, da indústria, das empresas e da sociedade. Ou seja, as CPS ocupam posição tática para o desenvolvimento das áreas de programa do capítulo 4 da Agenda 21. Neste sentido, Betiol (2012, p. 80) argumenta que,

Em especial menciona-se o item 4.23 que aponta o papel de liderança dos Governos nessa transformação, trazendo as compras públicas como ferramenta econômica para o cumprimento deste desiderato, especialmente nos países onde o setor público ocupa uma posição preponderante na economia, podendo exercer considerável influência tanto sobre as decisões empresariais como sobre as opiniões do público. Consequentemente, esses Governos devem examinar as políticas de aquisição de suas agências e departamentos de modo a aperfeiçoar, sempre que possível, o aspecto ecológico de suas políticas de aquisição.

Aqui nesta pesquisa o item 4.23 da Agenda 21 é o marco, que ressalta o poder de compra das nações e inclui as compras públicas como mecanismo econômico propício para fomentar nos países condições de produção e consumo sustentável.

Para analisar e progredir em direção aos compromissos assumidos na Rio92 “A Assembleia Geral das Nações Unidas realizou uma sessão especial em 1997, chamada de “Cúpula da Terra + 5” para revisar e avaliar a implementação da Agenda 21, e fazer recomendações para sua realização” (ONU, 2014, p. 4). Conforme os caminhos recomendados na sessão especial constata-se ser preciso ações nos países para efetivar a implantação da Agenda 21 em nível local, nacional e global.

2.4 A CONFERÊNCIA DE JOANESBURGO E O PLANO DE IMPLANTAÇÃO DA AGENDA 21

Então, dando continuidade a trajetória das Conferências Internacionais sobre meio ambiente, em 2002, é realizada a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, África do Sul, momento no qual foi realizada uma nova avaliação da Rio92.

A avaliação apontou que, de modo geral, passados dez anos da Rio92 as nações não adotaram ações efetivas para promover a implantação da Agenda 21. Constata-se que a ineficiência nas ações permaneceu durante uma década mesmo diante da mudança na

percepção internacional sobre as políticas de meio ambiente. A modificação no entendimento político ambiental internacional foi possível, a partir de 1990 quando ocorre “a intensificação da percepção do impacto ambiental dos padrões e níveis de consumo e surgem novas propostas de política ambiental, como consumo verde, sustentável e responsável” (PORTILHO; RUSSO, 2008, p. 2). Estas novas propostas de consumo coadunam com propostas de implantação da Agenda 21.

Diante da avaliação negativa de implementação da Agenda 21, ainda em 2002, é aprovado o Plano de Implementação de Joanesburgo (PIJ). O PIJ foi importante, pois, a partir dele as políticas ambientais propostas para a questão da produção e consumo que, na prática, estavam ausentes dos acordos e convenções internacionais agora são inclusas (PORTILHO; RUSSO, 2008).

2.5 PROCESSO DE MARRAKESH: UM PROGRAMA RUMO AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

De acordo com a reportagem intitulada “A população mundial pode chegar a 12 bilhões de pessoas em 2100” publicada em setembro de 2014, as projeções para o crescimento demográfico mundial são as seguintes, o Globo (2014, p.1),

Diferentemente do que afirmam estimativas, o número de habitantes da Terra não vai deixar de crescer neste século. Há 70% de chances de que a população mundial, hoje de 7,2 bilhões de pessoas, atinja um patamar entre 9,6 e 12,3 bilhões em 2100, de acordo com um estudo publicado na revista “Science”. A África será a principal responsável por esse fenômeno. No continente negro, a quantidade de indivíduos pode mais que quintuplicar, passando de 1 bilhão para 3,1 bilhões a 5,7 bilhões.

Diante deste quadro de crescimento populacional e da consequente pressão sobre os recursos naturais as Nações Unidas oferecem uma alternativa para equilibrar este descompasso inversamente proporcional, onde a demanda por recursos naturais cresce e a oferta dos mesmos tende a reduzir. Esse descompasso implica no desenvolvimento de estratégias para reverter o cálculo a favor do meio ambiente.

Então, neste contexto de reversão é proposto o Processo de Marrakesh que se enquadra perfeitamente na ocasião. Ciente do aumento da população e dos seus respectivos impactos ambientais o Pnuma sugere que os meios de produção sejam revistos com a finalidade de melhorar a eficiência produtiva e evitar desperdícios, bem como aponta que a atual cultura

capitalista de consumo excessivo proporciona um estilo de vida humano inadequado com a capacidade ambiental da Terra.

Responder a este duplo desafio é uma tarefa muito complexa. Sobre o uso eficiente dos recursos naturais e como resposta ao duplo desafio o Pnuma (2014a, p.1) argumenta que,

A elevação dos níveis de produção, comércio e consumo de materiais para responder à crescente demanda por alimentos, água doce, madeira, fibras e combustível está entre as maiores ameaças ambientais de nosso tempo. O crescimento econômico e o atendimento às necessidades básicas da população mundial não podem ser sustentados pelos atuais padrões de produção e consumo. Ao mesmo tempo, uma grande parcela da população mundial está ainda consumindo muito pouco para as suas necessidades básicas. Responder a este duplo desafio requer uma combinação de políticas novas, investimento redirecionado, aplicação de tecnologias ambientalmente saudáveis, cooperação internacional e capacitação para reformular as economias nacionais, bem como a economia global.

Em 2002, o Plano de Implantação de Joanesburgo propôs um conjunto de programas com duração de 10 anos para apoiar e fortalecer iniciativas regionais e nacionais que promovam modificações no modelo de produção e consumo dos países, principalmente, os ocidentais. Este marco de programas na sigla em inglês denomina-se (10YFP), que significa (*10 Year Framework Programmes*). O programa (10YFP) também é conhecido como Processo de Marrakesh por ter resultado de importante reunião, em 2003, na cidade de Marrakesh no Marrocos.

O que se nota no PIJ é que as ações propostas às nações no documento da Agenda 21 permaneciam apenas no papel. Então, a partir deste diagnóstico nota-se a necessidade de identificar os desafios e criar mecanismo que dê condições de implantação a Agenda. Como resposta aos desafios e proposta de mecanismo para implantação de parte das recomendações contidas nos itens da Agenda 21, o Processo de Marrakesh “foi concebido para dar aplicabilidade e expressão concreta ao conceito de Produção e Consumo Sustentável (PCS).” (BRASIL MMA, 2014, p. 1).

O Plano de Implantação de Joanesburgo surge como um forte chamado ao mundo, um apelo “propondo a elaboração de um marco de programas com duração de dez anos (10YFP) para apoiar e fortalecer iniciativas nacionais e regionais que acelerem as mudanças em direção a padrões de produção e consumo mais sustentáveis” (PORTILHO; RUSSO, 2008, p. 2).

O Processo de Marrakesh foi fundamental para concretizar a entrada do poder de compra das nações no seleto rol de ferramentas que possuem potencial para combater os padrões insustentáveis de produção e consumo ocidentais. A persistência no debate internacional sobre produção e consumo sustentável acirrada após a elaboração do Processo de Marrakesh resulta na implantação das Compras Públicas Sustentáveis como um dos braços de atuação das Forças-Tarefas de Marrakesh, como será exposto no decorrer desta sessão da pesquisa.

O Processo de Marrakesh solicita e estimula que cada país membro das Nações Unidas, que seja signatário do Processo desenvolva um Programa de Atividades que oriente a elaboração de um Plano de Ação. O Brasil que aderiu ao Processo em 2007 e elaborou seu plano de ação em 2008 conforme detalhes expostos logo a frente na sessão: A adesão do Brasil ao Processo de Marrakesh.

Dentre as primeiras iniciativas para dar continuidade ao processo de implantação de Marrakesh foi proposto um Plano de Ações e conforme Portilho e Russo (2008, p. 8) a finalidade do Plano de Ação foi,

[...] reunir e compilar as iniciativas das diversas regiões (América Latina/Caribe, Europa, Ásia/Pacífico e África) que inclui a realização de reuniões regionais (para delineamento de prioridades e estratégias), mesas redondas (para ampliar as discussões) e reuniões internacionais (para o delineamento efetivo das recomendações feitas nas consultas). De acordo com o Plano de Ação, serão realizadas consultas regionais cujas recomendações serão encaminhadas às reuniões dos Fóruns dos Ministérios de Meio Ambiente de cada uma das regiões mencionadas acima e as propostas finais acordadas nas consultas regionais deverão ser endossadas pelos Fóruns de Especialistas do Governo (reuniões internacionais) e posteriormente examinadas pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU, no biênio 2010-2011.

Para ajudar os países na elaboração dos seus respectivos Planos de Ação o PNUMA e os seus parceiros ao propor o Processo de Marrakesh desenvolveram antes Manuais Metodológicos para disponibilizar as nações. Outro apoio foi a sugestão de se criar Forças-Tarefas e grupos de trabalho com o objetivo de “identificar as experiências mais avançadas de Produção e Consumo Sustentável nos países para poder disseminá-las” Brasil MMA (2014, p. 2).

Desde 2003, a Organização das Nações Unidas (ONU), para prosseguir com os compromissos firmados na Conferência de Joanesburgo (Setembro de 2002) atua de forma

contínua para implantação do 10YFP, Programa de 10 anos em Consumo e Produção Sustentável (PNUMA b, 2014). Como dito, o Programa objetiva colocar em prática os compromissos assumidos na Agenda 21.

Sobre a atuação do PNUMA no processo de implantação do 10YFP, Portilho e Russo (2008, p. 7), argumentam que:

A 1ª reunião para este fim foi realizada em abril de 2003, em Marrakech/Marrocos, razão pela qual o processo global de consultas, elaboração, apoio e fortalecimento de iniciativas nacionais e regionais para acelerar as mudanças em direção a padrões de produção e consumo mais sustentáveis, proposto pelos participantes, passou a ser chamado de Processo de Marrakech.

Desde o início, o Processo de Marrakesh foi coordenado por duas agências da ONU, uma é a agência do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, cuja sigla é PNUMA, (em inglês, *United Nations Environment Programme*, UNEP), a outra é a agência do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (UNDESA em inglês, *United Nations on Department of Economic and Social Affairs*).

De acordo com estas agências, o desenvolvimento do Processo de Marrakesh possui diferentes fases de evolução:



Figura 1 – Apresentação das diferentes fases de implantação do Processo de Marrakesh

Fonte: <[http://www.unep.fr/scp/marrakech/pdf/FAQ-UNEP-marrakech-brochure FINAL.pdf](http://www.unep.fr/scp/marrakech/pdf/FAQ-UNEP-marrakech-brochure_FINAL.pdf)> Disponível: em <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/plano-nacional/processo-de-marrakesh>> acesso em set.2014

Estas fases servem para identificar o nível de implementação do programa (10YFP) nas nações e, esta mensuração é de acordo com as iniciativas tomadas por cada governo e os demais atores envolvidos no processo. Conforme Brasil MMA (2014, p. 1) “o Processo conta também com a essencial participação de governos nacionais, agências de desenvolvimento, setor privado, sociedade civil e outros atores”. No decorrer dessa sessão será apresentada em que fase o Brasil está de acordo com as suas ações.

O Processo de Marrakech (10YFP) projetado para durar dez anos, conforme recomenda as diretrizes do Plano de Implementação de Joanesbugo para a promoção do Desenvolvimento Sustentável tem como principal objetivo agilizar as mudanças rumo ao modelo de Produção e Consumo Sustentável (PCS), para fomentar o progresso social e econômico conforme a resiliência dos ecossistemas fragmentando o desenvolvimento econômico da degradação ambiental. Para desenvolver o 10YFP é necessário articulá-lo a este objetivo primário e fazer uma avaliação geral sobre as iniciativas e ferramentas políticas de PCS praticadas em todas as nações e em todos os níveis de governo (PORTILHO; RUSSO, 2008).

Neste sentido, diante da amplitude de problemas que podem surgir na implantação de um programa desta magnitude foram elaborados mecanismos para proporcionar o desenvolvimento do Processo de Marrakesh e articulá-lo ao desenvolvimento sustentável das nações.

O Processo de Marrakech (PM) “caracteriza-se como um marco de ação global, flexível e aplicável a todas as regiões, de acordo com as prioridades e necessidades de cada uma, devendo clarificar o papel e as responsabilidades dos autores envolvidos na promoção da Produção e do Consumo Sustentável” (Portilho, Russo, 2008, p. 8). Diante desta caracterização do PM, é perceptível que realizar uma ação global adaptável às especificidades de todas as regiões e definir a responsabilidade dos agentes envolvidos torna-se um grande desafio.

Então, para superar estes desafios Portilho e Russo (2008) apontam que o PM elaborou mecanismos de suporte a sua implantação baseados em programas-chaves. Estes programas são importantes, mas, é necessário oferecer estrutura aos mecanismos de implantação, tais como: base financeira e capacidade para desenvolver e promover assistência técnica. Sendo

que, além dos mecanismos citados o progresso do Processo de Marrakesh está condicionado, também, a uma base institucional e política (Figura 2).



Figura 2 - Apresentação dos mecanismos do Processo de Marrakesh

Fonte: <http://www.unep.fr/scp/marrakech/pdf/FAQ-UNEP-marrakech-brochure_FINAL.pdf> Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/plano-nacional/processo-de-marrakesh>> acesso em set/2014

Todos os mecanismo de implantação do Processo de Marrakesh são importantes, entretanto, para a pesquisa que ora se desenvolve dentro da estrutura dos mecanismos de implantação do Processo de Marrakesh apresentados na imagem acima o destaque é para as Forças-Tarefa de Marrakesh, dado que, a este mecanismo foi agregado as Compras Públicas Sustentáveis que é tema central deste estudo. Cada um dos mecanismos de implantação do PM deve ser chefiado por governos com foco nos problemas ambientais relacionados aos processos de produção e níveis de consumo praticados.

As Forças-Tarefa são um dos braços da engrenagem dos mecanismos de implantação do Processo de Marrakesh, além de outras atribuições, foi concebido para proporcionar a adesão

de especialista de nações desenvolvidas e em desenvolvimento em iniciativas voluntárias de temas escolhidos. Os governos que lideram as Forças-Tarefa devem cooperar com os demais parceiros, além de se comprometer com as diversas atividades de promoção do Consumo e Produção Sustentável.

O Processo de Marrakesh criado para dar funcionalidade e significado concreto para o conceito de Consumo e Produção Sustentável (CPS) estruturou-se na preocupação explícita do Plano de Joanesburgo com o modelo de consumo e produção antiambiental praticado pelas nações. A partir desta preocupação, foi questão de tempo articular as compras públicas estatais, que dependem de muita produção e consomem bastante, ao princípio da sustentabilidade, tendo como matriz as Forças-Tarefa.

Na percepção de Portilho e Russo (2008, p. 10), as Forças-Tarefas de implantação de consumo e produção sustentável foram desenvolvidas,

Como parte da oferta de suporte para a implementação de projetos concretos, com foco em temas específicos, foram criadas as forças tarefas (Task Forces), consideradas como o principal mecanismo de implementação e cooperação, por meio de diálogo com as Agências de Desenvolvimento, para fortalecer as iniciativas regionais e nacionais em consumo e produção sustentável. Estas forças tarefas são iniciativas voluntárias lideradas por governos nacionais que, em cooperação com vários parceiros, são responsáveis por uma série de atividades concretas em nível nacional e regional. Até o momento foram criadas 7 (sete) forças tarefas, a saber: Cooperação (liderada pela Alemanha); Educação e Consumo Sustentável (liderada pela Itália); Construções Sustentáveis (liderada pela Finlândia); Produtos Sustentáveis (liderada pela Inglaterra); Estilo de Vida Sustentável (liderada pela Suécia); Compras Públicas Sustentáveis (liderada pela Suíça) e Turismo Sustentável (liderada pela França).

Este momento do estudo é muito importante, dado que, dentre as sete Forças-Tarefa criadas até o momento, sob liderança da Suíça, aparece como ferramenta de política e programa para implementação de produção e consumo sustentável as Compras Públicas Sustentáveis.

A Figura 3 demonstra de forma objetiva a estrutura das Forças-Tarefa de Marrakesh. Tendo como destaque para o assunto ora abordado nas Ferramentas de políticas e programas a entrada explícita das Compras Públicas Sustentáveis no sistema das Nações Unidas como meio para coibir a expansão do modelo insustentável de consumo e produção disseminados entre as nações.

Do mesmo modo, ao prosseguir com esta breve análise sobre a estrutura das Forças-Tarefa de Marrakesh, cabe salientar que apesar do estudo focar em questões ambientais relacionadas aos atuais padrões de consumo e produção, e mais especificamente, no poder que as compras públicas possuem para alavancar melhores práticas ambientais. Vale destacar que, o estilo de vida sustentável também se destaca entre as ferramentas das Forças-Tarefa de Marrakesh, pois este comportamento social é percebido nesta pesquisa como um dos vilões que, assim como os padrões de produção e consumo insustentáveis, também ameaçam a manutenção do equilíbrio ambiental. O estilo de vida sustentável está incluso no foco social e comportamental dos mecanismos das Forças-Tarefa.

O estilo de vida nada sustentável adotado na contemporaneidade é incluso neste estudo de forma superficial em vários momentos. Superficial por não fazer parte dos objetivos desta pesquisa aprofundar-se neste tema. Contudo, buscar estilo de vida sustentável relaciona-se diretamente com o tema central da pesquisa e configura como uma prática almejada e coerente com os princípios de sustentabilidade necessários as compras governamentais.

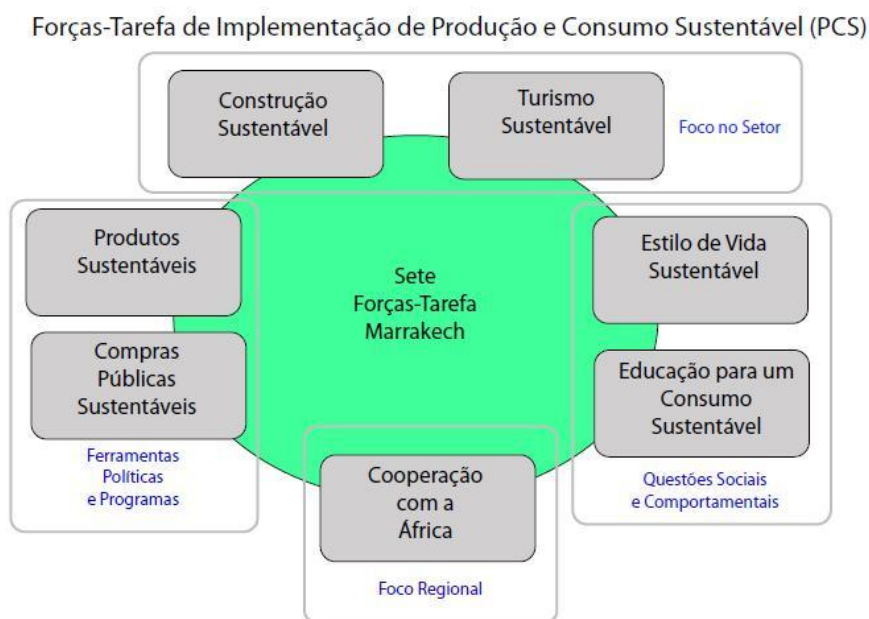


Figura 3 - Apresentação das sete Forças-Tarefa do Processo de Marrakesh

Fonte: <[http://www.unep.fr/scp/marrakech/pdf/FAQ-UNEP-marrakech-brochure FINAL.pdf](http://www.unep.fr/scp/marrakech/pdf/FAQ-UNEP-marrakech-brochure_FINAL.pdf)> Disponível em <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/plano-nacional/processo-de-marrakesh>> acesso em set/2014

De acordo com o PNUMA (2014a, p. 4) sobre o foco das sete Forças-Tarefa criadas até o momento é perceptível que “enquanto algumas enfocam setores específicos, outras desenvolvem ferramentas para políticas e programas, questões sociais e comportamentais ou enfocam uma região específica”. O Processo de Marrakesh foi fundamental para a instalação das Compras Públicas Sustentáveis em vários países do mundo. “Dados do PNUMA apontam que mais de 30 países e organizações aderiram à iniciativa para transformar setores econômicos e reforçar o uso de produtos mais sustentáveis” EBC (2014, p.1).

2.6 A ADESÃO DO BRASIL AO PROCESSO DE MARRAKESH

O Processo de Marrakesh programado para durar uma década conforme as diretrizes do Plano de Implantação de Joanesburgo teve início em 2003, mas apesar disso, o Brasil aderiu ao Processo somente em 2007. No ano seguinte, por meio da Portaria nº 44, de 13 de fevereiro de 2008, foi instituído o Comitê Gestor Nacional de Produção e Consumo Sustentável (BRASIL MMA, 2014). O Comitê articulou vários ministérios e parcerias do setor privado e da sociedade civil com o objetivo principal de “realizar amplo debate e identificar ações que pudessem levar o Brasil, de forma planejada e monitorada, a buscar padrões mais sustentáveis de consumo e produção nos próximos anos” BRASIL PLANO, (2008, p. 12). Em poucas palavras o objetivo do Comitê foi elaborar o Plano de Ação para a Produção e Consumo Sustentáveis.

No processo de elaboração do Plano de Ação para a Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) do Brasil, dentro das etapas previstas foi programada a criação do Comitê Gestor e a conexão do Plano com as Políticas Nacionais de Mudanças Climáticas, de Resíduos Sólidos, bem como a Política de Desenvolvimento Produtivo.

De acordo com BRASIL PLANO (2008), o PPCS é viável e totalmente exequível, e oferece ao segmento governamental e não governamental, inclusive ao setor produtivo, a opção de aprender em conjunto e cumprir metas que são boas para toda a sociedade. Perante um bloco de ações possíveis para mudar o padrão insustentável da produção e do consumo como norteia a implantação do Processo de Marrakesh no Brasil, o PPCS apresenta como metas prioritárias para o seu desenvolvimento as seguintes:

- aumento da reciclagem;

- educação para o consumo sustentável;
- agenda ambiental na administração pública;
- compras públicas sustentáveis;
- construções sustentáveis;
- varejo e consumo sustentáveis.

Ao escolher tais prioridades, o PPCS privilegiou ações convergentes com os principais objetivos do Plano, compromissos e recursos disponíveis. Foram previstos também diversos mecanismos institucionais de apoio a implantação da PPCS. Vários tipos de ações foram contemplados no PPCS, tais como: ações governamentais, de parceria, iniciativas voluntárias, acordos e pactos setoriais e Forças-Tarefa. Para supervisionar e avaliar o funcionamento do aparato idealizado para o PPCS foi previsto no Acordo de Cooperação Técnica MMA-PNUMA um plano de monitoramento (Figura 4).

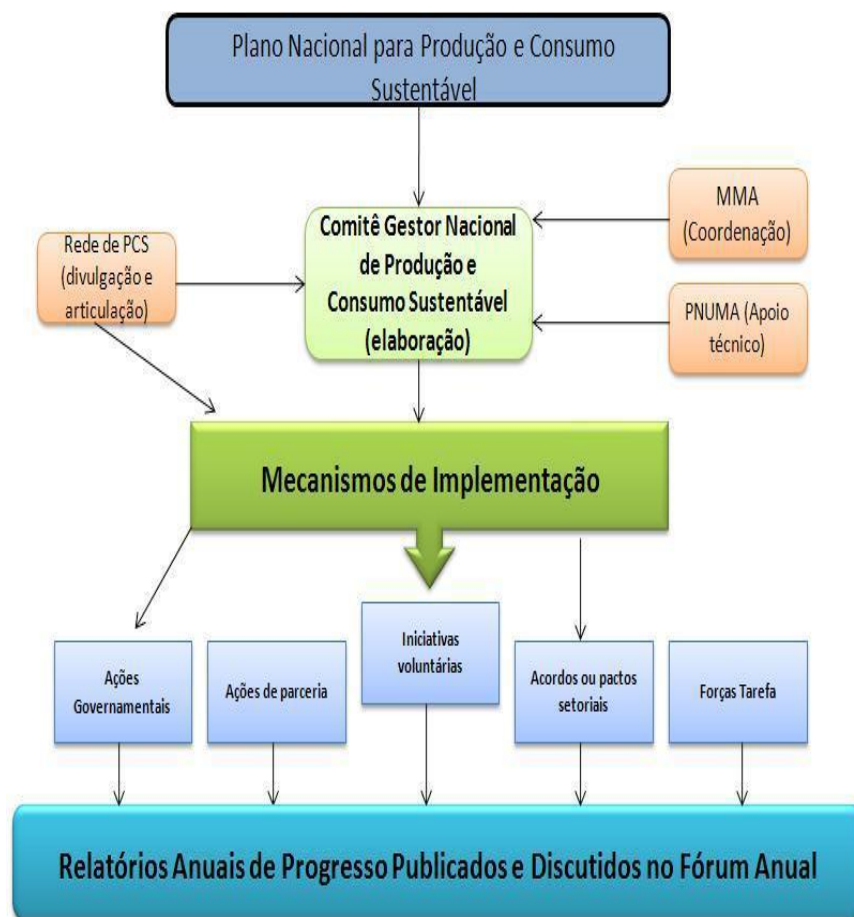


Figura 4 - Apresentação do esquema operacional do Plano de Ação para a Produção e Consumo Sustentáveis
 Fonte: Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/243/_arquivos/plano_de_ao_para_pcs___documento_para_consulta_243.pdf> acesso em: set/2014

Como demonstra os argumentos e a imagem acima, de acordo com o que é solicitado no Processo de Marrakesh o Brasil por meio do seu PPCS desenvolveu de forma planejada um Programa de Atividades que culminou na elaboração do seu Plano de Ações.

Ao analisar as quatro fases previstas para a etapa inicial do Processo de Marrakesh com base nas ações praticadas no Brasil condicionam o nosso país a estar na seguinte situação. De acordo com BRASIL MMA, (2014, p. 4) “apesar de haver certo grau de superposição entre essas fases, pode-se dizer que as atividades no Brasil hoje se encontram predominantemente na fase 3, mas também com ações em andamento nas demais, especialmente nas fases 2 e 4”. Qualquer dúvida voltar na figura 1 para detalhar estas informações.

O Brasil implantou o seu Plano de Ações, e por meio de políticas, Leis, Decretos, Instruções Normativas, Portarias, entre outros documentos, continua a implantar meios para

promover o que preconiza o Processo de Marrakesh: elaborar formas de produção e consumo menos impactantes ao meio ambiente. Neste sentido, percebe-se que é possível beneficiar vários segmentos da sociedade brasileira a partir do uso crescente das Compras Públicas Sustentáveis identificadas no levantamento da literatura. As atitudes do Brasil em prol do PM aponta que, apesar das dificuldades o Estado brasileiro segue os compromissos firmados com a adesão ao Processo e caminha na busca de maneiras de consumir e descartar com o menor impacto ambiental possível.

2.7 AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA CONFERÊNCIA RIO+20

Tendo como premissa que “as Compras Públicas Sustentáveis devem promover o desenvolvimento econômico e social dos países” REDE BRASIL (2012, p. 1). Durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, foi publicado que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em parceria com o Brasil e mais 19 países decidiu agir em torno de uma iniciativa internacional que tem a finalidade de promover a adoção de atributos definidos como sustentáveis nas compras públicas destes países. A Iniciativa Internacional de Contratação Pública Sustentável visa “estimular os países a aumentar e diversificar o volume de compras públicas sustentáveis” EBC (2012, p. 1).

De acordo com o Rede Brasil (2012, p. 1) a intenção da Iniciativa Internacional de Contratação Pública Sustentável,

[...] é integrar práticas positivas que tenham sido adotadas internacionalmente, com a liderança do próprio PNUMA e da Suíça, pioneira nessa questão. O Brasil, que começou a discutir critérios nesse sentido há quatro anos, terá como medida concreta em um primeiro momento o treinamento de agentes públicos para lidar com a questão – a ideia é de que as gestões municipais iniciadas em 2013 se preparem para fazer compras com base em respeito a questões ambientais e sociais.

Disseminar as melhores práticas internacionais sobre Compras Públicas Sustentáveis é necessário para orientar o caminho correto a ser tomado pelas nações rumo a economias verdes. Pois, com base nas experiências internacionais os países que se interessem em adotar as CPS podem usar as informações cedidas pelo PNUMA e evitar perda de tempo e desperdício de recursos que figuram como insustentáveis para a estrutura de qualquer país. Visto que, ciente dos erros cometidos por outras nações no processo de implantação das CPS,

tomar decisões adequadas para adaptar os melhores modelos de CPS internacionais a sua realidade torna-se viável por facilitar o processo.

Conforme relato do diretor executivo do Pnuma, Achim Steiner à Rede Brasil (2012, p. 2) “a Iniciativa estimulará o processo para a criação de estruturas regulatórias robustas e à colaboração entre o Norte e o Sul, entre instituições públicas e o setor comercial”. Esta Iniciativa evoluiu e, em 2014, torna-se um programa da ONU. Este “Programa da ONU considera que iniciativa para levar em conta critérios de sustentabilidade em aquisições com dinheiro público facilita transição à economia verde” Rede Brasil, (2012, p. 1).

Esta Iniciativa Internacional surgiu na Rio+20 para reforçar a importância que os valores alocados para as compras públicas podem representar quando usadas para estimular ações que promovam a proteção ambiental. Além de estimular e conduzir os países rumo a modelos de produção e consumo que sejam coerentes com a oferta de recursos naturais disponíveis no planeta Terra. Bem como estabelece a presença das Compras Públicas Sustentáveis no discurso ambiental da ONU e reafirma o compromisso que as nações devem ter com o meio ambiente ao utilizar o poder de compra do Estado.

2.8 AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NO ANO DE 2014

O ano de 2014 é muito especial para a entrada, acredita-se que permanente, das Compras Públicas Sustentáveis na seleta Agenda de compromissos ambientais dos programas internacionais das Nações Unidas. Programas estes que são capazes de analisar o quanto é prejudicial ao meio ambiente às distorções existentes entre a oferta de insumos naturais e a busca incessante por produtos e serviços, sejam eles manufaturados ou não.

No dia 1º de abril de 2014, foi lançado um novo programa global que vai apoiar governos a planejar gastos públicos dando preferência para produtos e serviços que geram benefícios ambientais e sociais significativos. O Programa Compras Públicas Sustentáveis (PCPS) é considerado a primeira ação prática do Programa-Quadro de 10 anos para Consumo e Produção Sustentável (*10YFP*) ou Processo de Marrakesh. Um dos objetivos deste programa é “aproveitar o potencial dos trilhões de dólares que governos movimentam anualmente em compras públicas na transição para um mundo voltado para a eficiência de recursos” Pnuma (2014b, p. 1).

O Programa Compras Públicas Sustentáveis foi desenvolvido sob a coordenação do Pnuma, apoiado pelo Iclei – Governos Locais pela Sustentabilidade e o Instituto de Indústria e Tecnologia Ambiental da Coreia do Sul (*Keiti*). A proposta “vai possibilitar a transição ao aprimorar a divulgação dos benefícios das compras sustentáveis e ao apoiar sua implantação visando o acesso a ferramentas e a especialistas no assunto” Pnuma (2014b, p. 1).

A necessidade de comprar dos Estados nacionais data de bem antes do surgimento do conceito de Desenvolvimento Sustentável. Então, geralmente, as nações já possuíam normas para tratar das compras governamentais quando surgiu a ideia de adequar os princípios de sustentabilidade as aquisições públicas. Ou seja, para tornar as compras públicas sustentáveis, os governos desenvolveram normas alternativas para dar significado e aplicabilidade ao conceito de CPS, bem como dar respaldo jurídico aos gestores de compras públicas. A implantação por meio de normas alternativas dificulta o entendimento necessário de que as CPS devem ser o padrão nas compras do governo e não uma alternativa conforme consta na literatura internacional.

A partir desta constatação o Pnuma e seus parceiros, ao desenvolver o Programa Compras Públicas Sustentáveis, buscaram assegurar ao Programa um papel decisivo na transição do mundo para uma Economia Verde em “que as decisões por compras sustentáveis se tornem norma em vez de exceções” Pnuma (2014b, p. 2). Por representar a primeira ação prática do Processo de Marrakesh o Programa não poderia ficar aquém do monitoramento e avaliação do mesmo.

O PCPS foi proposto num momento muito oportuno, tendo em vista que o lançamento aconteceu alguns meses antes da primeira reunião do Pnuma, momento que os governos se encontrarão para debater a agenda de desenvolvimento pós-2015 com atenção especial para consumo e produção sustentáveis. O PCPS conta com o apoio da Comissão Europeia, Escritório Federal para o Meio Ambiente da Suíça, Ministério de Proteção Ambiental da China, República da Coreia do Sul, a aliança Iseal, Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD), Ministério do Meio Ambiente da Suécia e Agência para Proteção Ambiental dos Estados Unidos.

Conforme o Pnuma (2014b, p. 3) o Programa Compras Públicas Sustentáveis,

[...] é um programa de ação global que aprimora a cooperação internacional para desenvolver, reproduzir e ampliar iniciativas de Consumo e a Produção Sustentáveis e eficiência de recursos. O programa foi estabelecido após chefes de estado concordarem, na Rio+20, que Consumo e Produção Sustentáveis são um pilar do desenvolvimento sustentável e podem dar uma contribuição importante a erradicação da pobreza e a transição para uma Economia Verde e de baixo carbono.

Com a aprovação agora em 2014 do Programa de Compras Públicas Sustentáveis é alcançado o objetivo dessa sessão da pesquisa demonstrando a evolução no discurso ambiental internacional traçada até incluir de forma definitiva as Compras Públicas Sustentáveis no sistema ONU e consolida-se como mais um meio de promover o desenvolvimento sustentável. As CPS representam um forte mecanismo na luta contra os desmandos do modelo capitalista de produção e consumo contemporâneos.

3 LEVANTAMENTO DA LITERATURA E DAS EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS SOBRE AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

O interessante nas Compras Públicas Sustentáveis é a sua difusão relativamente rápida, como política pública de estado em distintas nações do globo. Segundo Teixeira (2013, p. 17), “diversas ações em âmbito internacional têm sido realizadas para promover padrões de produção e consumo mais sustentáveis por meio do uso do poder de compra do Estado”. Conforme o PNUMA (2014 b), as ações de governos constatadas em todos os continentes demonstram que as compras sustentáveis alteram os mercados, promovem o desenvolvimento de eco-indústrias, economizam nas finanças, conservam o meio ambiente e criam oportunidades de emprego.

Neste capítulo é explícita a investigação da literatura contendo as principais experiências internacionais em Compras Públicas Sustentáveis identificadas em pesquisas e atitudes de governos.

3.1 AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA EUROPA: EXPERIÊNCIAS DOS GOVERNOS

SUIÇA

“Inicialmente, a Suíça encabeçou uma força-tarefa com outros sete países para implantar políticas de sustentabilidade nas compras públicas” Rede Brasil (2014, p. 2). Este é um país com destaque nas Compras Públicas Sustentáveis a nível global, isto, por causa do pioneirismo que lhe foi atribuída na distribuição de responsabilidade das Forças-Tarefa de Marrakesh. O Processo de Marrakesh estabeleceu sete Grupos de Trabalho ou Forças-Tarefa para apoiar a base de implantação dos programas e projetos em produção e consumo sustentável, para isso, foram eleitos países para liderar as iniciativas. Dentro das ferramentas políticas e programas das Forças-Tarefas de Marrakesh existem dois focos: Produtos Sustentáveis e Compras Públicas Sustentáveis, este último foi atribuído à Suíça (MMA, 2014).

Durante a Rio+20 em entrevista cedida a Rede Brasil Atual, o secretário de meio ambiente da Suíça, Bruno Oberle, externou o modelo adotado no correio de seu país, que desenvolveu veículos elétricos com a intenção de reduzir as emissões de dióxido de carbono da sua frota. O secretário declarou que o efeito foi tão expressivo que todos os carros da empresa foram trocados em pouco tempo. “Os bens são analisados com base no custo do ciclo de vida deles. Recentemente introduzimos um sistema de monitoramento sistemático permanente do nível de sustentabilidade dos produtos incluídos nas compras” Rede Brasil (2014, p. 2).

REINO UNIDO

Nos governos que integram o Reino Unido às licitações sustentáveis são praticadas há mais de uma década, e para manter esta regularidade, neste período houve contínuo investimento no treinamento dos gestores públicos de compras por meio de metas estabelecidas em programas dos governos. Pois, os programas além de capacitar, incluem outras ações para promover as Compras Públicas Sustentáveis, tais como: o monitoramento de impactos e riscos ao mercado assim como a avaliação dos riscos vinculados ao ciclo de

vida dos produtos, serviços e/ou obras públicas. Deste modo buscou interagir o programa com os atores fundamentais ao sistema de CPS, o governo, as indústrias/empresas e a sociedade.

Apesar disso, um detalhe nos programas de compras públicas ecológicas do Reino Unido merece destaque, trata-se da proposta antevista que propõe reconhecimento em termos salariais para aqueles funcionários que possuem desempenho conforme as metas estabelecidas nos programas de compras públicas sustentáveis.

PORTUGAL

No caso de Portugal, foi identificado na administração local que ora existem organizações com bons exemplos que empreendem para inserir a dimensão ambiental nas aquisições estatais, em muitas das oportunidades a inserção ocorre por meio de ajuda política. Na administração central portuguesa existe a Agência Nacional de Compras Públicas que já inclui critérios de sustentabilidade em suas licitações. De modo geral, observa-se no Estado português a falta de estratégias para implantar as CPS (Licitações Sustentáveis, 2014).

A *Ecochoice* e o iiSBE Portugal, em cooperação com o Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG) publicaram a ferramenta SBTooIPT de avaliação e certificação da construção sustentável que tem como objetivo de analisar e especificar o desempenho dos edifícios por meio da comparação entre as melhores práticas do mercado e as práticas habituais da construção civil. A metodologia implantada nesta ferramenta é baseada na estrutura do sistema internacional de avaliação da sustentabilidade SBTooIPT (*Sustainable Building Tool*), este sistema internacional de avaliação e reconhecimento da sustentabilidade em edifícios é de adesão voluntária. Além da cooperação existente para desenvolver o sistema internacional, outros vinte países da Europa, Ásia e América também colaboraram por meio de associação de equipes (Licitações Sustentáveis, 2014).

Segundo Licitações Sustentáveis (2014, p. 1),

O sistema SBTooIPT está dividido em três dimensões que englobam nove categorias e 30 parâmetros. No caso da dimensão ambiental, estão englobadas as categorias mudanças climáticas e qualidade do ar exterior; biodiversidade, energia, utilização de materiais e produção de resíduos sólidos e consumo de água e efluentes. Ao nível da dimensão social estão abrangidos os parâmetros de conforto e saúde dos ocupantes, bem como a acessibilidade e a sensibilidade e educação para a

sustentabilidade. Já a dimensão econômica contempla a avaliação dos custos de ciclo de vida dos edifícios (custo inicial e custo de operação).

Os empreendimentos Armação do Pêra e Ponte da Pedra foram os primeiros casos avaliados pela ferramenta em Portugal. O LNEG está comprometido com a disseminação da ferramenta entre os interessados, governo, setor produtivo e consumidores, na intenção de explicar os benefícios que são possíveis alcançar em longo prazo ao construir melhor e com menores custos com base nos ganhos no decorrer do tempo de uso útil dos edifícios.

SUÉCIA

O programa implantado na Suécia de Compras Públicas Sustentáveis teve início a partir da criação de uma comissão composta por órgãos públicos e do meio privado com a atribuição de definir as atitudes prioritárias para promover as compras públicas sustentáveis no país. Para isso, ficou acordado que todas as decisões tomadas para os fins propostos devem ser respaldadas por conhecimento científico. Os resultados das pesquisas científicas bem como as definições da comissão são oficializados ao público por meio de sítios eletrônicos (LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS, 2014).

NORUEGA

Por meio do Ministério do Meio Ambiente o governo norueguês publicou o decreto que oficializa as Compras Públicas Sustentáveis como medida a ser adotada com a finalidade de diminuir o impacto que a exploração dos recursos naturais e o despejo final dos produtos acarretam ao meio ambiente. Nos programas de governo da Noruega alguns setores chaves da economia foram escolhidos para direcionar a implantação das CPS no país, os setores são: o de transporte, o automotivo, de construção, têxtil, de papéis e impressos e de equipamentos de escritório. Além do programa de compras públicas sustentáveis os governos dos países baixos estabeleceram como meta que, até 2010, a sustentabilidade deve ser inclusa em 50% das licitações (LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS, 2014).

FRANÇA

O governo francês realizou uma Compra Pública Sustentável por meio de licitação com o objetivo de adquirir cartuchos de impressora. Dentre as cláusulas do processo constava que a empresa vencedora deveria recolher os resíduos, com isso, de 2009 a 2011, a empresa vencedora do certame coletou 11,5 toneladas de resíduos, fato que gerou economia de 30% nos custos para o governo e possibilitou a geração de nove empregos para pessoas com necessidades especiais (PNUMA, 2014b).

ITÁLIA

Na Itália, a província de Bologna estipulou critérios sociais e ambientais para as compras públicas sustentáveis. Dentre as exigências, os produtos devem ter alguma rotulagem ambiental válida ou certificação de controle de produção. Outras iniciativas dizem respeito a melhorar as condições de uso dos variados tipos de embalagens, eficiência energética e nos transportes bem como definição de limites percentuais permitidos para as substâncias perigosas.

3.2 AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NOS GOVERNOS DA AMÉRICA DO NORTE

ESTADOS UNIDOS

As autoridades dos Estados Unidos da América despendem mais de 500 bilhões de dólares anualmente em produtos e serviços. O governo federal Norte Americano percebeu que este montante de compras públicas é considerável e pode ser usado para melhorar as relações de produção e consumo, para isso, incluiu critérios ambientais na legislação de compras. Um Decreto deste país regulamenta que 95% dos contratos de compras públicas usem produtos e serviços eficientes nos gastos com água, energia, que não contenham substâncias nocivas à Camada de Ozônio e sejam produzidos com itens recicláveis (LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS, 2014).

No governo do presidente Bill Clinton foi decretado o (*Executive Order Number 12.873*) que institui as licitações com respeito à cidadania e ao meio ambiente.

Na cidade de Nova York a Agência Estatal de Energia formalizou requisitos normativos para orientar as construções e a arquitetura dos edifícios rumo à adoção de critérios de sustentabilidade social e ambiental. Outra prática desta cidade é o incentivo fiscal que ao mesmo tempo em que beneficia a sociedade, estimula o uso de equipamentos energeticamente eficientes.

MÉXICO

No México a eficiência energética e a economia no uso da água são exigidas nos contratos públicos desde que entrou em vigor a lei de licitações que orienta os princípios da licitação sustentável. O México solicitou auxílio ao Pnuma para direcionar a implantação das CPS, segundo as recomendações do programa das Nações Unidas este país deve realizar pesquisa sobre o ciclo de vida dos produtos. Então, para dar início aos estudos e orientar a implantação das CPS o governo mexicano elegeu o papel e o papelão como os materiais pioneiros (LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS, 2014).

3.3 AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS NOS GOVERNOS ASIÁTICOS

JAPÃO

Em 2010, o governo japonês movimentou 672 bilhões de dólares o que equivale a 17,6% do seu PIB. O Japão editou normas de compras verdes que exige dos órgãos públicos de todas as esferas do governo a adoção de 95% das aquisições de acordo com as categorias definidas para os produtos verdes (PNUMA, 2014b).

O modelo de Compras Públicas Sustentáveis do Japão conta também com uma rede de compras verdes (*Green Purchasing Network – GPN*). O objetivo do governo japonês foi criar por meio da parceria governos locais e indústria, uma organização privada que desenvolve iniciativas de consumo sustentável. O GPN é usado por mais 2.800 instituições públicas e

privadas envolvidas em práticas para promover as compras sustentáveis (LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS, 2014).

ÍNDIA

Uma experiência na área de eficiência energética foi constatada num departamento do governo da Índia vinculado ao Ministério das Ferrovias, o *Indian Railways*, que inovou ao trocar mais de 1 milhão de lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes nas residências de 400 mil funcionários. Apesar do custo inicial a iniciativa é simples, e por meio dela houve promoção de maior eficiência energética que possibilitou uma economia de mais de 100 mil mega watts e evitou a emissão de 90 mil toneladas de dióxido de carbono por ano (PNUMA, 2014 b).

COREIA DO SUL

De acordo com o presidente do Instituto de Tecnologia e Indústria da Coreia do Sul (*Keiti* na sigla em inglês), *Yongjoo Kim*, nos últimos dez anos o seu país obteve boas experiências na prática de compras verdes baseando-se no monitoramento eletrônico dos sistemas de compras (PNUMA, 2014b).

Outra notável prática do governo da Coreia do Sul é o cartão de crédito verde. Em entrevista concedida a revista *Página22*, logo depois de um painel de alto nível sobre produção e consumo sustentáveis durante a Rio+20, *Yongjoo Kim*, falou sobre esta política de estímulo à produção e ao consumo de produtos definidos com critérios ambientais do seu país (PÁGINA22, 2014).

A implantação deste cartão verde é liderada pelo *Keiti* em par com Ministério do Meio Ambiente sul-coreano, porém, para operacionalizá-lo houve um prévio debate com instituições financeiras, fabricantes de produtos verdes e lojas de atacado e varejo. A partir desta consulta foi decidido que o governo regulamentaria a emissão do cartão, cabendo à operação as companhias de cartões de crédito.

De acordo com *Yongjoo Kim* a adesão da população ao cartão verde é expressiva, pois,

O cartão foi lançado em julho de 2011. Em apenas 11 meses, 3 milhões de cartões foram emitidos. O número representa 12% da força de trabalho de nosso país, que beira 25 milhões de pessoas. Há cerca de 2.000 tipos de cartões de crédito circulando no mercado. O cartão que era mais popular entre os sul-coreanos possui 300 mil usuários. Portanto, o cartão verde já supera em dez vezes o cartão mais popular da Coreia do Sul (PÁGINA22, 2014, p. 1).

O cartão verde possui um sistema de pontuação no qual ganha ponto o cidadão que economiza energia elétrica, água e gás em sua residência. Quando há escolha pelo transporte público bem como pela aquisição de produtos verdes ao invés do transporte individual e produtos convencionais o cidadão também pontua. Os pontos podem ser trocados por dinheiro, usados para pagar contas e impostos, do mesmo modo que podem ser doados para campanhas ambientais. Durante a Rio+20 Taiwan demonstrou muito interesse em adotar a ideia (PÁGINA22, 2014).

O governo da Coreia do Sul, além do cartão de crédito verde criou outros mecanismos para promover o consumo de produtos mais sustentáveis. Isto porque esta nação possui uma política de Compras Públicas Sustentáveis tal como uma Lei nacional de 2005 que impõe aos órgãos públicos do governo central e locais a comprar produtos verdes. A Lei ordena que os produtos verdes sejam adquiridos pelos órgãos públicos, mesmo que sejam mais caros. De modo geral, observa-se que atualmente existe mais concorrência no mercado produtor de bens definidos como sustentáveis e 50% destes bens são comercializados com preços semelhantes aos dos convencionais. Estas experiências refletem o processo que teve início há duas décadas quando foram introduzidos os selos ecológicos, uma vez que antes dos selos os bens eram caros e de pouca qualidade (PÁGINA22, 2014).

3.4 AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA AMÉRICA DO SUL

NO BLOCO ECONÔMICO MERCOSUL

As compras públicas realizadas pelos países que compõem o Mercosul podem tomar novos caminhos em direção a sustentabilidade ao priorizar os produtos verdes em suas aquisições. Esta é a proposta do deputado brasileiro José Paulo Tóffano (PV-SP). Durante a reunião do Parlamento do Mercosul realizada em Montevideu a proposta foi aprovada partindo do princípio que Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai devem preferir produtos que possuem processos produtivos ambientalmente e socialmente responsáveis e de acordo com os princípios da sustentabilidade (LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS, 2014).

O deputado para defender sua proposta ressaltou a importância que os governos exercem como indutores do consumo orientado de forma socioambiental. “E lembrou a urgência em tornar competitivos os produtos do Mercosul, no momento em que existem diversas barreiras não tarifárias em vigor no mercado internacional” Licitações Sustentáveis (2014, p.1). Os produtos definidos com critérios de sustentabilidade ambiental e social são considerados mais caros, apesar disso, está é a tendência global. Além do mais, experiências internacionais comprovam que no longo prazo estes produtos com atributos sociais e ambientais tornam-se vantajosos para os governos gerando economia em distintos sentidos.

A proposta é apenas uma recomendação ao Conselho do Mercosul, no entanto, caso seja aceita, passa a vigorar como uma Decisão do Mercado Comum, daí por diante necessita da aprovação dos Congressos Nacionais dos países membros do bloco econômico. O Conselho é o mais importante órgão decisório do Mercosul, formado por ministros de Relações Exteriores e da Economia das quatro economias (LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS, 2014).

CHILE

O órgão do governo chileno responsável pelas compras públicas determinou que, até o final de 2012, 15% das aquisições públicas deveriam atender a critérios ambientais. Esta meta foi superada um ano antes do previsto, atingindo 17,2% em 2011. No Chile, as compras públicas movimentam cerca de 8 bilhões de dólares, o que corresponde a 3,2% do PIB chileno (LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS, 2014).

3.5 AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA OCEANIA

AUSTRÁLIA

Na Austrália, em 2002, foi criado o órgão do governo denominado Green Building Council da Austrália ou Conselho Verde de Construção da Austrália, para promover a indústria de propriedade sustentável do país, com o objetivo de estimular a adoção de práticas sustentáveis com base no mercado. Os principais objetivos são: desenvolver programas de construção verde, tecnologias, práticas de projetos e procedimentos de sustentabilidade de edifícios verdes por meio de plataforma de concepção, construção e operação de prédios, entre outros (Licitações Sustentáveis, 2014).

3.6 ANÁLISE CRÍTICA DA EXPERIÊNCIA DOS GOVERNOS INTERNACIONAIS EM COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

Ao analisar as experiências dos governos internacionais, percebe-se a diversidade de iniciativas em Compras Públicas Sustentáveis existentes em vários países de diversos continentes. Nos governos internacionais foram identificadas propostas para as compras sustentáveis que apresentam aspectos sociais e ambientais avançados se comparados com o que foi identificado nas práticas nacionais. Um exemplo significativo é do Reino Unido que oferece benefícios salariais aos agentes públicos como estímulo a práticas de sustentabilidade nas aquisições dos governos.

Ressalta-se, por ter sido a única proposta encontrada que sugere benefícios em dinheiro para valorizar os gestores públicos mais aplicados na promoção das CPS. Nenhum outro caso desta natureza foi identificado no levantamento da literatura nacional e internacional bem como nas principais experiências de governos internacionais. Esta pesquisa concorda plenamente com esta proposta e, inclusive, sugere que a mesma seja adaptada para a gestão de CPS do Brasil. Tendo em vista que ela além de proporcionar a implantação das compras sustentáveis é uma ferramenta útil para coibir práticas de corrupção dentro do funcionalismo público.

O levantamento constata que a implantação das CPS impôs às nações a necessidade de adequar suas normas de compras públicas aos princípios do desenvolvimento sustentável. Isto se deve a preexistência de normas licitatórias desprovidas de exigências ambientais e sociais, bem como ao avanço no debate internacional que demonstrou o poder das CPS como mecanismo de transposição de condutas antiambientais do governo, do setor produtivo e da sociedade para condutas orientadas de forma socioambiental. Contudo, neste momento a evidência é que as leis alternativas impostas nos países para incluir critérios de sustentabilidade nas normas licitatórias ordinárias, no geral, provocaram aumento da burocracia, distorções de preços entre produtos sustentáveis e convencionais, gerou entre os gestores públicos receio em relação às CPS, entre outros desafios.

Foram identificados desafios e dificuldades nas experiências de implantação das CPS nos governos. Então, as CPS como boa parte dos programas de governo necessita de avaliação, monitoramento e adequações periódicas, visto que, este é o caminho que as

experiências internacionais apontam. É preciso viver o processo em curso das CPS para identificar as melhores práticas a serem disseminadas. Percebe-se nesta análise que os governos que se propuseram a desenvolver programas de CPS por unanimidade criaram agências, institutos, programas, metas, objetivos, leis, decretos, etc. Houve casos de parceria entre governo e empresas. Este unânime desenvolvimento é percebido como positivo nesta pesquisa, dado que verifica-se a existência de um movimento na base legal e na estrutura dos órgãos públicos e privados destes governos que, a grosso modo, não estavam preparados para esta repentina mudança de paradigma nas aquisições estatais.

A ferramenta SBToolIPT do governo português que avalia e certifica as construções sustentáveis é um ótimo exemplo de parcerias (público/privado) que resultaram em novas tecnologias. A busca por novas tecnologias nas CPS é incessante, então, parcerias e ferramentas como estas são bem-vindas, principalmente, na realidade brasileira que possui um número ainda reduzido de bens/serviços definidos e classificados como sustentáveis. Na Suécia, o planejamento das CPS apoiado em bases científicas é um ótimo exemplo a ser seguido. Se esta nobre prática de planejamento for difundida entre os governos para respaldar os seus respectivos processos de implantação, acredita-se que o índice de experiências exitosas em CPS no mundo seriam maiores.

Dentro de suas limitações o levantamento das experiências dos governos com CPS mostra-se muito diversificado em aplicações. Setores-chave da econômica são selecionados, a gestão de resíduos sólidos é articulada aos programas de CPS, eficiência energética, mudanças climáticas, rotulagem e certificação ambiental, economia de água, o ciclo de vida dos produtos, entre outros temas mostram-se adaptáveis à dinâmica dos sistemas de compras públicas sustentáveis dos governos.

Como visto as CPS movimentam setores importantes da economia e passeia com maestria entre os diversos temas ambientais que aparecem no levantamento como práticas existentes nas nações. Algumas práticas explícitas no levantamento despontam como boas experiências que devem ser disseminadas, na medida do possível, e com respeito às distintas condições de adaptação das nações.

Compatível com a experiência do Reino Unido em termos de novidade e atitude social, na percepção desta pesquisa, apenas o cartão de crédito verde de iniciativa do governo sul-

coreano se enquadra. Esta iniciativa busca incluir não apenas o setor produtivo, mas todo o mercado consumidor, a sociedade, de uma forma que orienta a inclusão de ações ambientais nas escolhas diárias. O cartão de crédito verde estimula a sociedade a partir de pontos que são trocados por dinheiro ou podem ser usados de outras maneiras. Então, sem desmerecer as atitudes do governo brasileiro que orienta o desenvolvimento das CPS por meio de setores-chave da econômica, já que, sabe-se da importância de cada setor. Esta pesquisa indica que faltam ações desta natureza no governo brasileiro, atitudes que envolvam toda a sociedade brasileira e não apenas setores isolados ou por vezes articulados por meio de parcerias com o governo.

A partir do momento que o cidadão brasileiro receber um cartão de crédito verde e acumular pontos ao fazer escolhas ambientalmente orientadas, os mecanismos usados para promover o desenvolvimento sustentável no Brasil ganhará forte aliado. Pois, este valor de aparência física pode ser a válvula para despertar na sociedade brasileira a tão sonhada sensibilização e/ou conscientização socioambiental.

A efetiva lição do levantamento direciona o foco da atenção para os vários meios e temas distintos que podem ser vinculados as CPS. No Brasil, a Compra Pública Sustentável encontra-se em processo de implantação e deve aproveitar ao máximo as boas experiências internacionais para direcionar o foco de suas ações.

4 LEVANTAMENTO DA LITERATURA INTERNACIONAL SOBRE AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

4.1 AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS EM PORTUGAL

Na pesquisa de Rovisco (2008) *Compras Públicas Ecológicas: desenvolvimento de uma metodologia para promover a sua implementação em Portugal*, a autora têm dois objetivos: 1) Analisar a atual situação da Administração Pública quanto às compras públicas ecológicas tendo como referência dois ministérios, o da Educação e o da Saúde e; 2) Desenvolver uma metodologia prática para a implementação das compras públicas ecológicas, um “guia” para aquisições ambientalmente adequadas.

O material para coleta de dados nos ministérios é um questionário. A pesquisa é dividida em duas fases. Na fase 1 ocorre a análise dos referidos ministérios sobre as suas aquisições ambientalmente orientadas bem como o desempenho destes ministérios quanto ao combate às mudanças climáticas. A fase 2 visa promover uma estratégia de compras públicas ecológicas para dois produtos específicos: “a construção de edifícios destinados à educação ou à investigação” e “reagentes e meios de contraste” (ROVISCO, 2008).

O estudo apresenta o enquadramento histórico-legal do avanço do conceito de desenvolvimento sustentável nas políticas públicas da União Europeia. De acordo com comunicado feito ao Conselho e o Parlamento Europeu sobre a Política Integrada de Produtos (PIP) o DS está entre os principais objetivos da União Europeia. Estes compromissos políticos e legais relacionados com o DS surgiram no Artigo 6º do Tratado de Amsterdam de 1997 e foram reiterados na estratégia de Lisboa (ROVISCO, 2008).

O Conselho Europeu é convidado para desenvolver as estratégias para articular o DS as políticas europeias, desta iniciativa é estabelecido o sexto Programa de Ação em Matéria de Meio Ambiente que identificou inicialmente quatro áreas prioritárias: alterações climáticas, biodiversidade, ambiente e saúde, e gestão sustentável dos recursos e dos resíduos. O Conselho entende que esta última prioridade deve ser articulada a Política Integrada de Produtos tendo por objetivo integrar o princípio do DS a utilização eficaz dos recursos (ROVISCO, 2008).

Desta maneira vinculam-se a PIP as estratégias de desenvolvimento da União Europeia (EU). A PIP considera as aquisições ambientalmente orientadas uma forma de incentivar o mercado a aumentar a oferta de produtos ecológicos. Em 2007 a UE define uma série de iniciativas para promover as Compras Públicas Ecológicas, e dentro do contexto histórico-legal vale destacar a ação dos Estados Membros em criar Planos de Ações que resultaram na Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2008-2010; e na elaboração do manual prático Comprar Ecológico (ROVISCO, 2008).

Em 2004 a UE publicou as *Directivas* nº 2004/17/CE e 2004/18/CE que visaram facilitar e modernizar a legislação existente sobre aquisições públicas integrando critérios ambientais e sociais as compras públicas bem como torná-las eletrônicas. Em 2006 essas

Directivas deveriam ser substituídas por um Novo Código de Compras, mas, isso não ocorreu e as compras governamentais estão sob regulação do Decreto-Lei nº 197/99.

Esta indecisão legal faz com que, em 2006, as conclusões do Conselho Europeu apontem no sentido de promover o DS ambiental por meio de “ações específicas que permitam alcançar padrões de produção e de consumo mais sustentáveis a nível global e da UE” Rovisco (2008, p. 7). Na revisão da Estratégia de DS da UE (junho de 2006) é estabelecido os objetivos para desenvolver as compras públicas ecológicas niveladas com as melhores práticas identificadas entre os Estados Membros (EM) europeus. Para isso, foram elaboradas linhas de ações com destaque para o diálogo com o setor privado, partilha de boas práticas e expertise.

A evolução normativa na UE relacionada às compras públicas ecológicas é explícita de forma estruturada e respeita a questão temporal. Então, na sequência é publicado o Decreto-Lei nº 37/2007 que estabelece o Sistema Nacional de Compras Públicas e cria a Agência Nacional de Compras Públicas. No mesmo ano a Resolução do Conselho de Ministros 65/2007 regula o plano de ação denominado como “Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas” proposto para o biênio 2008-2010. A Estratégia deve ser articulada a PIP. Esta é a evolução histórica legal das compras públicas ecológicas na UE (ROVISCO, 2008).

No levantamento da literatura portuguesa sobre o tema, a pesquisa destaca que a elaboração e a implementação de um plano de compras públicas ecológicas para Portugal foi antevisto no Plano Nacional para Mudanças Climáticas (PNAC) de 2004. O PNAC definiu os aspetos ambientais nas compras do governo português. Sendo identificado na literatura o reforço que a Resolução do Conselho de Ministros nº 65/2007 dedica, como prioridade, para o combate às mudanças climáticas.

Para desenvolver a pesquisa a autora baseia-se numa série de estudos bem como no relatório do ICLEI que apresentou o grau de implementação das compras ambientalmente orientadas na UE-15. O estudo apresenta as etapas necessárias para definir a estratégia de compras públicas ecológicas em Portugal que são expostas a seguir: avaliação das necessidades efetivas, definição do produto/serviço a adquirir, especificação técnica, métodos

de produção, definir as variáveis ambientais. Enfim, a literatura apresentada é vasta e apresentou distintas aplicações das compras públicas ecológicas (ROVISCO, 2008).

Para realizar o levantamento da situação dos ministérios o estudo usou como método selecionar os órgãos e aplicar um questionário. O questionário foi dividido em duas partes, a primeira para identificar práticas de gestão ambiental e a segunda para identificar as práticas de Compras Públicas Ecológicas. Para aplicar questionário foi realizado prévio contato telefônico para formalizar o convite para posteriormente enviar o questionário. Para escolher os órgãos foi feita a análise de todos os processos licitatórios realizados no ano de 2007 para identificar os tipos de produtos, serviços ou obras solicitados. Na seleção dos ministérios o critério utilizado foi identificar aqueles que geram o maior número de empregos e gastos com o orçamento português (ROVISCO, 2008).

O segundo objetivo baseou-se nos manuais e guias práticos de compras públicas ecológicas existentes na UE. Por exemplo, o guia do ICLEI, o “Comprar Ecológico” que é o manual de contratos públicos ecológicos da Comunidade Europeia, entre outros.

De acordo com Rovisco (2008) o resultado da pesquisa aponta que o Ministério da Educação encontra-se em fase inicial de implantação das compras públicas ecológicas. Suas principais ações no sentido de tornar verdes suas aquisições são: a utilização de rótulos ecológicos e o uso de materiais reciclados. Constata-se que os critérios citados são aplicados principalmente na aquisição de papel e nos serviços de reprografia e publicações. No serviço de limpeza a preferência é por produtos não tóxicos. Com relação às mudanças climáticas foi identificado que é exigido prestação de serviços energéticos que apresentem a melhor eficiência possível.

No Ministério da Saúde não foi identificado nenhuma ação de implantação das compras públicas ecologicamente orientadas. No entanto, apesar de não ter atitudes em compras, no que diz respeito as mudanças climáticas foram identificados projetos relacionados com a saúde e o meio ambiente. Bem como, este órgão desenvolve um sistema de reciclagem de resíduos, que inclui: tratamento de resíduos sólidos hospitalares, reciclagem de papel, embalagens e produtos de informática, e reutilização de equipamentos de escritório ROVISCO (2008).

Na elaboração do guia proposto na pesquisa foi realizado o levantamento dos principais produtos/serviços e obras solicitados pelos ministérios da educação e da saúde. Realizou-se a contagem de todos os produtos, serviços e obras segregando-os por categorias. Constatou-se que no da Educação a “Construção de edifícios destinados a educação ou a investigação” foi o mais solicitado, já no Ministério da Saúde foram os “reagentes e meios de contraste”, então, de acordo com a metodologia aplicada para esta pesquisa essas foram as categorias onde os critérios ambientais devem ser definidos. Para isso, a autora com base nos guias pesquisados cria uma tabela que apresenta exemplos práticos de inclusão de critérios ambientais de acordo com especificações técnicas baseadas em cada categoria (ROVISCO 2008).

A pesquisa de Rovisco (2008) revela que há certo grau de dificuldade para incluir critérios de sustentabilidade nas duas categorias selecionadas. Então, para isso, foram elaboradas especificações técnicas para a construção dos edifícios e os critérios ambientais são os seguintes: que sejam energeticamente eficientes, que atendam a condições climáticas preestabelecidas, bem como umidade relativa do ar no interior do edifício a 50%. Para a adjudicação optou-se pela proposta mais vantajosa economicamente, o preço e matérias de construção com componentes reciclados.

Para os reagentes optou-se pelos definidos como menos impactantes o possível ao meio ambiente, isto inclui menor toxicidade e que seja definido um sistema de gestão ambiental para recolher e reciclar as embalagens.

A conclusão é que a política ambiental de combate às mudanças climáticas em Portugal encontra-se em fase inicial de definição de planos e normas. A pesquisa tem a expectativa que com a entrada em vigor da “Estratégia Nacional para as Compras Ecológicas 2008-2010” haja uma evolução nas compras públicas orientadas, tendo em vista que a Estratégia estabelece uma série de objetivos que se cumpridos as compras sustentáveis alcançariam volumes consideráveis. Sugere-se a identificação das dificuldades e o monitoramento dos objetivos propostos na Estratégia. O guia proposto mostra ser possível tornar mais verde as aquisições e os mercados. Por meio das compras públicas ecológicas o governo pode orientar novos comportamentos na sociedade e no setor privado “disseminando as boas práticas ambientais e orientando o mercado para um desempenho ambientalmente ecoeficiente” Rovisco (2008, p. 44).

4.2 AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NO PERU

Na pesquisa de Paz (2009), cujo título é *Las compras verdes, una práctica sustentable y ecológica: posibilidad de su aplicación en el Perú*. Os objetivos do estudo são mostrar os benefícios das Compras Verdes e a experiência em países desenvolvidos, e analisar o processo de implantação no Peru. As Compras Verdes são estratégicas para promover o desenvolvimento sustentável de uma nação e são capazes de auxiliar no combate as mudanças climáticas. As Compras Verdes (CV) são práticas conhecidas em países desenvolvidos, principalmente, na Europa. Na América Latina, apenas a Costa Rica põem em prática as CV com êxito (PAZ, 2009).

No Peru, 26% do Produto Interno Bruto (PIB) destinam-se a cumprir as despesas públicas. Esta porcentagem evidencia a importância do uso do poder de compra do governo peruano como indutor das CV. Porém, devido a normas vigentes no país, o uso do critério de menor valor não evoluiu ainda a ponto de incluir os princípios da sustentabilidade como vantagem nos contratos públicos. Para o estudo a Compra Verde é aquela que inclui o social, o ético e o ecológico. A pesquisa está estruturada da seguinte forma: apresenta-se o marco teórico da CV no Peru, as experiências internacionais com CV, a análise da aplicação das CV no Peru e as conclusões (PAZ, 2009).

O marco teórico das CV no Peru afirma que existem várias denominações para as CV, onde, os nomes são distintos, porém, os objetivos comuns. Os conceitos de produto verde e etiquetas ecológicas são explícitos, bem como os benefícios que a análise da Evolução do Ciclo de Vida dos produtos possibilita ao planejamento Estatal. Diante do atual e exagerado modelo de consumo, para haver mudanças, é necessário que consumidores, empresas e governo participem. Fica incumbido ao Estado o papel de ator principal (PAZ, 2009).

A análise literária das experiências internacionais em CV aponta que por serem os precursores, as nações desenvolvidas, sobretudo, as da Europa, possuem políticas de CV avançadas em comparação ao que é realizado nos países da América Latina. A Comissão Europeia (CE) realizou o projeto Relief com o objetivo de investigar o progresso científico das prováveis vantagens ambientais que a adoção de CV em toda UE causaria. O resultado é positivo e mostra que pequenas modificações na estrutura dos edifícios públicos da UE trariam considerável economia de água e menos emissão de CO². As experiências da Áustria,

Espanha, Austrália e EUA são explicadas e demonstram que os países desenvolvidos estão em melhores condições de progredir e usar as compras públicas de forma sustentável (PAZ, 2009).

Alguns obstáculos foram identificados na aplicação das CV no Peru. Conforme Paz (2009) no Peru, as normas de compras públicas dificultam a inclusão dos princípios de sustentabilidade ambiental nos contratos públicos, pois, elas mencionam os princípios, mas, não estabelece nas especificações dos produtos e serviços, de forma objetiva, como usá-los sem intervir na livre concorrência. Além disso, a falta de motivação, de conhecimento dos princípios ambientais e de liderança do governo central, são as outras dificuldades apontadas como contratempus para o desenvolvimento das CV no Peru. Então, a partir das dificuldades identificadas, a sugestão é que o progresso das CV no Peru seja baseado nas experiências das nações desenvolvidas.

Identificadas às dificuldades, o compromisso de desenvolver as CV no Peru deve partir do governo central, delegando a liderança ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) peruano e a Agencia de Supervisão de Contratos. A estratégia de CV do Peru deve contar com assessoria internacional para orientar os compromissos do governo em relação à modificação das normas, definição de Comitê, capacitação, comunicação e uso adequado dos princípios. A experiência internacional indica que a aplicação das CV deve iniciar a partir dos governos locais e regionais e, conforme os avanços, as nações desenvolvidas perceberam a necessidade de criar sistemas de monitoramento e avaliação. Este é o modelo que deve ser adotado no Peru (PAZ 2009).

Paz (2009) conclui que a os meios de produção geram impactos ambientais como, mudança climática, perda de biodiversidade, entre outras, então, é necessário aderir a práticas sustentáveis. A experiência internacional mostra que as CV aumentam a eficiência das contratações públicas e a consciência ambiental da sociedade. A falta de capacitação é apontada como um dos maiores entraves para implantação das CV no Peru. A liderança do governo no processo de implantação das CV no Peru deve ser exercida pelo MMA peruano e a Agência de Supervisão de Contratos.

4.3 ANÁLISE CRÍTICA DA LITERATURA INTERNACIONAL SOBRE COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

Conforme a literatura pesquisada, principalmente, artigos e dissertações Nacionais, da América do Sul (Peru), e Europa (Portugal) os principais estudos abordam: identificar os principais produtos, serviços e/ou obras sustentáveis; as medidas tomadas pelos órgãos para implantar/substituir produtos tradicionais por sustentáveis, tais como, asfalto (com uso de pneus), papel reciclado ou certificado, mobiliários de madeira certificado, computadores que não possuam elementos químicos prejudiciais à saúde humana e ecoenergéticos, lâmpadas fluorescentes, entre outros; ecoeficiência energética dos órgãos; analisar a atual situação dos órgãos para desenvolver novos métodos, elaborar manuais de CPS; definir o que são CPS; bem como delinear as metas que devem ser atingidas até o ano de 2010 na União Europeia.

5 LEVANTAMENTO DA LITERATURA DE COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NO BRASIL

As compras públicas sustentáveis que foram incluídas na norma brasileira a partir de 2010 seguem a tendência internacional, visto que, diversos países desenvolvem programas de CPS. O Estado brasileiro ao implantar as CPS possibilita a inovação na forma de contratar do governo já que estas permitem incluir, além de valores econômicos, critérios socioambientais aos contratos públicos.

Nesta perspectiva, a presente pesquisa tem como arcabouço a literatura pesquisada sobre Compras Públicas Sustentáveis (CPS) no Brasil e em outros países. A pesquisa de levantamento e revisão da literatura baseou-se em dissertações de mestrado e especialização, artigos científicos de revistas e periódicos científicos, capítulos de livros, documentos de organismos internacionais, entre outros. A rigor e critério de escolha, foi priorizada a literatura de bases de dados confiáveis, sítios como: *Scielo* Brasil, Periódicos Capes e *Google Scholar*, bem como livros e revistas do IPEA, dissertações de universidades federais e Guias de Compras Públicas Sustentáveis.

Este capítulo demonstra a análise dos principais documentos literários identificados nesta pesquisa e produzidos no Brasil sobre Compras Públicas Sustentáveis. No estudo de (TEIXEIRA, 2013), título: Desafios e oportunidades para a inserção do tripé da sustentabilidade nas Contratações Públicas: um estudo de caso dos casos do governo federal brasileiro e do governo do estado de São Paulo. A autora tem como objetivo analisar os principais desafios e explicitar as oportunidades para a inclusão do tripé da sustentabilidade nas contratações públicas.

Teixeira (2013, p.5) argumenta que, “o Estado ao fazer uso de seu poder de compra, pode contribuir para alavancar segmentos produtivos que gerem resultados satisfatórios de qualidade social, ambiental e desenvolvimento econômico”. Teixeira (2013, p. 5) afirma em seu estudo que “a maior parte das iniciativas em prol de compras públicas mais responsáveis fragmenta o tripé da sustentabilidade, enfatizando aspectos ambientais, sem, no entanto, aliá-los a critérios sociais e de desenvolvimento econômico”.

Para analisar a inclusão do tripé da sustentabilidade nas contratações públicas do governo federal brasileiro e do estado de São Paulo a autora usou como método a pesquisa bibliográfica, entrevistas e análise de dados quantitativos. Os materiais utilizados foram questionários, entrevista semiestruturada, pesquisa em guias de CPS, dissertações, artigos científicos, sítios do governo, normas federais e estaduais sobre CPS.

A conclusão da pesquisa orienta que, os desafios para a inclusão do tripé da sustentabilidade nas contratações públicas no governo federal e no estado de São Paulo estão relacionados: conforme Teixeira (2013, p. 5), “ao receio de infringir questões legais, dificuldade de materializar critérios socioeconômicos e definir produtos e serviços sustentáveis, falta de capacitação, falta de articulação de políticas, e capacidade institucional limitada”.

As oportunidades identificadas são: “a revisão dos regulamentos de contratações públicas com base no Regime Diferenciado de Contratações, o desenvolvimento de certificações públicas, a realização de compras compartilhadas e a atuação conjunta dos governos analisados para aprimorar seus catálogos de produtos sustentáveis” (TEIXEIRA, 2013).

No trabalho de Moura (2012), cujo título é: O papel das compras públicas sustentáveis na economia verde, a autora elenca os principais atributos das CPS e relata os resultados positivos da implantação das CPS em países europeus para sustentar suas sugestões para o avanço das CPS no Brasil.

No Brasil, cerca de 10% do PIB são gastos com compras públicas. As CPS permitem incluir critérios que atendam aos três pilares da sustentabilidade. No Brasil, agregar valores sociais, ambientais e econômicos as compras públicas alia-se a percepção de que “desde mudanças climáticas até condições mais justas de trabalho – tudo pode relacionar-se às decisões de compra” (Moura, 2012).

Para Moura (2012), “o setor público, como consumidor de grande porte, encontra-se em posição privilegiada para criar economias de escala” a partir de gastos “planejados e investidos de forma estratégica”. Segundo Moura (2012) por meio das CPS o Estado pode elaborar políticas e metas socioambientais sem, necessariamente, alocar recursos extra, permitindo ao setor produtivo e ao mercado liberdade para adequar-se aos objetivos propostos pelos governos.

Segundo Moura (2012), “quanto aos custos, embora alguns produtos sustentáveis possam ser mais caros no início” devido às novas tecnologias e materiais empregados. Quando economias de escala são constituídas e o mercado possibilita a produção de grandes quantias de produtos sustentáveis, a tendência é o custo diminuir. “Em países europeus, mais avançados na prática de CPS, observou-se uma redução média de 1% a 5% nos custos orçamentários com as aquisições sustentáveis”.

Para maior avanço das CPS no Brasil, o governo deve estreitar os laços com o setor produtivo, este deve dialogar com o Estado e debater os critérios de sustentabilidade a serem adotados, assim cria-se o cenário adequado para desenvolver um mercado de produtos verdes ou sustentáveis (MOURA, 2012). Tendo em vista a formação do mercado de produtos sustentáveis e às demandas futuras do Estado por estes produtos a autora defende políticas econômicas específicas: como redução de taxas e financiamento para novas tecnologias.

No outro estudo de Moura (2013), sob o título de: As compras públicas sustentáveis e sua evolução no Brasil. A autora inicia seu estudo analisando o poder de compra do Estado e

as ações prioritárias para incluir a sustentabilidade nas compras públicas governamentais, apresenta as vantagens e obstáculos, faz uma análise das normas sobre CPS, iniciativas no Brasil e apresenta suas considerações finais.

O Estado deve por meio do seu poder de compra estimular o mercado a produzir determinados produtos e permitir a competição e a inovação na indústria. Sinalizar para o mercado que existe uma nova demanda permanente e estável. O poder de compra do governo incumbe ao Estado papel indutor, contudo, criar normas, incentivos e impostos é necessário, mas não legitima o seu poder, sua liderança é afirmada por ser o Estado o consumidor mais ativo (MOURA, 2013).

Moura (2013) constata que as recomendações internacionais, como a Agenda 21, foram fundamentais para a implantação das CPS em diversos países. As regulamentações de cada nação legitimam as estratégias de CPS, ao incluir na estratégia estatal atenção ao ciclo de vida e dos produtos bem como sua reintrodução na cadeia produtiva. O Estado para viabilizar as CPS pode criar ou suprimir tributos específicos, subsidiar a produção, desenvolver ferramentas como manuais e guias, bem como inserir critérios socioambientais nas compras públicas de acordo com rótulos, selos e certificações disponíveis no mercado.

Dentre as vantagens das CPS apresentadas por Moura (2013, p. 26), está que “o governo pode estabelecer políticas e atingir metas ambientais”, por meio de “medidas administrativas e instrumentos de comando e controle” sem, necessariamente, arcar com novos custos. Outra vantagem é que as CPS podem auxiliar as nações a estabelecer metas relativas às mudanças climáticas, à gerência de resíduos sólidos e gestão de recursos hídricos. Compras públicas com menos impacto ambiental evitam políticas de reparação, os produtos consomem menos energia, são mais duráveis, poluem menos, e possibilitam a geração de empregos a indivíduos marginalizados (MOURA, 2013).

A autora cita no seu estudo alguns obstáculos para implantação da CPS:

Deve-se reconhecer que ainda existem alguns obstáculos práticos para sua implementação, tais como a percepção de maiores custos, as restrições à competitividade e as ofertas insuficientes nos processos licitatórios, a falta de conhecimento por parte dos licitantes sobre o meio ambiente, bem como sobre a elaboração de critérios de sustentabilidade, e outros obstáculos da cultura organizacional (MOURA, 2013, p. 27).

Conforme Moura (2013) a norma brasileira relativa às CPS possui um arcabouço legal baseado nos fundamentos e princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988. A autora desenvolveu para este estudo 1 (um) quadro que apresenta a evolução normativa das CPS no Brasil. Leis, decretos, portarias e resoluções são analisadas.

Para Moura (2013) o Estado nos últimos anos percebeu sua importância de liderar por meio do exemplo a mudança nos padrões de produção e consumo. Ao editar normas, legitima a liderança. O Estado está em posição estratégica para disseminar as CPS nas esferas estaduais e municipais. Sendo necessário aos órgãos de auditoria desenvolver mecanismos eficientes de avaliação e monitoramento dos processos de CPS, dado que, conforme a literatura, as CPS são vantajosas, porém, a médio e longo prazo. É necessário o acompanhamento.

A tarefa de implantar as CPS é complexa, pois, é preciso mensurar os benefícios e os custos decorrentes de sua adoção. Os benefícios, geralmente, são intangíveis e perceptíveis apenas a médio e longo prazo. A percepção dos benefícios e custos podem respaldar as decisões dos gestores. A autora também sugere estudo para identificar experiências exitosas em outros países a fim de adaptá-los a realidade brasileira. As CPS constitui política pública que não pode ser implantada de forma isolada, o setor produtivo deve participar deste processo (MOURA, 2013).

De acordo com Silva e Barki (2012), em seu estudo denominado Compras públicas compartilhadas: a prática das licitações sustentáveis, os autores analisam as compras públicas sustentáveis como vetor para implementação do DS nos setores governamentais a partir da experiência de caso do Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). O estudo é baseado no seguinte questionamento: As CPS realizadas a partir de compras compartilhadas resultam em ganhos de escala e diminuem o valor dos produtos?

O mercado não está preparado para atender a demanda estatal por produtos e serviços que possuam critérios de sustentabilidade, nesta condição diminui a concorrência e eleva os preços. Paradigma que expõe o gestor público ao paradoxo de economizar e inserir critérios de sustentabilidade as compras públicas sem ultrapassar a limitação orçamentária (SILVA; BARKI, 2012).

Segundo Silva e Barki (2012, p. 158) “a aplicação do conceito de sustentabilidade depende do contexto em que está sendo utilizado”, então, o gestor com cautela deve sinalizar o conhecimento utilizado e a forma como será aplicado o conceito nas compras públicas. Inserir a sustentabilidade no arcabouço das políticas públicas é um desafio, pois, “o meio ambiente, como objeto de políticas públicas, apresenta um conjunto peculiar de características, que diferenciam de outras áreas das políticas públicas” Silva e Barki (2012, p. 159).

De acordo com Silva e Barki (2012), o uso excessivo e exclusivo dos instrumentos de comando e controle, bem como a falta de diálogo entre os atores envolvidos no processo de implementação das compras públicas sustentáveis são os entraves e “à luz desse cenário, o Estado deve atuar como facilitador” Silva e Barki (2012, p. 160).

Os autores observam que “o Brasil ostenta uma série de instrumentos jurídicos que fundamentam a instituição das licitações sustentáveis” Barki e Silva (2012, p. 161). Oferece capacitação e treinamentos aos servidores. Utilizam selos e certificações, entre outras iniciativas para respaldar a inserção dos critérios de sustentabilidade nas compras governamentais. No entanto, a eficiência econômica, ambiental e social das compras públicas está a desejar e nesse sentido o Estado deve “adotar ações que promovam a formalizam de contratos de quantidades maiores” Silva e Barki (2012, p. 162).

As compras públicas compartilhadas abarcam grandes volumes, possibilita a aquisição de bens e serviços em grande quantidade. O estudo constata que os gestores do JBRJ perceberam que as compras públicas deveriam ser sustentáveis e que representam uma fatia considerável do PIB. Então, a ideia é que, “se os órgão públicos comprassem em conjunto por meio das compras públicas compartilhadas sustentáveis, haveria ganho de escala com eficiência econômica, menos impacto ambiental e maiores benefícios sociais” Silva e Barki (2012, p. 162).

A experiência de compras públicas compartilhadas foi planejada e efetivada pelo JBRJ para adquirir material de expediente com base em critérios de sustentabilidade. Vale ressaltar que entre outras ações, para elaborar o edital e efetivar a aquisição foi criada uma comissão composta por especialistas de diversas áreas e a pesquisa de mercado resultou na primeira

lista de itens sustentáveis cadastrados no sistema do Ministério do Planejamento (SILVA e BARKI, 2012).

O resultado da compra pública compartilhada sustentável realizada pelo JBRJ demonstra ser viável realizar aquisições de material de expediente nestes moldes, pois segundo Silva e Barki (2012, p. 167), “observa-se que o ganho de escala permitiu a economia de R\$ 723.263,78, correspondente a 49,89% do valor estimado”.

Silva et al. (2012) dispõe o estudo *Compras Públicas Sustentáveis: aspectos legais, gerenciais e de aplicação*. Pesquisa na qual os autores defendem que as CPS constituem uma ferramenta gerencial disponível aos agentes públicos que permite a regulação estatal considerar os aspectos sociais, ambientais e econômicos em suas contratações. Silva et al. (2012) argumenta que as normas sobre CPS sofrem constantes atualizações para adequar sua implementação, que o governo precisa superar a incerteza em suas ações sustentáveis e que apenas o caráter econômico não justifica ser a proposta mais vantajosa para o Estado.

O objetivo geral do estudo é expor o novo mecanismo que o Estado possui para implantar políticas em prol do meio ambiente, as CPS. O estudo ressalta que pesquisas contábeis são poucas no setor público sendo a literatura no setor privado bem mais diversificada e que, a contabilidade pública muito pode contribuir para “o poder público comprar ou contratar, com o olhar sobre a manutenção da sustentabilidade dos ecossistemas” Silva et al. (2012, p. 47).

Silva et al. (2012) analisam os aspectos legais que oferecem suporte a implantação das CPS no Brasil. Os autores expõem os artigos 170 e 225 da CF/88 e a Medida Provisória 104 que originou a Lei federal 12.349/2010. A partir deste arcabouço legal o Estado cria condições para usar o seu poder comprador não apenas para regular o mercado, mas também, para inserir padrões sustentáveis de consumo e produção no meio produtivo e social (SILVA et al., 2012).

O conceito de licitação é enaltecido pelos autores do estudo, bem como os princípios estabelecidos na Lei 8.666/93 tais como: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, etc. Os autores buscam elucidar o uso destes princípios nas contratações públicas. Os autores ressaltam os principais conceitos sobre CPS bem como seu amparo legal que evoluiu no

Brasil a partir da Agenda 21, várias leis, decretos, resoluções, portarias, são citados. Porém, detalham e focam na Instrução Normativa 1 de 2010 do MPOG, tendo ela como referência e marco legal para o estudo. (SILVA et al., 2012).

A partir da análise da Instrução Normativa 1/2010 Silva et al. (2012), detectam que a administração pública pode exigir nas especificações dos produtos atender as normas técnicas da ABNT e de qualidade industrial do INMETRO, com preferência a aquisição de produtos recicláveis e/ou biodegradáveis. Desta forma o Estado pode gerenciar e aplicar os aspectos legais das CPS em parceria com as empresas fornecedoras.

Nas considerações finais Silva et al. (2012) defendem a necessidade de comprar com prévio planejamento para evitar desperdícios. O uso das compras compartilhadas é indicado, pois possibilitam a aquisição de grandes quantidades e evitam a realização de certames repetitivos. As tecnologias, a logística reversa, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como mudança na cultura organizacional e dos gestores são explícitos como ferramentas de apoio as CPS.

No estudo, ‘Marco legal das licitações e compras sustentáveis na administração pública’, Valente (2011) considera relevante o relatório Brundtland e o conceito de desenvolvimento sustentável por ele apresentado, bem como a Agenda 21 como documentos importantes para reafirmar e ampliar as recomendações na busca de mudança no padrão global de produção e consumo. Segundo Valente (2011) o uso do poder de compra do Estado é importante neste processo mudança ao induzir o mercado produtor a agregar critérios de sustentabilidade na confecção de seus produtos.

O cenário atual é de expansão demográfica associada à economia capitalista que demanda cada vez mais recursos naturais. Esta combinação pressiona o meio ambiente, porém, propicia o ambiente favorável a formar a consciência de preservação ambiental.

A Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) é o marco legal brasileiro indutor de ações ambientais por parte dos gestores públicos, que conforme o autor teve início em 1999 por meio do Ministério do Meio Ambiente. Sendo a Instrução Normativa nº 1 de 2010 o primeiro marco legal que estimula o uso de critérios ambientais nas compras públicas. Norma para a adoção de um novo modelo de compra. (VALENTE, 2011).

Valente (2011) ressalta a dificuldade que os gestores públicos encontram para incluir critérios de sustentabilidade nos contratos licitatórios e manter a isonomia que dê condições iguais aos concorrentes, para isso o autor elenca uma série de artigos da Constituição Federal que podem auxiliar a Administração Pública nesta inclusão. Outros dois passos importantes rumo ao uso do poder de compra do governo de forma sustentável foram, a inclusão da frase “desenvolvimento nacional sustentável” conferido ao Art. 3º da lei 8.666/1993, bem como a Exposição de Motivos Interministerial nº 104/2010.

Valente (2011) relata que uma série de produtos com critérios de sustentabilidade já foram adquiridos pelo governo brasileiro, o que demonstra a preocupação e iniciativas que privilegiam a proteção do meio ambiente. Conforme Valente (2011, p. 12) “a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nas diversas atividades da vida em sociedade e da atuação estatal representa o amadurecimento da humanidade com relação aos permanentes “avisos” da natureza”.

O estudo, ‘Licitações sustentáveis, alimentação escolar e desenvolvimento regional: uma discussão sobre o poder de compra governamental a favor da sustentabilidade’, Carvalho (2009) argumenta que o Estado brasileiro é omissivo em relação ao uso de princípios de sustentabilidade nas compras públicas, contrapondo-se ao que já ocorre em outras nações. A incorreta ideia de que a adoção de princípios ambientais oneram os produtos e serviços torna-se, geralmente, empecilho para a participação de todos os interessados, sendo a adoção apontada como mecanismo que fomenta a baixa concorrência. A autora faz uma crítica ao uso do menor preço como critério básico e indispensável.

Neste estudo a autora objetiva “discutir a adoção de “licitações sustentáveis” na alimentação escolar como ferramenta de desenvolvimento local e regional em prol da sustentabilidade” Carvalho (2009, p. 117). A autora constata que as licitações sustentáveis são viáveis e já são aplicadas em programas de alimentação escolar com sucesso na geração de arranjos produtivos locais e criação da dinâmica necessária às redes de capital social. As licitações sustentáveis são ferramentas úteis para atingir o Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) (CARVALHO, 2009).

Assim, é necessário que a norma brasileira acompanhe a evolução da legislação das nações desenvolvidas no que tange aderir aos critérios ambientais incorporando-os as compras

públicas, refutando o menor preço como princípio balizador da vantagem estatal (CARVALHO, 2009). Então, as compras públicas que no Brasil movimentam valores consideráveis, podem ser usadas como política pública de combate às desigualdades sociais e promoção do (DRS). As políticas públicas devem ser criadas a partir da percepção do lugar como prática que almeja o bem comum e oferece ao cidadão acesso aos benefícios sociais (CARVALHO, 2009).

Para Carvalho (2009), as políticas públicas de alimentação escolar, como o Pnae que é financiado pelo FNDE, podem evoluir na aquisição de produtos e serviços em prol do (DRS), com alimentação escolar preferencialmente proveniente da agricultura familiar e de origem orgânica. É possível regionalizar a alimentação escolar, incluir critérios sustentáveis e constituir mercado consumidor de expressiva inclusão econômica, social e ambiental (CARVALHO, 2009).

A autora retrata a descentralização no repasse financeiro e a mudança na modalidade de gestão que ocorreram na alimentação escolar do país, exemplificando alguns casos de gestão centralizada, escolarizada e terceirizada. O estudo apresenta dados dos tipos de gestões adotados nos estados e capitais do país, a evolução do número de refeições servidas diariamente em todas as escolas brasileiras, o valor dos repasses financeiros, entre outras informações. Bem como os casos passíveis de cancelamento dos repasses (CARVALHO, 2009).

“As licitações sustentáveis ainda é uma expressão sem uma definição precisa” (Carvalho, 2009, p. 133). As licitações sustentáveis constituem possibilidade de DRS, uma vez que, além do menor preço, valoriza a oportunidade de exercer o poder de compra do Estado, viabiliza novas formas de produção, cria demanda de produtos e investimentos sustentáveis, incentiva a inovação e o poder de exemplo multiplicador do Estado. O estudo traz exemplos bem sucedidos de compras sustentáveis para a alimentação escolar e ressalta a importância da atuação do judiciário como parceiro na melhoria da qualidade da alimentação, na promoção do local e, também no apoio ao DRS (CARVALHO, 2009).

A pesquisa traz a base legal que auxilia a inclusão da sustentabilidade na aquisição de bens e serviços para a alimentação escolar. Para promover as licitações sustentáveis na alimentação escolar e proporcionar o DRS é preciso capacitar os empreendedores e

agricultores, criar grupos de trabalho consultivo, compra compartilhada, abordagem do ciclo de vida, redução e reutilização dos resíduos de alimento, adoção de logística reversa (CARVALHO, 2009).

O estudo conclui que é viável utilizar as CPS na alimentação escolar para valorizar os produtos e a produção local na busca do DRS. É preciso uma nova postura do gestor público no momento da elaboração dos editais, atentando para priorizar alimentos naturais, locais e não OGM's, que são mais saudáveis do que os industrializados e permite a promoção social, ambiental e cultural (CARVALHO, 2009).

Na pesquisa de Freitas (2012), denominada Aquisições públicas sustentáveis: o princípio da sustentabilidade encarado para além da questão ambiental. O objetivo é analisar se a política pública de tratamento diferenciado, ratificado as microempresas e as empresas de pequeno porte nas aquisições públicas é hábil para promover sustentabilidade social e econômica. De modo que, para esta política ser considerada hábil, na elaboração da pesquisa foi utilizado o método dedutivo, a partir de uma análise detalhada da bibliografia pertinente, para posterior conclusão.

A Lei Complementar 123/06 que oferece acesso ao mercado de aquisições públicas de forma diferenciada as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) gera controvérsias legais e doutrinárias. O estudo percebe que o princípio da sustentabilidade nas aquisições públicas não pode se restringir à questão ambiental, pois ele é pluridimensional, e consiste no social, econômico, ético, jurídico-político e ambiental. Apesar da contraposição legal e doutrinária o estudo demonstra a possibilidade do tratamento favorecido promover políticas públicas sustentáveis no modelo pluridimensional sugerido (FREITAS, 2012).

Freitas (2009) aponta os aspectos legais e doutrinários das licitações sustentáveis e faz uma crítica à inclusão da frase “promoção do desenvolvimento nacional sustentável” introduzida pela Lei 12.294/2010 no art. 3º da Lei 8.666/93 como uma finalidade da licitação. Para ele, isto constitui uma “técnica legislativa equivocada”. Pois, “não há que se falar em desenvolvimento nacional sustentável como finalidade de licitação, porque, na verdade, ele é uma finalidade da contratação pública” (Freitas, 2012, p. 85). Apesar do equívoco a frase é nobre no sentido de legitimar a sustentabilidade nas contratações públicas, principalmente, o viés social e o econômico (FREITAS, 2012).

Freitas (2012), afirma que a Instrução Normativa nº 1/2010 SLTI/MPOG é considerada um marco legal para as licitações sustentáveis, pois, assevera o uso de critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações públicas. De todo modo, o autor identifica que a redação da instrução não vincula as empresas públicas, as sociedades de economia mista, bem como, estados e municípios a cumprir o disposto na norma. Apesar das fragilidades “tais diplomas legais marcam uma verdadeira mudança paradigmática sobre a questão da sustentabilidade e sua efetivação a partir de políticas públicas” (Freitas, 2012, p. 86).

O princípio da sustentabilidade não se restringe ao meio ambiente. Por defender esta percepção pluridimensional, o estudo adota o conceito do doutrinador Juarez Freitas sobre o princípio da sustentabilidade, bem como apresenta um debate doutrinário sobre o princípio da sustentabilidade e suas dimensões social, ético, jurídico e político e econômica. Conforme o autor o princípio não fica restrito a doutrina, e cita a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3540-MC que relatou sobre o princípio para exemplificar a importância e o esforço judiciário acerca do tema (FREITAS 2012).

De acordo com Freitas (2009), o tratamento diferenciado que beneficia as ME e EPP nas aquisições públicas, definido pela Lei Complementar 123/06, acrescenta o que os artigos 170, IX e artigo 179 da Constituição Federal de 1988 já fundamentam. O estudo explica todos os benefícios descritos entre os artigos 42 e 49 da LC 123/06 e, aproveita o ensejo para apresentar as críticas e anuências doutrinárias à mesma. Uma das críticas da doutrina afirma que a LC 123/06 ofende o princípio da igualdade. Apesar das divergências, para o autor este tratamento diferenciado “trata-se, na verdade, de uma política pública sustentável, principalmente no seu viés social e econômico” Freitas (2012, p. 88).

A partir da análise normativa e da jurisdição, o estudo constata que o tratamento diferenciado aplicado as ME e EPP é legítimo e fundamentado na CF/88, além de viável como política pública sustentável de viés social e econômico. Para corroborar, as ME e EPP geram empregos, o social, e participam de forma significativa do PIB, o econômico. Menos desemprego, menos ônus ao Estado. Diante de duas linhas de pensamento, uma contrária e outra a favor do tratamento diferenciado, o estudo segue a que aceita e comprova que diferenciar é um instrumento de política pública sustentável, social, econômica e ambiental, entre outros, ou seja, como estipula este estudo, pluridimensional (FREITAS, 2012).

5.1 ANÁLISE CRÍTICA DA LITERATURA DO BRASIL SOBRE COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

O levantamento da literatura sobre Compras Públicas Sustentáveis no Brasil identificou distintas experiências. Vale ressaltar que as normas com vistas à inclusão de critérios de sustentabilidade nas compras governamentais são recentes no Brasil, a primeira, data do ano de 2010. E mesmo com o curto processo de legalização, implantação e construção de pesquisas no Brasil, como aponta o levantamento, foram identificadas muitas pesquisas e selecionados alguns destes estudos para demonstrar as distintas opções de usos das CPS em prol do meio ambiente.

É praticamente unânime a ideia que o Estado deve usar seu poder de compra para induzir o meio produtivo a inserir a sustentabilidade social e ambiental na rotina produtiva. Esta indução deve-se apoiar em mudança nos meios de produção dos bens e serviços convencionais contratados pelo Estado, assim como em pesquisas e tecnologia para torná-los o mais sustentável possível. O Estado ao usar o seu poder de compra pode, antes de todo o processo licitatório, planejar e definir o que realmente necessita adquirir, bem como estabelecer nos certames os critérios de sustentabilidade a serem cumpridos pelos fornecedores. Isto, de certa forma, permite ao governo regular o mercado moldando-o rumo à criação de uma economia de escala que permita diminuir os custos e os valores dos produtos, serviços e obras definidos e classificados como sustentáveis (TEIXEIRA, 2013; MOURA, 2013; MOURA, 2012; SILVA et al., 2012; VALENTE, 2011; CARVALHO, 2009).

Em relação à estrutura e os componentes das pesquisas selecionadas, foram poucos os estudos analisados que apresentaram objetivos, material e método. Destaque neste quesito para os estudos de (TEIXEIRA, 2013; SILVA et al., 2012; FREITAS, 2012; VALENTE, 2011; CARVALHO, 2009), este estudos apresentam os objetivos e alguns deles o material e método. Está constatação é válida a partir do princípio que, para o leitor, saber o objetivo bem como o material e o método utilizado para atingir os resultados é crucial para entender a pesquisa bem como estabelece o grau de confiabilidade do estudo.

Como expressa este estudo a necessidade de comprar do Estado é anterior a inclusão dos critérios de sustentabilidade na cultura organizacional do governo. Então, é necessário haver uma evolução nas normas brasileiras para promover a implantação das Compras

Públicas Sustentáveis em conformidade com a experiência internacional, ou seja, é preciso atualizar as regras licitatórias norteando-as para agregar as vertentes ambientais e sociais as práticas econômicas estatais. É imprescindível realizar análises sobre a evolução das diversas normas brasileiras relacionadas às CPS, tal como, além da análise do progresso, avaliar as críticas que apontam os estudos sobre a falta de articulação entre as normas, políticas e realidade dos setores de compras dos órgãos públicos (TEIXEIRA, 2013; MOURA, 2013; SILVA et al., 2012; FREITAS, 2012; CARVALHO, 2009).

Nem tudo é consenso entre os autores. Enquanto (TEIXEIRA, 2013) busca exaltar a importância dos mecanismos de comando e controle do Estado como mecanismos para a implantação das CPS; MOURA (2013) ressalta a alternativa do uso de instrumentos de comando e controle e políticas como as de mudanças climáticas, resíduos sólidos, recursos hídricos, articuladas as CPS. Contudo, (Silva e Barki, 2012) contrapõem-se a estas duas autoras e fazem uma crítica ao uso excessivo dos instrumentos de comando e controle do Estado e aponta a falta de diálogo entre os atores envolvidos no processo como um dos empecilhos para a implantação das CPS no Brasil.

O Brasil oferece capacitação, usa certificação, guias, manuais, rótulos e, apesar disso, ainda é percebido falta de capacitação adequada e receio dos especialistas em compras públicas em infringir questões legais. Foram identificados os seguintes entraves para a implantação das CPS no Brasil: dificuldade dos gestores para incluir a sustentabilidade nas compras sem ferir a isonomia, dificuldade para materializar os critérios ambientais e sociais, capacidade institucional limitada, falta de articulação entre políticas, poucos produtos e serviços classificados como sustentáveis, necessidade de mudança na cultura organizacional, diminuir os custos dos produtos, falta de conhecimento e a existência de poucos grupos de trabalho (TEIXEIRA, 2013; MOURA, 2013; MOURA, 2012; SILVA et al., 2012; SILVA e BARKI, 2012; FREITAS, 2012; VALENTE, 2011; CARVALHO, 2009).

Além de entraves os estudos indicam oportunidades para promover a implantação das CPS. Usar o Regime Diferenciado de Contratação Pública, as certificações e rótulos ambientais, aprimorar os catálogos do governo, usar tributos específicos, utilizar os manuais e guias de CPS do governo, desenvolver tecnologias, apoiar iniciativas de logística reversa, entre outras, são apontadas como oportunidades para implantar as CPS. O Estado deve subsidiar a produção de bens/serviços e obras a partir do financiamento direcionado ao setor

produtivo (TEIXEIRA, 2013; MOURA, 2013; MOURA, 2012; SILVA et al., 2012; SILVA e BARKI, 2012; FREITAS, 2012; VALENTE, 2011; CARVALHO, 2009).

As compras públicas compartilhadas são convenientes ao Estado já que dessa maneira o volume de compras aumenta e possibilita ganho de escala gerando economia aos cofres públicos como explicita a experiência do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. É perceptível que a médio e longo prazo o preço dos produtos e serviços definidos como sustentáveis é viável e os ganhos com economia de energia e água nos órgãos públicos justificam a escolha pelos classificados como sustentáveis (TEIXEIRA, 2013; MOURA, 2012; SILVA et al., 2012 e; SILVA e BARKI, 2012).

A seleção dos estudos foi providencial uma vez que os estudos orientaram sobre o atual estado da arte da produção literária sobre CPS no Brasil identificando-se as lacunas nas pesquisas analisadas, do mesmo modo que orientou os caminhos desta. O estudo de (SILVA e BARKI, 2012) apresenta a experiência em compras públicas compartilhadas do JBRJ. (FREITAS, 2012) pesquisou o tratamento diferenciado dispensado às micro e pequenas empresas e (CARVALHO, 2009) o uso das CPS na alimentação escolar como meio de promoção do desenvolvimento regional sustentável. Os demais estudos também merecem seu devido valor, no entanto, estes três merecem destaque por apresentar possibilidades variadas para o uso das CPS como ferramenta de desenvolvimento sustentável. Os estudos estão bem estruturados e são bastante críticos, com isso, sugere-se a leitura dos mesmos, assim como a leitura do estudo de (TEIXEIRA, 2013) pela organização e complexidade que traz sobre a realidade dos órgãos públicos federais e do estado de São Paulo em relação as CPS.

6 MECANISMOS DE COMANDO E CONTROLE PARA AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

O sistema econômico-social possui estreitos conflitos de interesses que necessitam da intermediação, geralmente direta, do Estado para regular e regulamentar as relações entre os distintos atores pertencentes. O debate acentua-se ainda mais quando se insere a questão ambiental neste ciclo articulado e de certo modo interdependente. Para clarificar, vale destacar que na gestão deste sistema é comum o Estado usar mecanismos de comando como exigências legais e de controle que são exercidos basicamente por meio de atividades de fiscalização.

O século XX, em especial, foi marcado pelas distintas experiências reguladoras exercidas pelo Estado. Bursztyn e Bursztyn (2012) afirmam que nos países que aderiram ao sistema socialista o Estado é quem define o interesse da coletividade ao planejar a estratégia de como fazer incumbindo-se também de agir para fazer, a economia torna-se basicamente estatal. Desta forma necessita-se da criação de poucas normas para efetivar os planos de governo e garantir o interesse coletivo, ou seja, o Estado, ao fazer, regula. Nos que se mantiveram no sistema capitalista o Estado tornou-se o agente econômico principal, seja na promoção de serviços públicos, seja por meio da produção realizada nas empresas estatais, neste caso, o Estado é interventor, situação propícia para a prevenção e reversão de crises econômicas que comumente ocorrerão neste período.

Os Estados Unidos é um caso extraordinário, porque o Estado não privilegiou torna-se empresário. Ao contrário, ele é o maior cliente das empresas e exerce o ofício de promotor das atividades produtivas por meio, principalmente, de suas demandas de material bélico bem como o atendimento aos programas governamentais, como o espacial. Isto além das demais demandas de infraestrutura geral do país. Isto significa que, o Estado não faz, mas faz fazer (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012).

Este panorama é modificado no final do século XX, na Europa ocorreu na década de 1980, no Brasil o evento acentuou-se na década seguinte, quando o Estado adere aos princípios neoliberais que estabelece o próprio mercado como regulador. Neste momento inicia-se uma reformulação que diminui a sua atuação e com isso o Estado deixa de ser o promotor direto de diversos bens e serviços. Além das privatizações de empresas públicas, que impactaram na dimensão econômica do Estado e na proteção dos direitos sociais, houve também a redução dos usuais mecanismos de regulação. Este processo de reestruturação do Estado provocou consideráveis efeitos negativos à economia, a sociedade e, por conseguinte, ao meio ambiente, visto que as empresas privatizadas encontraram neste contexto o ambiente ideal para praticar ações nocivas ao interesse coletivo.

Cabe aqui assinalar uma confusão recorrente, que marcou o debate da reforma do Estado ao final do século XX: Regulação vs. Regulamentação. Como visto acima é papel do Estado, independentemente do grau de intervenção direta como agente econômico, regular as relações entre os diferentes atores do sistema econômico-social. Para regular, pode lançar mão de duas categorias de intervenção: a ação direta (como empresário e/ou provedor) e a regulamentação (mediante leis e mecanismos de indução). (Bursztyn e Bursztyn, 2012, p. 143).

Como visto as propostas neoliberais que minimizaram a atuação estatal coexistiram simultaneamente com o intenso processo de desregulação e desregulamentação. Isto no Brasil é perceptível na década de 1990 quando o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso intensifica o processo de privatização das empresas estatais. O início da transição público/privado foi conturbado devido à falta de leis específicas e a devida fiscalização. O setor de prestação de serviços de telecomunicações é um exemplo clássico onde o setor gradativamente aumentou a eficiência dos serviços e a partir da abertura do mercado para a concorrência no setor houve diminuição do valor cobrado tornando os serviços acessíveis atualmente para boa parte da população brasileira.

Os aspectos positivos apresentados tornam válida esta transição que de certa forma serviu para preparar o Estado a perceber que quanto mais se diminui a sua participação na economia, privatiza-se, mais vulneráveis se tornam os cidadãos frente aos abusos cometidos pelo setor privado. Diante desta constatação constata-se que “Ao passarem à esfera privada, tais serviços devem ser objeto de salvaguardas” e “a conclusão é que, quanto mais se desestatiza o setor produtivo e de serviços, mais se tornam necessárias regulamentações, e não o contrário” (Bursztyn e Bursztyn, 2012, p. 143).

Observa-se que a implantação das Compras Públicas Sustentáveis no Brasil é implantada, grosso modo, principalmente, por meio de mecanismos de comando e controle tendo como marco regulamentar a Instrução Normativa nº 1, de 2010, e age de forma direta, como provedor e fiscalizador. Teixeira (2013) argumenta que os instrumentos de comando e controle utilizados na gestão ambiental se dividem em três categorias: licenças, zoneamento e padrões. Os órgãos ambientais emitem as licenças com o objetivo de liberar a instalação e o funcionamento de atividades econômicas que podem impactar no meio ambiente. Já o zoneamento delimita as áreas propícias ou não para determinadas atividades. Enquanto os padrões representam os limites máximos de emissão ou concentração de poluentes. Os padrões se baseiam em exigir o uso de tecnologias específicas e da eficiência dos processos produtivos.

As Compras Públicas Sustentáveis são percebidas neste estudo como uma oportunidade a ser utilizada pelo Estado como política ou programa público direcionado a assegurar melhores condições econômicas e socioambientais baseando-se nas categorias e nos demais aspectos positivos que norteiam a função de regular do Estado. O atual cenário de implantação das CPS é o momento para inserir na indústria, nas empresas e na sociedade o compromisso de comprar com responsabilidade tendo em vista que comprometer a qualidade e/ou disponibilidade dos recursos naturais gera custos a mais para o Estado, e conseqüentemente para a população. Melhor, qualquer impacto que gere perda de receita para o Estado afeta, direta ou indiretamente, no curto ou longo prazo, toda a sociedade.

É uma lógica clara, e bem retratada pela atual crise hídrica da região Sudeste do Brasil, tal como a denúncia de corrupção identificada na principal empresa estatal, a Petrobras. Crise ambiental reflete diretamente no desempenho das atividades econômicas, economia fraca implica em perdas sociais, e costumeiramente, resta à sociedade brasileira arcar com os custos

das mazelas ambientais resultantes da falta de planejamento e valorização da questão ambiental. O uso do poder de contratação do Estado brasileiro deve ser explorado da melhor forma. As CPS representam um meio para se planejar as aquisições públicas com o objetivo de intervir na cultura e no ciclo das compras dos órgãos públicos para servir de exemplo para a sociedade. Para gradualmente envolver na medida do possível, os cidadãos nesse processo, o que torna as compras amigas do meio ambiente um desafio ainda mais complexo.

Neste momento é importante trazer para o debate o seguinte argumento. “ Em nosso ponto de vista, o uso de comando e controle além de ser mais fácil, pode ser mais efetivo, pois é simplesmente cumpra-se” (Teixeira, 2013, p. 31). Mas, será esta a trajetória adequada, a imposição, por meio de normas, regulamentações, e regulação estatal atuando diretamente como empresário e/ou provedor. Este estudo não contesta o atual modelo, porém, acredita que para tornar o sistema de CPS funcional é preciso injetar novos mecanismos as usuais ações estatais.

Teixeira 2013 aponta que a eficácia dos mecanismos de comando e controle encontra-se articulada ao seu efetivo controle. Sendo assim, o setor de fiscalização dos órgãos estatais deve possuir estrutura adequada para exercer sua função com qualidade, caso contrário, o cumprimento da lei não se realiza. Este estudo concorda que deve melhorar as condições de inspeção como aponta Teixeira 2013 e confere ao modelo de implantação das CPS no Brasil. Mas, é este mesmo o caminho mais adequado?

Diante da realidade constatada no levantamento da literatura bem como a base de resultados desta pesquisa, indica-se que se o modelo de implantação das CPS se continuar neste padrão de comando e controle será preciso investir em melhorias pontuais de qualificação técnica e suporte estrutural das equipes de fiscalização. Com isso pode-se efetivar o controle e desenhar um padrão. E em consonância com a experiência desenvolvida pelo FNDE, aproveitar o momento para usar os mecanismos de controle articulado aos instrumentos não impositivos (econômicos e de informação). A aproximação entre o Estado, o setor produtivo e a academia faz-se necessário. O diálogo entre as partes serve para o governo orientar o setor produtivo, analisar os processos industriais e sempre que possível disponibilizar tecnologias. Deste modo é possível conter os empecilhos que dificultam o essencial convívio harmônico e o real impulso para implantar as CPS.

O Estado age com inteligência ambiental se passar a analisar os meios e modos de produção na origem da produção industrial, identificar os entes que possuem preocupação com a economia de água e energia, por exemplo. Agir com habilidade para tornar a movimentação de cargas no país acessível e sustentado em tecnologias e energia menos poluente, nas empresas, no comércio, no consumidor, todos devem agregar seus valores ambientais ao ciclo do sistema produtivo nacional.

O atual momento de reflexão sugere que o Estado pode implantar as CPS do modo como a faz neste momento, regulando e regulamentando baseando-se na ação direta de empresário e/ou provedor assim como em normas específicas e fiscalização. Porém, reforça-se neste momento o entendimento sobre a necessidade de se usar mais instrumentos não impositivos. O momento é adequado para o governo se articular, propor o diálogo e trocar experiências, porque, cabe agora ao Estado orientar o setor produtivo sobre a demanda sustentável do governo. Mostrar as possíveis vantagens econômicas, sociais e ambientais que as CPS possibilitam.

A postura adotada nesta pesquisa vai de encontro com análise crítica de (Silva e Barki 2012), elas contrapõem-se ao uso excessivo dos instrumentos de comando e controle do Estado e aponta a falta de diálogo entre os atores envolvidos no processo como um dos obstáculos para a implantação das CPS no Brasil.

Apesar do crédito apresentado na implantação gradual das CPS no Brasil por meio deste modelo, há uma ressalva sobre a postura governamental. Não adianta apenas o setor produtivo e os cidadãos cumprirem o que é determinado nas regulamentações propostas para as compras com critérios de sustentabilidade, o próprio Estado deve cumprir para dar exemplo, e melhor, criar condições para os gestores de compras executarem com qualidade as CPS nos órgãos estatais. Esta afirmação consiste no resultado desta pesquisa que aponta para uma pequena porcentagem de órgãos com os seus devidos Planos de Gestão de Logística Sustentável.

Este exemplo de não cumprimento da lei por órgãos estatais deve-se, pois, o Decreto nº 7.746/2012, no seu artigo 16, determina que os órgãos da Administração Pública Federal implantem o PGLS. No entanto, os prazos para implantar os planos, determinados pela Instrução Normativa nº 10/2012, bem como na Portaria nº 10/2013, ambas da SLTI/MP, estão

vencidos. Então, se o próprio Estado não acata suas ordens como cobrar o cumprimento por parte dos demais atores envolvidos nas CPS.

7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa de acordo com a amostra de 25 especialistas em compras públicas que responderam aos questionários. Também foi utilizado um roteiro de entrevista aplicado à diretora de administração – DIRAD/FNDE para fins de coletar a experiência em compras públicas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que é identificada nesta pesquisa como a mais avançada dentro dos órgãos da Administração Pública Federal brasileira.

O Gráfico 1, logo abaixo, demonstra o tempo de experiência em compras públicas dos especialistas pesquisados. A maior porcentagem obtida são 16% que possuem 5 anos de experiência, seguido dos especialistas com 1, 3, 7 e 10 anos de experiência que totalizam 48% sendo 12% cada. Na amostra os especialistas que apresentam 2 e 4 anos de experiência representam 16%, sendo 8% cada. Os demais apresentam respectivamente, 9, 11, 12, 15 e 20 anos de experiência que totaliza 20% da amostra, sendo 4% para cada tempo de experiência. Com base nestes dados a média em anos de experiência dos especialistas em compras públicas desta pesquisa é de 6,5 anos. Com isso, atende-se ao requisito do material/método, onde se estipula a média de cinco anos de experiência em compras públicas dos especialistas que participam desta pesquisa.

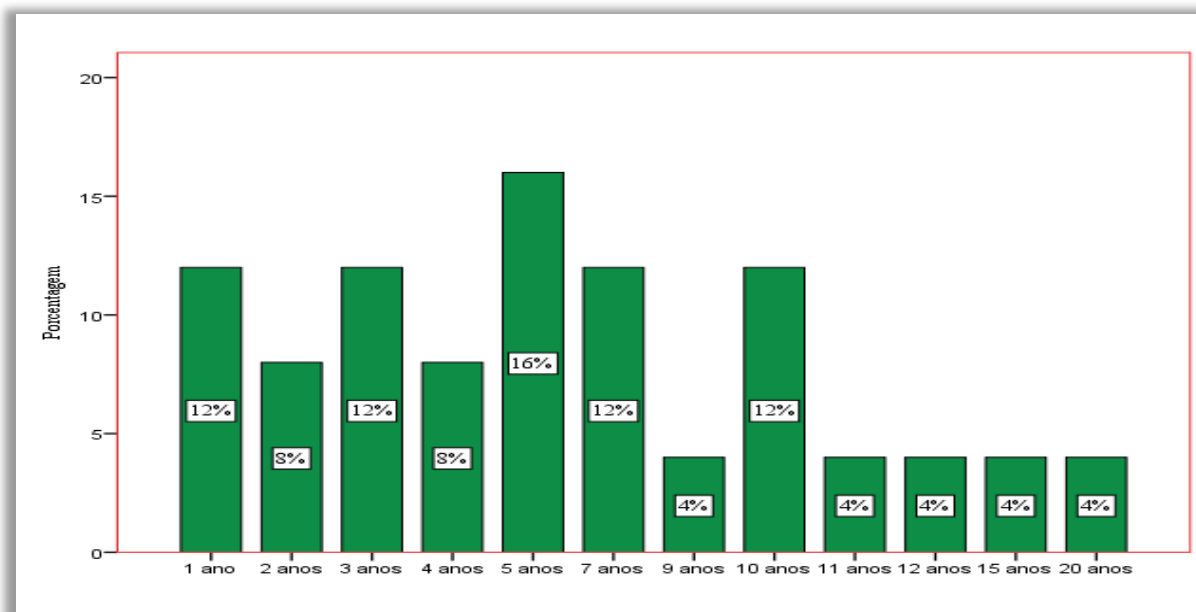


Gráfico 1 - Distribuição dos especialistas conforme o tempo de experiência em compras públicas
 Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa aplicada em campo e via internet

Conforme o Gráfico 2, o nível de escolaridade predominante entre os especialistas em compras públicas é a especialização que representa 56%. Seguido dos especialistas com nível superior que na amostra equivale a 32%. Somente 8% dos especialistas possuem Mestrado, e os especialistas com nível médio correspondem a 4% do total da amostra. Percebe-se com estes resultados que o grau de instrução dos especialistas em compras públicas que participam desta pesquisa é significativo.

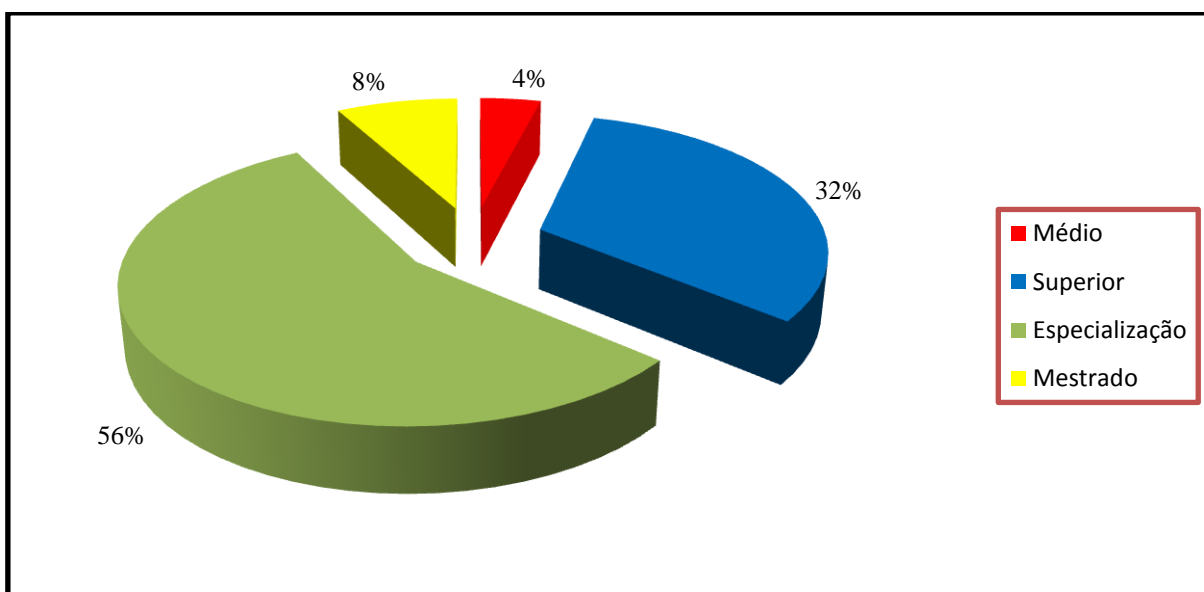


Gráfico 2 - Distribuição dos especialistas em compras públicas segundo o grau de escolaridade
 Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa aplicada em campo e via internet

A partir do Gráfico 3, inicia-se a análise das sete questões abertas que seguem o método *Delphi* conforme explícito no capítulo material e método. Neste caso, a mediana, o quartil inferior e o quartil superior são os resultados originalmente a serem analisados como preconiza o *Delphi*. Sendo a mediana o principal resultado norteador do consenso entre os especialistas de compras públicas. Seguem os resultados da aplicação e reaplicação do questionário de pesquisa.

Conforme o Gráfico 3, a maioria dos especialistas o equivalente a 28%, apontam que, em 2015, a porcentagem da participação das Compras Públicas Sustentáveis no total das compras governamentais será de 0,07%. Seguido pela porcentagem de 0,069% indicada por 24% dos especialistas. Deste modo, a mediana apresentada é 0,07%, o quartil inferior é 0,065% e o quartil superior é 0,085%. O percentual da participação das Compras Públicas Sustentáveis no total das compras governamentais, em 2013, foi de 0,059%. Então, a partir da porcentagem indicada, para 2015, pela maioria dos especialistas, que neste caso, coincide com o percentual da mediana, 0,07%, mostra-se que os especialistas em compras governamentais, com base no percentual do ano de 2013 projetam o crescimento, para 2015, de 0,011%.

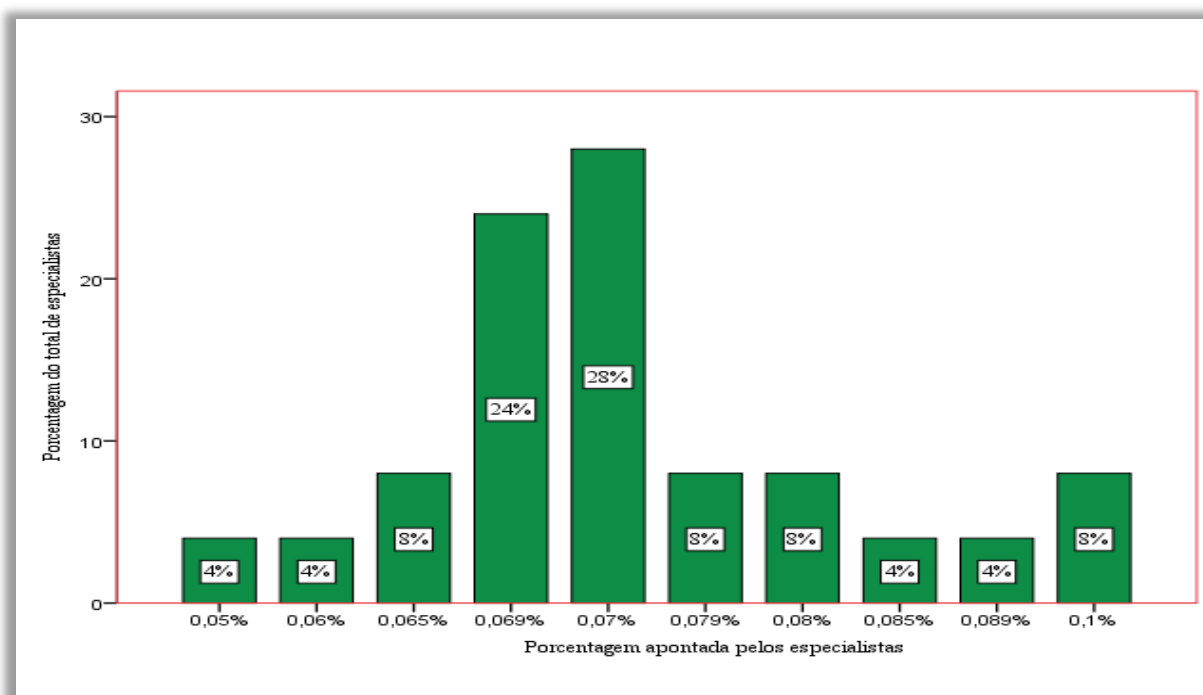


Gráfico 3 - Distribuição da percepção dos especialistas sobre a participação das Compras Públicas Sustentáveis no total das compras governamentais para 2015

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa aplicada em campo e via internet

O Gráfico 4 contém o resultado da reaplicação do questionário sobre o percentual da participação das Compras Públicas Sustentáveis no total das compras governamentais, para 2015. Com isso o Gráfico 4, aponta que a maioria dos especialistas o equivalente a 40%, percebem que a porcentagem da participação das Compras Públicas Sustentáveis no total das compras governamentais será de 0,07%, em 2015. Seguido pelas porcentagens de 0,08% e 0,1% indicada por 32% dos especialistas, sendo 16% cada. A porcentagem de 0,06% é apontada por 12% do total dos entrevistados. A soma dos especialistas que indicaram as porcentagens 0,065% e 0,09% totalizam 16% da amostra total, sendo 8% cada. Deste modo, a mediana apresentada é 0,07%, o quartil inferior é 0,07% e o quartil superior é 0,085%.

O percentual da participação das Compras Públicas Sustentáveis no total das compras governamentais, em 2013, foi de 0,059% e na primeira aplicação do questionário os especialistas apontaram para a mediana de 0,07%. Então, a porcentagem, para 2015, da reaplicação do questionário apontada pela maioria dos especialistas em compras públicas, indica que o consenso aumentou, tendo em vista que, na reaplicação, o quartil inferior é o mesmo percentual da mediana. E a mediana de 0,07% que representava 28% dos especialistas na primeira aplicação, passou para 40% do total na reaplicação. Deste modo, mostra-se que, os especialistas em compras governamentais na reaplicação do questionário, com base no resultado parcial da pesquisa aumentaram em 12% o consenso sobre a mediana de 0,07%, para 2015.

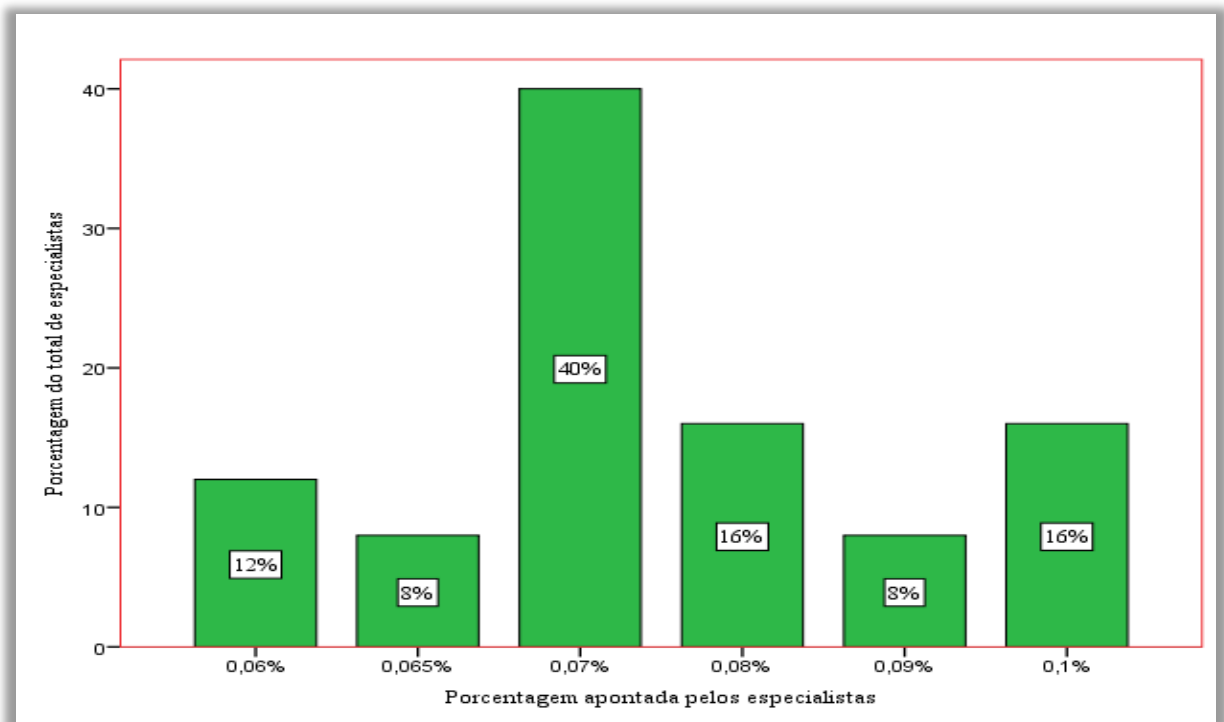


Gráfico 4 - Reaplicação do questionário. Distribuição da percepção dos especialistas sobre a participação das Compras Públicas Sustentáveis no total das compras governamentais para 2015

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa aplicada em campo e via internet

O Gráfico 5 apresenta o resultado da percepção dos especialistas em compras governamentais sobre o percentual de processos de Compras Públicas Sustentáveis realizados para adquirir bens por meio da modalidade Pregão Eletrônico, para 2015. De acordo com o resultado, os percentuais de 70% e 80% que equivalem a 56% do total, sendo 28% cada, são os percentuais apontados pela maioria dos especialistas. Seguido da porcentagem de 65% que corresponde a 16% dos questionados. As porcentagens de 75% e 78% equivalem a 16% da amostra, sendo 8% cada. Os especialistas que optaram por 67%, 68% e 73% somaram 12% da amostra, sendo 4% cada.

A partir do resultado apresentado a mediana é 70%, o quartil inferior 69% e quartil superior 80%. Com isso, a porcentagem de processos de Compras Públicas Sustentáveis realizados para adquirir bens, por meio da modalidade Pregão Eletrônico, que em 2013, correspondeu a 63%, na percepção dos especialistas, aumentou para 70%, em 2015.

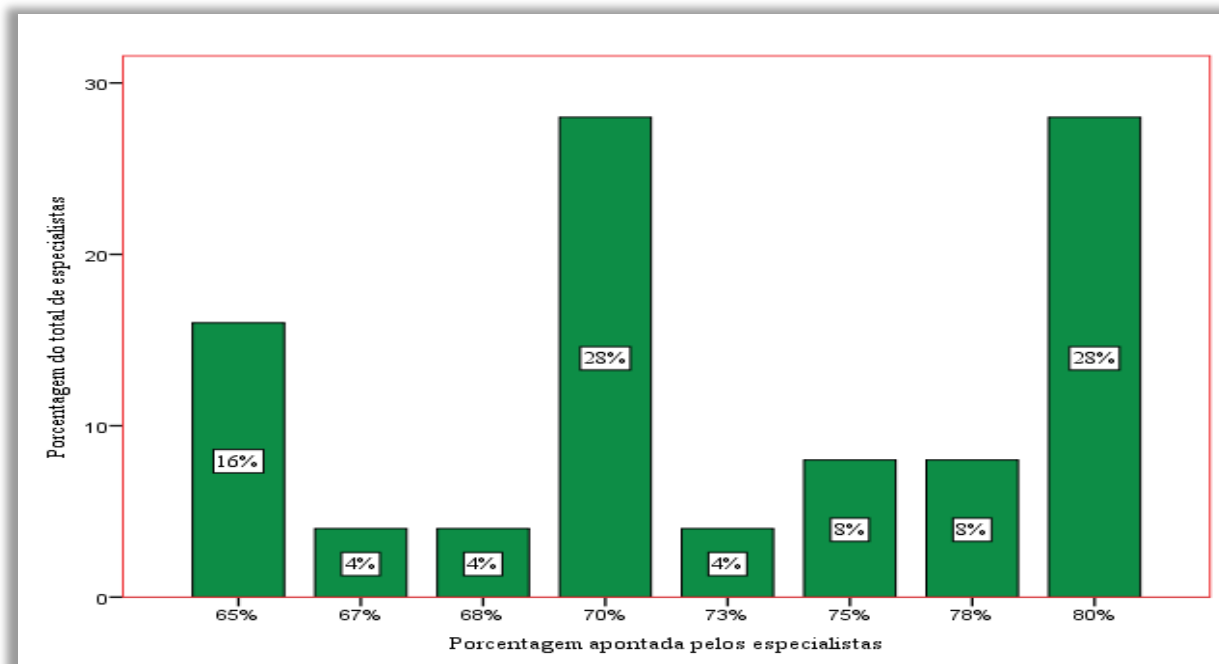


Gráfico 5 - Distribuição da percepção dos especialistas sobre o percentual de processos de Compras Públicas Sustentáveis realizados para adquirir bens por meio da modalidade Pregão Eletrônico para 2015
 Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa aplicada em campo e via internet

O Gráfico 6 apresenta o resultado da reaplicação da pesquisa contendo a percepção dos especialistas em compras governamentais sobre o percentual de processos de Compras Públicas Sustentáveis realizados para adquirir bens por meio da modalidade Pregão Eletrônico, para 2015. De acordo com o resultado, o percentual de 70% corresponde a 28%, sendo o percentual apontado pela maioria dos especialistas. Seguido da porcentagem de 65% que corresponde a 20% dos questionados. A porcentagem de 75% equivale a 16% da amostra. O percentual de 80% foi indicado por 12% dos pesquisados. Os especialistas que optaram por 66%, 67%, 73%, 77%, 79% e 85% corresponderam a 24% dos especialistas, sendo 4% para cada.

A partir do resultado da reaplicação da pesquisa a mediana continua em 70%, o quartil inferior 66,5% e o quartil superior 76%. Com isso, a porcentagem de processos de Compras Públicas Sustentáveis realizadas para adquirir bens, por meio da modalidade Pregão Eletrônico, que em 2013, correspondeu a 63%, na percepção dos especialistas vai aumentar em 7% passando para 70%, em 2015. E na reaplicação da pesquisa o consenso foi mantido e 28% dos especialistas continuam apontando para a quantia de 70% de processos de CPS para a aquisição de bens por meio do Pregão Eletrônico, em 2015.

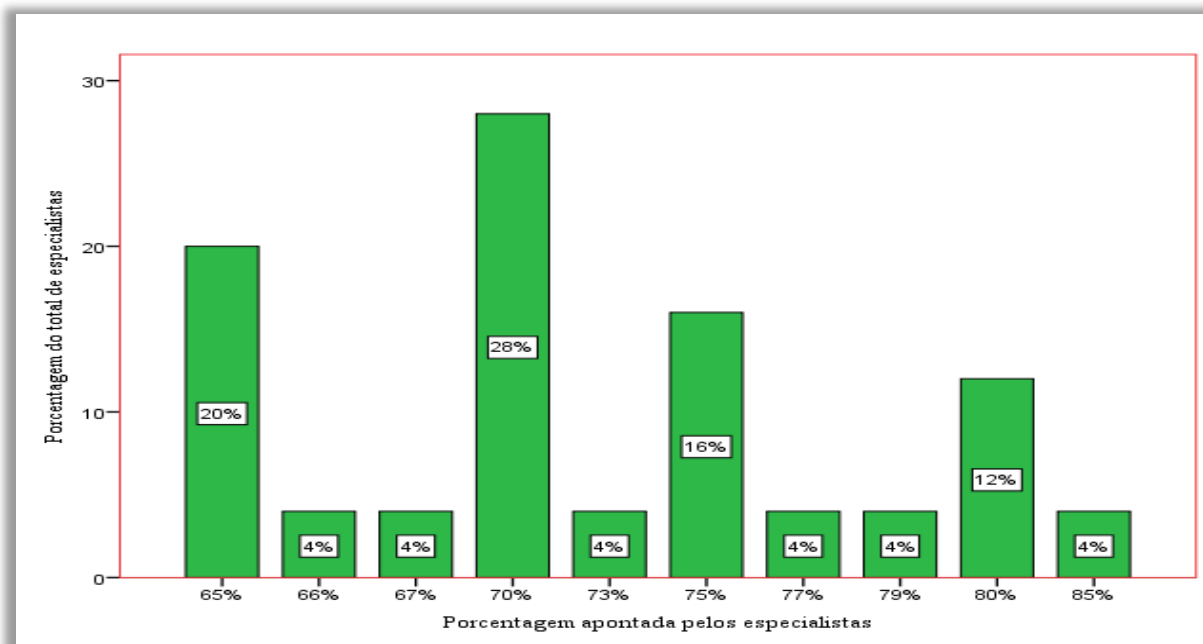


Gráfico 6 - Reaplicação do questionário. Distribuição da percepção dos especialistas sobre o percentual de processos de Compras Públicas Sustentáveis realizados para adquirir bens por meio da modalidade Pregão Eletrônico para 2015

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa aplicada em campo e via internet

O Gráfico 7 demonstra o resultado da percepção dos especialistas em compras públicas sobre o valor das Compras Públicas Sustentáveis por meio da modalidade Pregão Eletrônico, para 2015. A maioria dos especialistas, 24% deles, aponta que o valor será de R\$ 50 milhões. Seguidos pelos especialistas que opinaram o valor de R\$ 45 milhões que corresponde a 16%. O terceiro valor mais apontado foi o de R\$ 48 milhões equivalente a percepção de 12% dos pesquisados. Os valores de 42 e R\$ 60 milhões corresponderam juntos a 16%, sendo 8% para cada. Já os valores 44, 46, 47, 52, 55, 56, 70 e R\$ 78 milhões corresponderam a 32% do total, sendo 4% para cada valor indicado.

A partir do resultado do gráfico tem-se a mediana em R\$ 50 milhões, o quartil inferior em R\$ 45 milhões e o quartil superior em R\$ 53,5 milhões. Tendo em vista que, em 2013, o valor aproximado foi de R\$ 42 milhões e a projeção dos especialistas apontam para o valor de R\$ 50 milhões, em 2015, então, teremos um aumento de 8 milhões em dois anos.

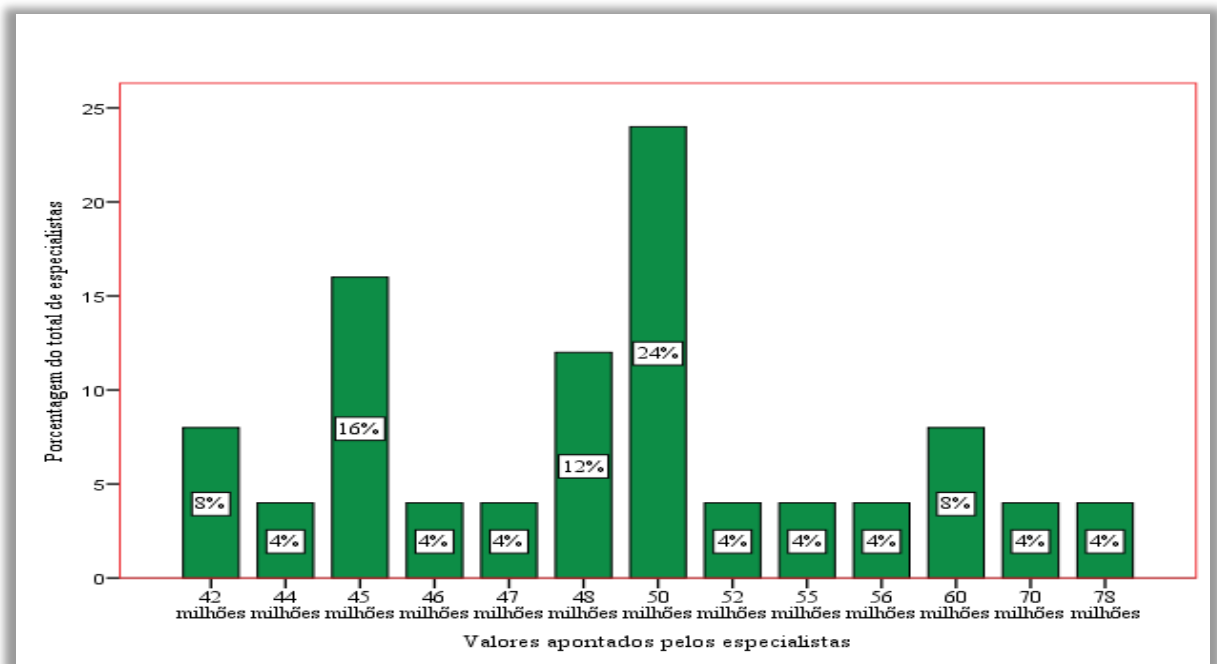


Gráfico 7 - Distribuição da percepção dos especialistas sobre o valor das Compras Públicas Sustentáveis por meio da modalidade Pregão Eletrônico para 2015

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa aplicada em campo e via internet

O Gráfico 8 demonstra o resultado da reaplicação da pesquisa e demonstra a percepção dos especialistas em compras públicas sobre o valor das Compras Públicas Sustentáveis por meio da modalidade Pregão Eletrônico, para 2015. Então, a maioria dos especialistas, 40% deles, aponta que o valor será de R\$ 50 milhões. Seguidos pelos especialistas que opinaram nos valores de R\$ 45 e R\$ 60 milhões que correspondem a 40% do total, sendo assim 20% para cada. O terceiro valor mais apontado foi o de R\$ 48 milhões equivalente a percepção de 8% dos pesquisados. Os valores de R\$ 42, R\$ 65 e R\$ 100 milhões corresponderam juntos a 12%, sendo 4% para cada.

A partir do resultado da reaplicação da pesquisa, Gráfico 8, encontra-se a mediana de R\$ 50 milhões, o quartil inferior em R\$ 48 milhões e o quartil superior em R\$ 60 milhões. Tendo em vista que, em 2013, o valor aproximado foi de R\$ 42 milhões e a primeira projeção dos especialistas apontam para o valor de R\$ 50 milhões, em 2015, ou seja, um aumento de 8 milhões. Na reaplicação do questionário manteve-se a mediana de R\$ 50 milhões, contudo, aumentou o consenso entre os especialistas, visto que na primeira aplicação 24% dos especialistas apontaram para o valor de R\$ 50 milhões, já na segunda, o percentual passou para 40%. Um aumento de 16% no consenso sobre o valor aproximado das CPS por meio da modalidade Pregão Eletrônico.

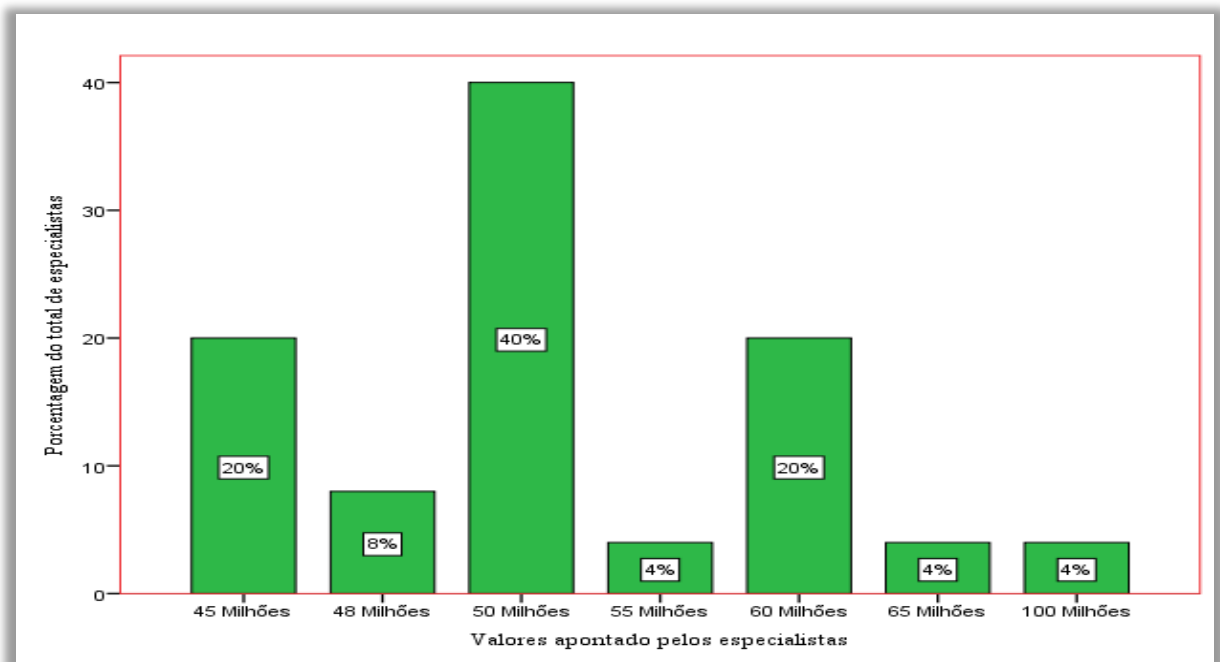


Gráfico 8 - Reaplicação da pesquisa. Distribuição da percepção dos especialistas sobre o valor das Compras Públicas Sustentáveis por meio da modalidade Pregão Eletrônico para 2015
 Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa aplicada em campo e via internet

Conforme o Gráfico 9 que apresenta a distribuição da percepção dos especialistas em compras públicas sobre o valor das Compras Públicas Sustentáveis realizadas por meio das Micro Empresas para 2015 demonstra que, 28% dos especialistas, que representa a maioria, aponta para o valor de R\$ 30 milhões. Os valores de 27, 35, 40 e R\$ 50 milhões representam 48% dos especialistas, sendo 12% para cada. Os valores de 26 e R\$ 48 milhões corresponderam a 16% dos pesquisados, sendo 8% para cada. Já os valores de 25 e R\$ 33 milhões corresponderam a 8%, sendo 4% cada.

A partir da organização dos dados tem-se a mediana de R\$ 30 milhões, o quartil inferior de R\$ 28,5 milhões e o quartil superior de R\$ 40 milhões. Em 2013, o valor das CPS por meio das ME's foi de R\$ 24 milhões, e os especialistas apontam para o valor de R\$ 30 milhões em 2015. Então, de acordo com a percepção dos especialistas em compras públicas, em dois anos, teremos um aumento de R\$ 6 milhões nas aquisições sustentáveis por meio das Micro Empresas.

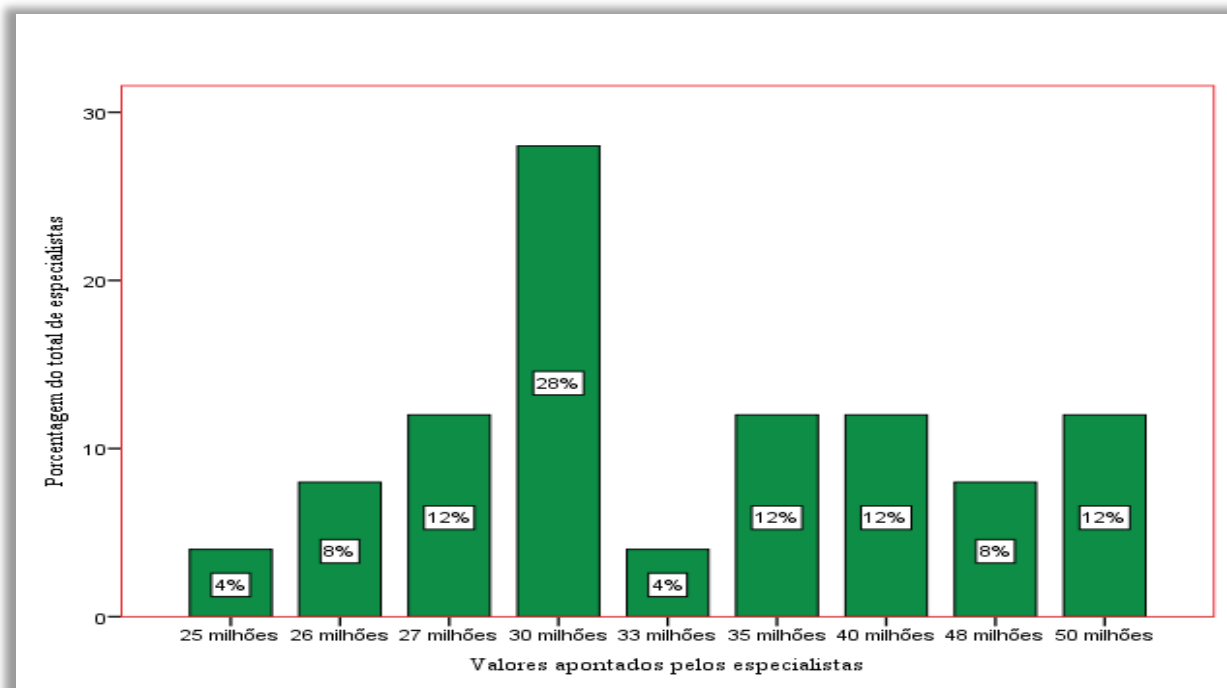


Gráfico 9 - Distribuição da percepção dos especialistas sobre o valor das Compras Públicas Sustentáveis realizadas por meio das Micro Empresas para 2015

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa aplicada em campo e via internet

Conforme o Gráfico 10 que apresenta a distribuição da reaplicação da pesquisa que expõe a percepção dos especialistas em compras públicas sobre o valor das Compras Públicas Sustentáveis realizadas por meio das Micro Empresas para 2015. O Gráfico 10 demonstra que, 48% dos especialistas, que representa a maioria, apontam para o valor de R\$ 30 milhões. Em seguida vem o valor de R\$ 35 milhões indicado por 12% dos pesquisados. Já os valores de 22, 26, 27 e R\$ 33 milhões representam 16% dos especialistas, sendo 4% para cada.

A partir da organização do resultado do Gráfico 10, encontra-se a mediana de R\$ 30 milhões, o quartil inferior em R\$ 30 milhões e o quartil superior em R\$ 32,5 milhões. Em 2013, o valor das CPS por meio das ME's foi de R\$ 24 milhões e, na primeira aplicação os especialistas apontam para o valor de R\$ 30 milhões, em 2015. Então, como na reaplicação da pesquisa manteve-se a mediana de R\$ 30 milhões, o que modifica é o aumento do consenso entre os especialistas que passou de 28% na primeira aplicação, para 48% na segunda. O aumento foi expressivo, 20% no consenso, de forma que o quartil inferior também apresentou o mesmo valor, R\$ 30 milhões. Ou seja, na percepção dos especialistas em compras públicas, em dois anos, teremos um aumento de R\$ 6 milhões nas aquisições sustentáveis por meio das Micro Empresas.

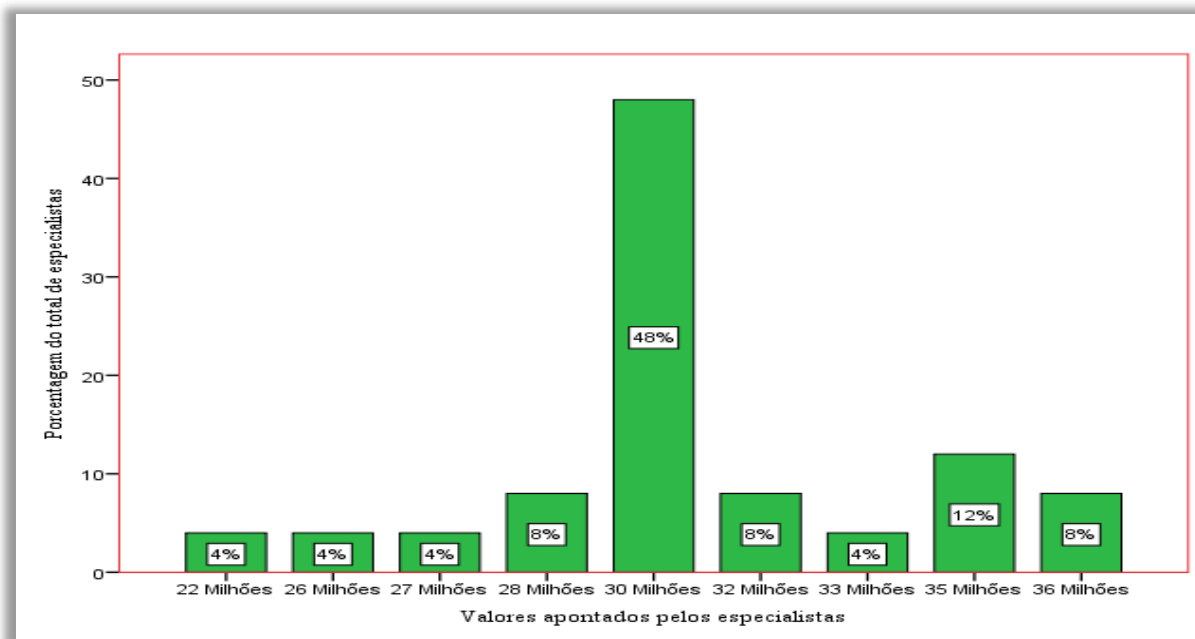


Gráfico 10 - Reaplicação da pesquisa. Distribuição da percepção dos especialistas sobre o valor das Compras Públicas Sustentáveis realizadas por meio das Micro Empresas para 2015
 Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa aplicada em campo e via internet

O resultado do Gráfico 11 demonstra a distribuição da percepção dos especialistas em compras públicas sobre o valor das Compras Públicas Sustentáveis realizadas por meio das Pequenas Empresas, para 2015. Então, de acordo com o Gráfico, a maioria dos pesquisados, o equivalente a 24%, afirmam que o valor será de R\$ 15 milhões. Seguido pelos especialistas que apontam o valor de R\$ 20 milhões que corresponde a 20%. Já 16% dos especialistas entendem que o valor será de R\$ 12 milhões. Os valores de 13 e R\$ 17 milhões correspondem à opinião de 24% do total, sendo 12% cada. Na percepção de 8% dos especialistas o valor, em 2015, será de R\$ 18 milhões. E apenas 8% dos especialistas apontaram para os valores de 16 e R\$ 39 milhões, sendo 4% cada.

Com base no resultado do questionário a mediana é R\$ 15 milhões, o quartil inferior R\$ 13 milhões e o quartil superior R\$ 19 milhões. Então, o valor das Compras Públicas Sustentáveis realizadas por meio das Pequenas Empresas que em 2013 foi, aproximadamente, de 10,5 milhões. Conforme a percepção dos especialistas em compras públicas, para 2015, o valor será de 15 milhões o que gera um aumento de 4,5 milhões em dois anos.

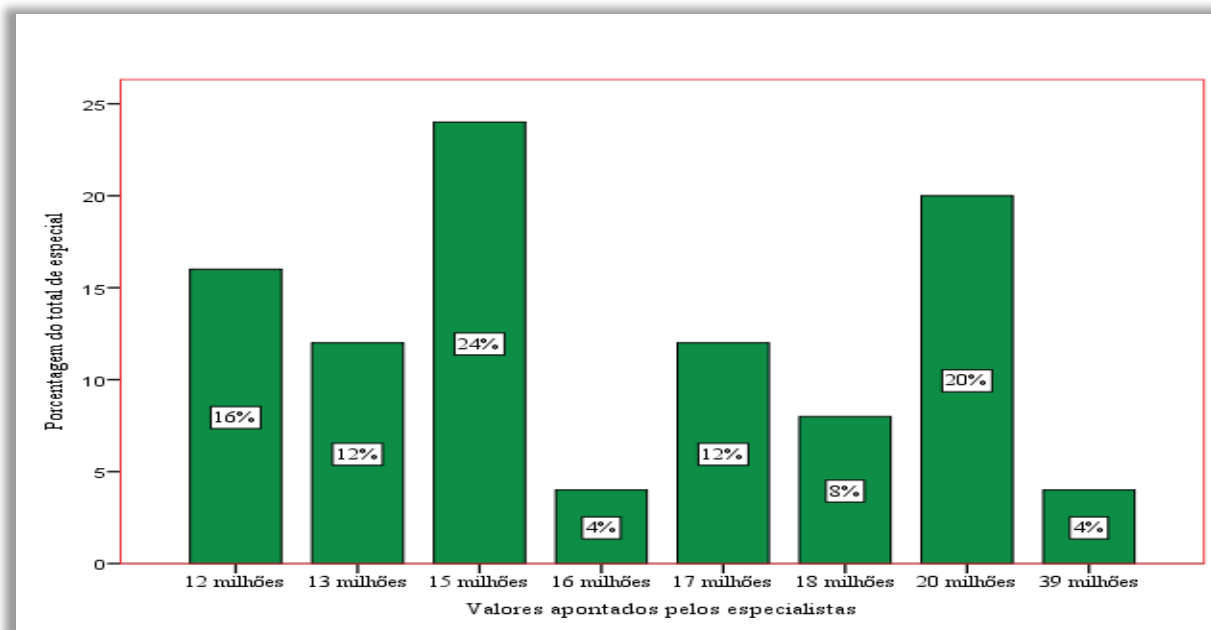


Gráfico 11 - Distribuição da percepção dos especialistas sobre o valor das Compras Públicas Sustentáveis realizadas por meio das Pequenas Empresas para 2015

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa aplicada em campo e via internet

O resultado do Gráfico 12 demonstra a distribuição da reaplicação da pesquisa contendo a percepção dos especialistas em compras públicas sobre o valor das Compras Públicas Sustentáveis realizadas por meio das Pequenas Empresas, para 2015. Então, de acordo com o Gráfico 12, a maioria dos pesquisados, o equivalente a 44%, afirmam que o valor será de R\$ 15 milhões. Seguido pelos especialistas que apontam o valor de R\$ 12 milhões que corresponde a 24%. Já 16% dos especialistas entendem que o valor será de R\$ 20 milhões. Os valores de 16, 17, 18 e R\$ 26 milhões correspondem à opinião de 16% do total, sendo 4% cada. Com base no resultado da reaplicação da pesquisa a mediana é R\$ 15 milhões, o quartil inferior R\$ 13,5 milhões e o quartil superior R\$ 17,5 milhões.

Então, o valor das Compras Públicas Sustentáveis realizadas por meio das Pequenas Empresas que em 2013 foi, aproximadamente, de R\$ 10,5 milhões. Conforme a percepção dos especialistas na primeira aplicação, para 2015, o valor foi de R\$ 15 milhões. Na reaplicação a mediana continua em R\$ 15 milhões, sendo assim, o que altera é o aumento no percentual do consenso, de 20%, visto que, passa de 24% na primeira aplicação do questionário, para 44% na segunda. Ou seja, em dois anos, de acordo com os especialistas permanece o aumento de R\$ 4,5 milhões.

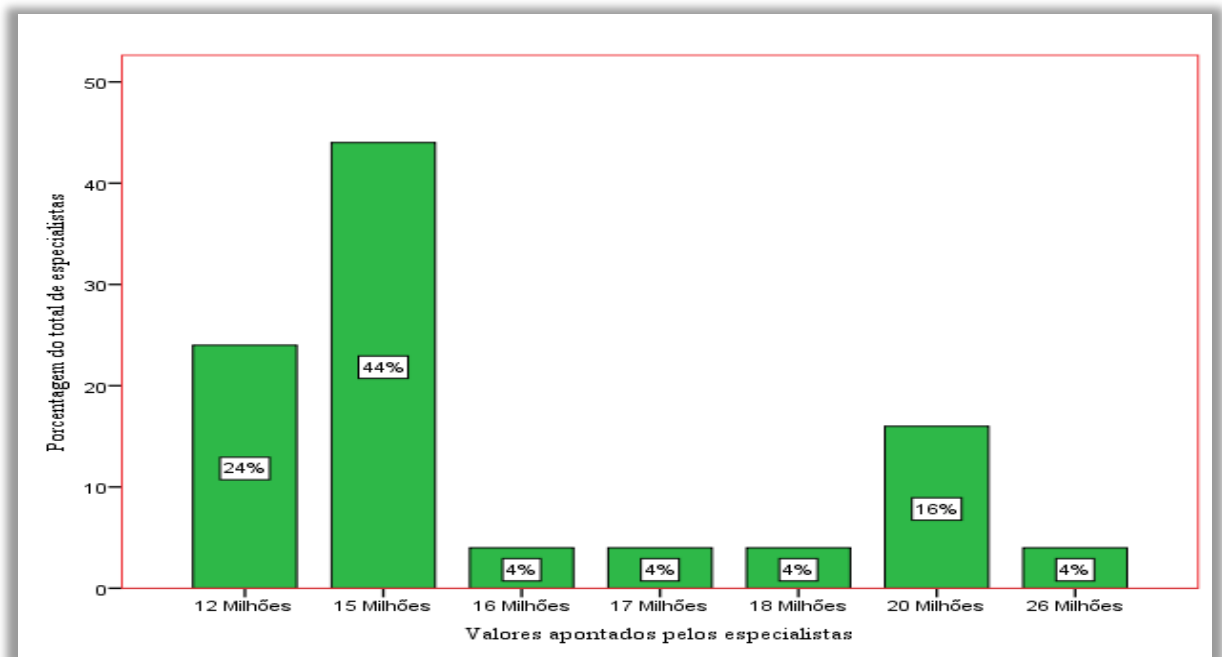


Gráfico 12 - Reaplicação da pesquisa. Distribuição da percepção dos especialistas sobre o valor das Compras Públicas Sustentáveis realizadas por meio das Pequenas Empresas para 2015
 Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa aplicada em campo e via internet

O Gráfico 13 apresenta a distribuição da percepção dos especialistas em compras públicas sobre a porcentagem das aquisições de bens definidos como sustentáveis por meio dos ministérios da Educação, Defesa e Previdência Social, para 2015. Neste Gráfico a maioria dos especialistas pesquisados, 28% deles, indica que a porcentagem será de 70%. Seguido pelos valores de 65, 67 e 75% que totalizam 36% dos especialistas, sendo 12% para cada valor. Já os valores de 60 e 72% correspondem a 16%, sendo 8% cada. Já os valores de 50, 55, 68, 78 e 80% somam 20% da percepção dos especialistas, sendo 4% cada. Com isso, a mediana encontrada é 70%, o quartil inferior igual a 65% e o quartil superior igual a 72%. Então, se em 2013, o percentual destes três órgãos foi de 65% e a mediana aponta para uma percepção de 70%, teremos para 2015, segundo o resultado deste Gráfico o aumento de 5%.

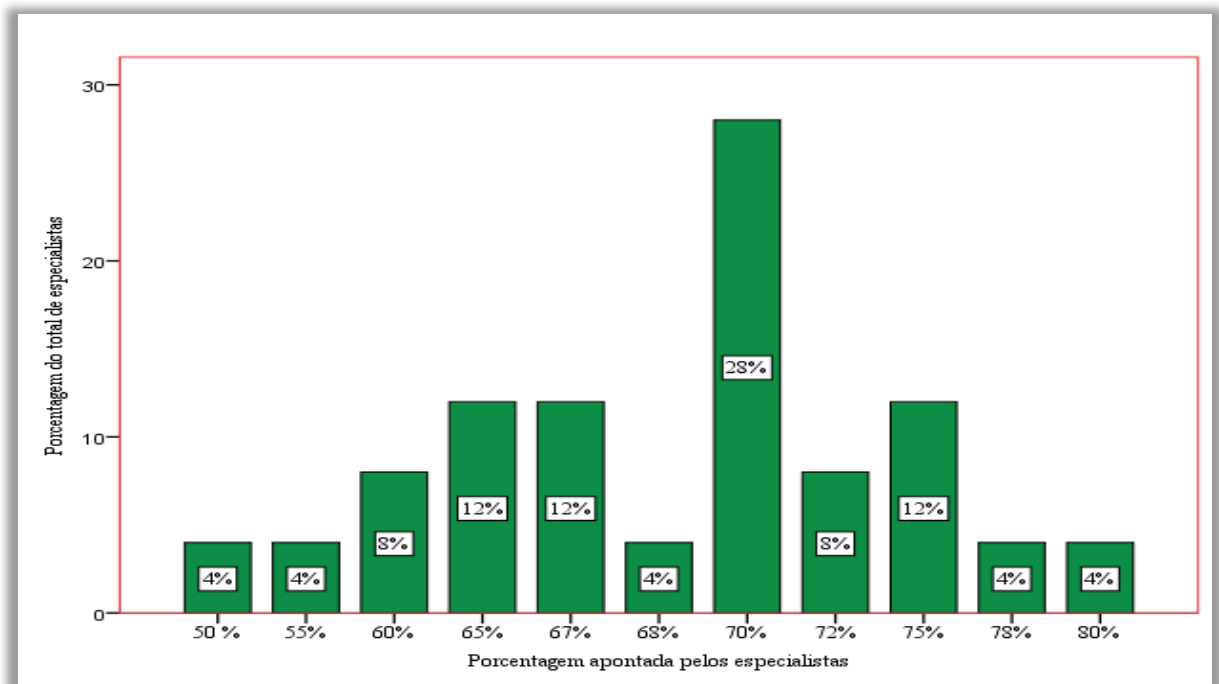


Gráfico 13 - Distribuição da percepção dos especialistas sobre a porcentagem de aquisições de bens definidos como sustentáveis pelos ministérios da Educação, Defesa e Previdência Social para 2015
 Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa aplicada em campo e via internet

No Gráfico 14 apresenta-se a distribuição da reaplicação da pesquisa conforme a percepção dos especialistas em compras públicas sobre a porcentagem das aquisições de bens definidos como sustentáveis por meio dos ministérios da Educação, Defesa e Previdência Social, para 2015. No Gráfico 14 a maioria dos especialistas pesquisados, 44% deles, indica que a porcentagem será de 70%. Seguido pelo valor de 68% que equivale a 16% dos especialistas. O valor de 60% corresponde a 12% dos pesquisados. Apenas 8% dos especialistas apontam que o percentual será de 67%. Já os valores de 65, 71, 72, 75 e 85% somam 20% da percepção dos especialistas, sendo 4% cada. Com isso, a mediana da reaplicação da pesquisa encontrada é 70%, o quartil inferior igual a 67,5% e o quartil superior igual a 70%.

Em 2013, o percentual destes três órgãos foi de 65% e a mediana da primeira aplicação aponta para uma percepção de 70% entre os pesquisados. Na reaplicação da pesquisa manteve-se a mediana de 70% e altera-se novamente o percentual do consenso entre os especialistas, porque na primeira aplicação 28% dos especialistas apontam para 70% e na reaplicação o percentual aumentou para 44% dos especialistas, isto é, o acréscimo foi de 16% no consenso. Isto posto, teremos, para 2015, segundo a percepção dos especialistas em

compras públicas a continuidade do aumento de 5% na aquisição de bens classificados como sustentáveis pelos três ministérios.

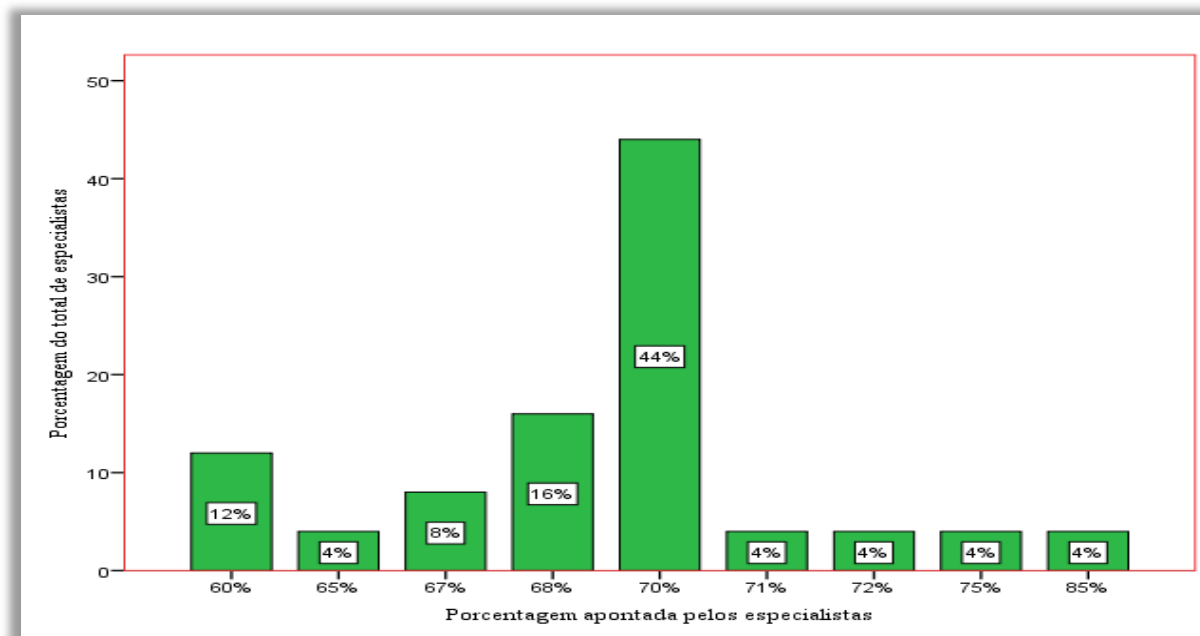


Gráfico 14 - Reaplicação da pesquisa. Distribuição da percepção dos especialistas sobre a porcentagem de aquisições de bens definidos como sustentáveis pelos ministérios da Educação, Defesa e Previdência Social para 2015

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa aplicada em campo e via internet

De acordo com o Gráfico 15 que expõe a distribuição da percepção dos especialistas em compras públicas sobre a porcentagem na aquisição de papel, ar condicionado e copo descartável, para 2015. A maioria dos especialistas em compras o equivalente a 24% dos entrevistados afirmam que será de 70%, em 2015. Seguido dos especialistas que apontam para os valores de 50 e 65% que representam 32% do total, sendo 16% cada. O valor de 68% foi apontado por 8% dos especialistas. Já os valores de 47, 49, 55, 60, 67, 75, 77, 78 e 80% representam 36% do total, sendo 4% para cada.

Quando organizadas estas porcentagens a mediana encontrada é 67%, o quartil inferior 52,5%, e o quartil superior de 70%. Em 2013, a porcentagem correspondeu a 59%, para 2015, os especialistas apontam para a mediana de 67%, então, de acordo com eles haverá um aumento de 8% na aquisição de papel, ar condicionado e copo descartável.

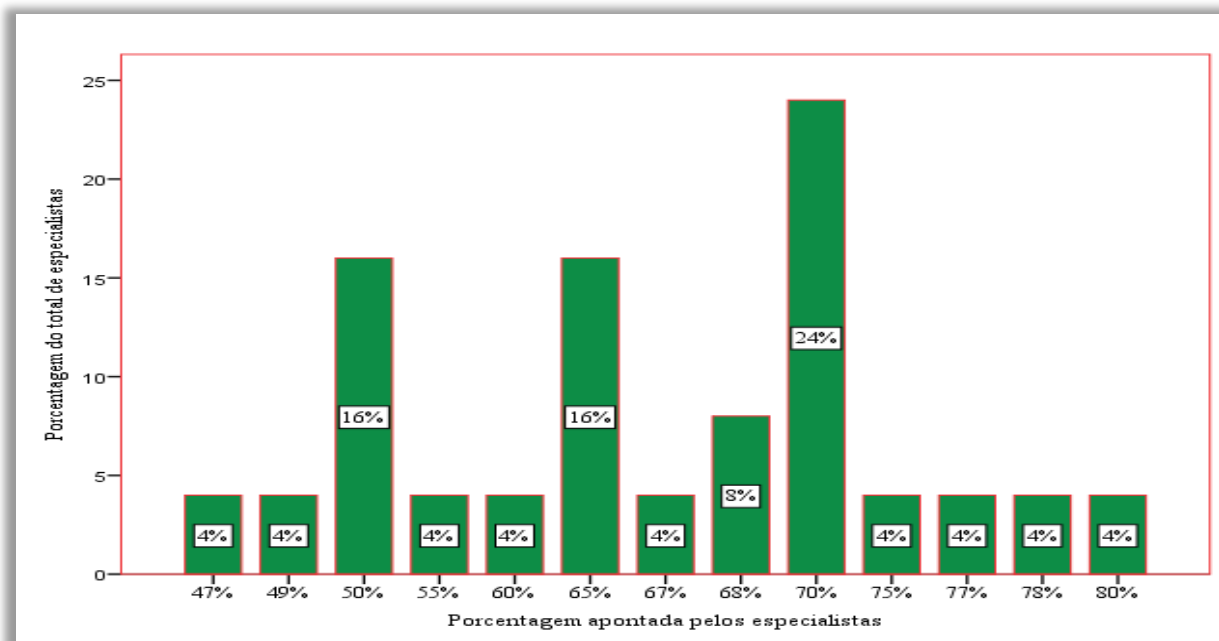


Gráfico 15 - Distribuição da percepção dos especialistas sobre a porcentagem na aquisição de papel, ar condicionado e copo descartável para 2015

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa aplicada em campo e via internet

De acordo com o Gráfico 16 que expõe a distribuição da reaplicação da pesquisa contendo a percepção dos especialistas em compras públicas sobre a porcentagem na aquisição de papel, ar condicionado e copo descartável, para 2015. A maioria dos especialistas em compras, o equivalente a 56% dos entrevistados, apontam para os valores de 67 e 70%, em 2015, sendo 28% cada. Seguido dos especialistas que apontam para os valores de 60 e 65% que representam 24% do total, sendo 12% cada. O valor de 62% foi apontado por 8% dos especialistas. Já os valores de 55, 69 e 75% representam 12% do total, sendo 4% cada. Quando organizadas estas porcentagens da reaplicação da pesquisa a mediana encontrada é 67%, o quartil inferior 63,5%, e o quartil superior de 70%.

Comparando as duas aplicações, observa-se que, em 2013, a porcentagem correspondeu a 59% e, para 2015, os especialistas na primeira aplicação apontam para a mediana de 67%. Na reaplicação da pesquisa a mediana manteve-se em 67%. Sendo que 4% dos especialistas indicaram esta porcentagem de 67% na primeira aplicação, já na reaplicação o percentual foi para 28% gerando o acréscimo de 24% no consenso entre os especialistas. Então, de acordo com os especialistas, tanto na primeira, quanto na reaplicação da pesquisa, haverá um aumento de 8% na aquisição de papel, ar condicionado e copo descartável, em 2015.

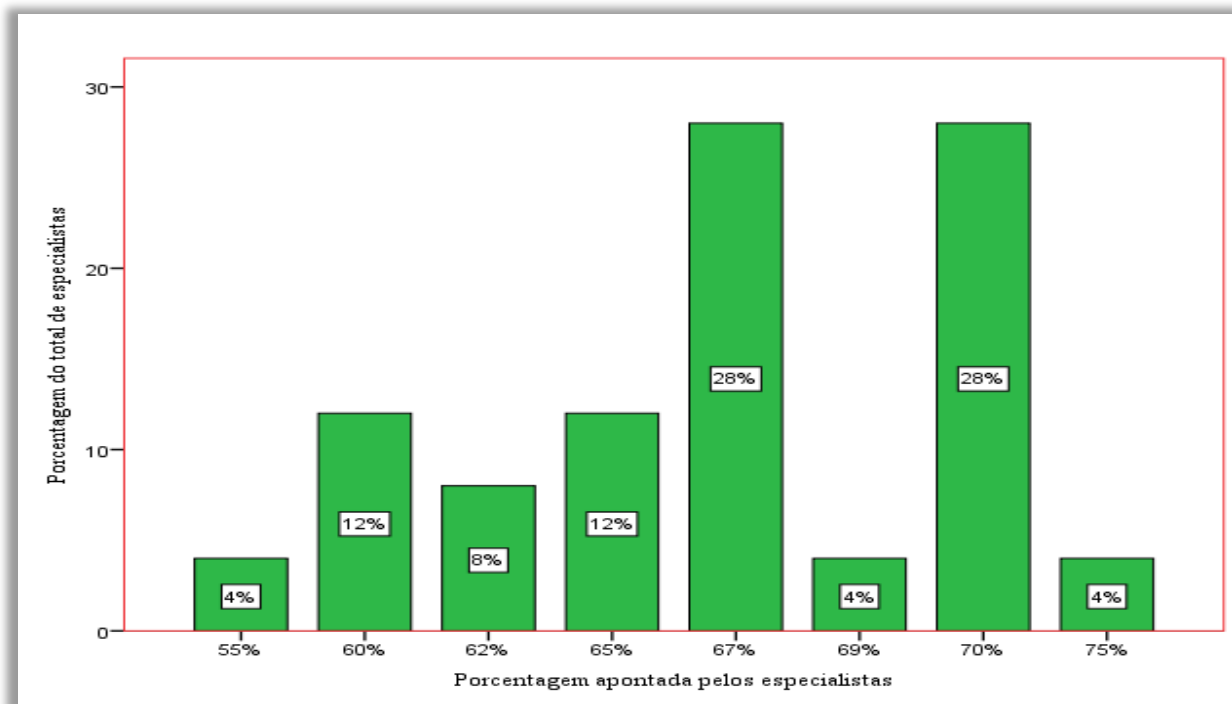


Gráfico 16 - Reaplicação da pesquisa. Distribuição da percepção dos especialistas sobre a porcentagem na aquisição de papel, ar condicionado e copo descartável para 2015

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa aplicada em campo e via internet

A Tabela 1, apresenta de forma resumida e clara a evolução e o resultado da percepção dos gestores de compras públicas sobre as Compras Públicas Sustentáveis no Brasil conforme as questões aplicadas. Percebe-se, no resultado dos questionamentos que os especialistas em compras públicas, na primeira e na segunda aplicação, apontaram evolução das CPS no Brasil de forma positiva, mantendo-se sempre uma perspectiva de aumento, seja nas porcentagens, seja nos valores, deste tipo específico de licitação que considera valores sociais e ambientais.

Tabela 1 - - Resultado da percepção dos gestores de compras sobre a evolução das CPS no Brasil (em % e R\$ milhões). Evolução de 2010 a 2015-2, sendo 2015-1 a mediana da primeira aplicação e 2015-2 a mediana da segunda aplicação

	Resultado da percepção dos gestores de compras sobre a evolução das CPS no Brasil (em % e R\$ milhões) de acordo com o valor da mediana						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015-1	2015-2
Participação das CPS nas compras governamentais	0,02%	0,03%	0,055%	0,059%	x	0,07%	0,07%
Processos de CPS para adquirir bens por meio dos Pregões Eletrônicos	37%	47%	57%	63%	x	70%	70%
O valor das CPS por meio do Pregão Eletrônico	12 milhões	14 milhões	40 milhões	42 milhões	x	50 milhões	50 milhões
O valor das CPS por meio das Micro Empresas	5 milhões	7,5 milhões	17,5 milhões	24 milhões	x	30 milhões	30 milhões
O valor das CPS por meio das Pequenas Empresas	2 milhões	3,5 milhões	5 milhões	10,5 milhões	x	15 milhões	15 milhões
Os três órgãos com os maiores percentuais de CPS	x	x	x	65%	x	70%	70%
Os três materiais (papel, ar e copo) com os maiores percentuais nas CPS	x	x	x	59%	x	67%	67%

Fonte: Elaborada pelo autor com base em pesquisa aplicada em campo e via internet

O Gráfico 17 contém a distribuição da percepção dos especialistas sobre a importância de desenvolver pesquisas, tecnologia/inovação e, conseqüentemente, itens classificados e definidos como sustentáveis. Quando questionados foram apresentadas cinco opções de respostas para esta pergunta com uma referência ordenada de forma crescente 1= irrelevante, 2= pouco importante, 3= importante, 4= muito importante e 5= importantíssimo. Como demonstra o Gráfico logo abaixo nenhum especialista considerou irrelevante, pouco importante ou importante. Então, 40% dos especialistas em compras públicas indicam que é muito importante desenvolver pesquisas, tecnologias e inovações que proporcionem o desenvolvimento de itens classificados e definidos como sustentáveis. Enquanto outros 60% indicam ser importantíssimo.

No levantamento das experiências internacionais elencadas para este estudo, percebe-se o progresso nas pesquisas, tecnologias e inovação em outras nações, geralmente, por meio de parcerias entre o Estado e o meio privado. Então, o Gráfico 17 aponta que a percepção dos especialistas está de acordo com a tendência internacional, fato que possibilita sugerir ao Estado brasileiro articular-se neste sentido com o setor produtivo.

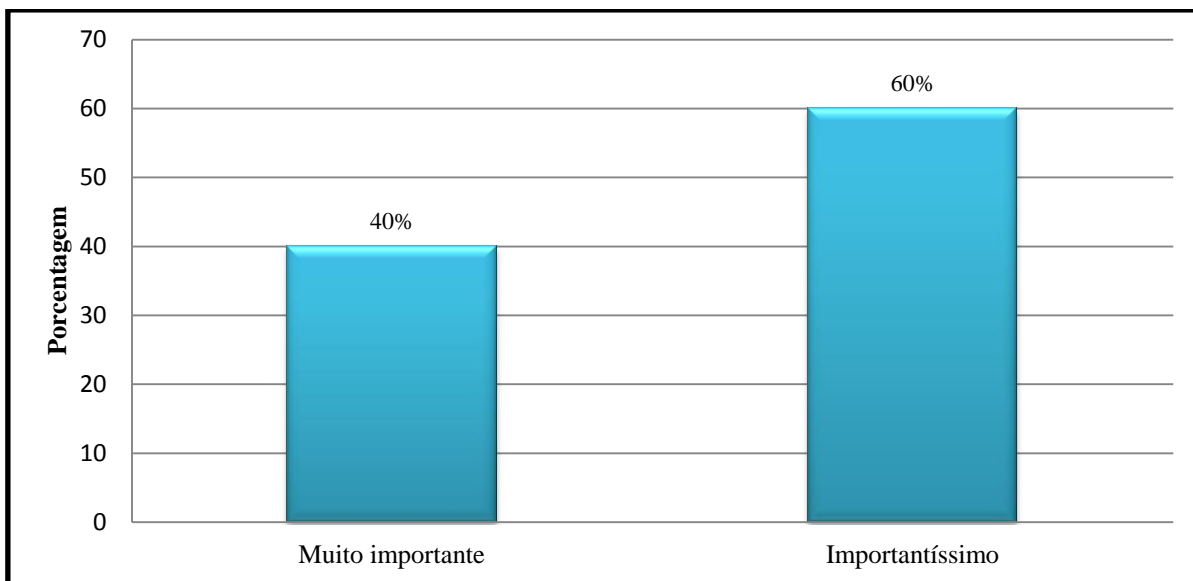


Gráfico 17 - Distribuição da percepção dos especialistas sobre a importância de desenvolver pesquisas, tecnologia/ inovação e itens definidos como sustentáveis

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa aplicada em campo e via internet

O Gráfico 18 apresenta a distribuição da percepção dos especialistas em compras públicas sobre a porcentagem do seu conhecimento e expertise em relação à execução das Compras Públicas Sustentáveis. Para responder a esta pergunta foi proposta uma escala de 0% a 100%, onde (0% = péssimo) – (25% = ruim) – (50% = regular) – (75% = bom) e (100% = ótimo). Então, de acordo com o Gráfico 11 nenhum especialista considerou péssimo o seu conhecimento e expertise. Logo, o Gráfico apontou que a maioria, no caso, 48%, dos especialistas indica que o seu conhecimento e expertise está regular. Seguido de 28% dos que afirmam ser bom o seu conhecimento e sua expertise. Entre os especialistas, outros 16% identificam como ruim. E apenas 8% apontam seu conhecimento e sua expertise como ótima. A partir do resultado constata-se que praticamente metade dos especialistas indicam regularidade e somente 8% em ótimas condições. Então, verifica-se a necessidade de desenvolver mecanismos para promover ótimas condições de conhecimento e expertise em CPS para os gestores de compras públicas.

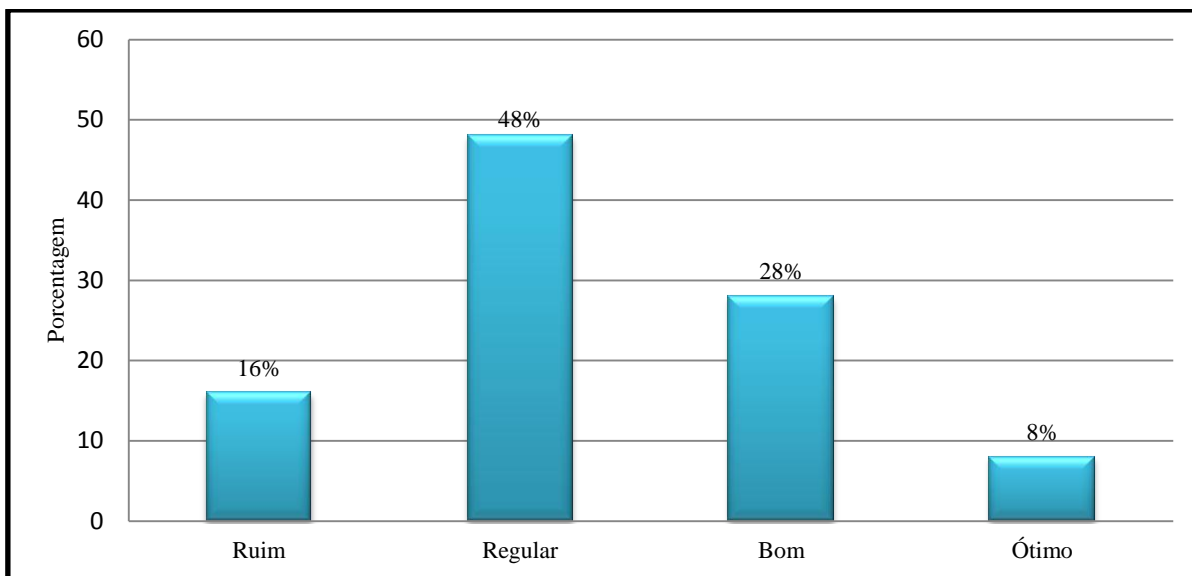


Gráfico 18 - Distribuição da percepção dos especialistas sobre o seu conhecimento e expertise na execução de Compras Públicas Sustentáveis

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa aplicada em campo e via internet

O Gráfico 19 apresenta a distribuição da percepção dos especialistas em compras públicas sobre as duas medidas apontadas como mais eficazes para implantar as Compras Públicas Sustentáveis em curto prazo no Brasil. As opções do questionário são as seguintes:

- realizar eventos (cursos, seminários, fóruns, encontros, treinamentos);
- unificar as políticas e normas relativas às CPS;
- usar os guias e manuais de CPS para orientar os editais licitatórios;
- desenvolver tecnologias para inovar e diminuir o preço dos produtos sustentáveis;
- propor políticas e normas organizacionais alternativas as existentes para adequar as CPS a realidade do mercado; e
- prévio diálogo entre o governo e fornecedores para sinalizar para as empresas a atual demanda sustentável do Estado.

De acordo com o Gráfico 19 demonstra-se que as duas medidas apontadas, pelos especialistas em compras públicas como mais eficazes para implantar as Compras Públicas Sustentáveis em curto prazo no Brasil são: realizar eventos (cursos, seminários, fóruns,

encontros, treinamentos) e desenvolver tecnologias para inovar e diminuir o preço dos produtos sustentáveis, cada uma destas alternativas foi apontada por 28% dos especialistas, totalizando as duas 56%. Em seguida, apontado por 32% dos especialistas, estão as medidas, usar os guias e o prévio diálogo, sendo 16% para cada. Já 8% dos pesquisados apontam que unificar as políticas seria mais eficaz, e apenas 4% apontam que propor políticas é o melhor.

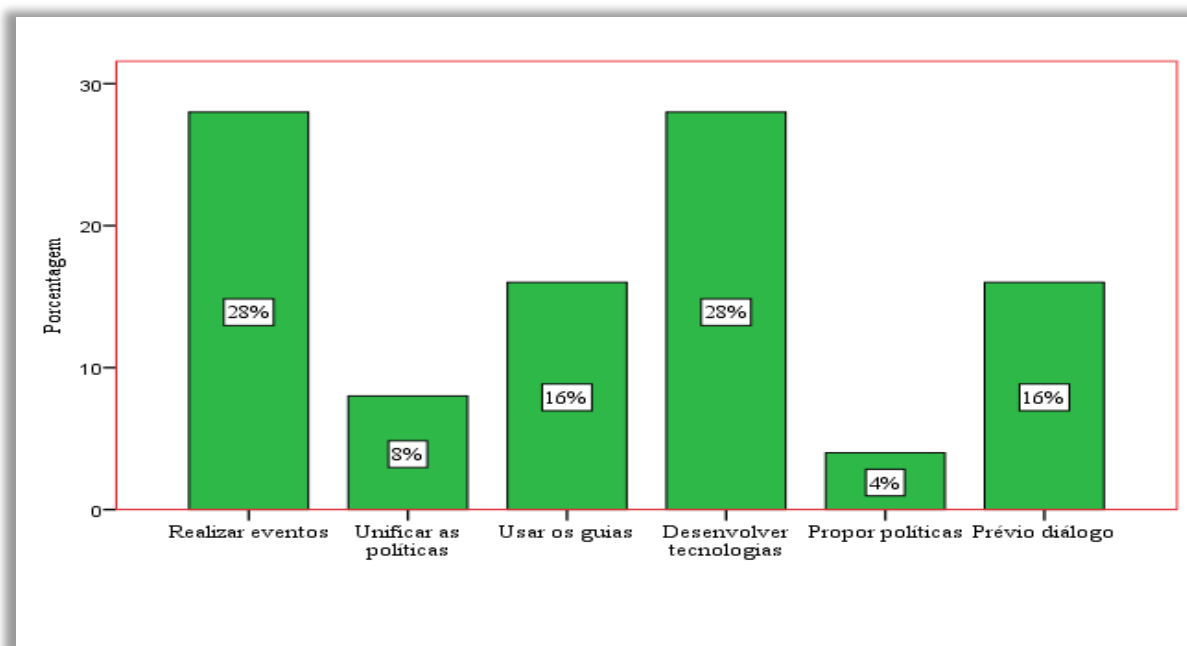


Gráfico 19 - Distribuição da percepção dos especialistas sobre as medidas apontadas como mais eficazes para implantar as Compras Públicas Sustentáveis no curto prazo

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa aplicada em campo e via internet

Os especialistas foram questionados. Você se sente capacitado para incluir os critérios de sustentabilidade nos editais de compras públicas. O resultado apontou que a maioria dos especialistas em compras públicas o equivalente a 56% não se sentem capacitados e 44% indicaram que sim. Ou seja, é preciso melhorar o índice de capacitação dos gestores em CPS, visto que, o resultado aponta para uma maioria negativa neste quesito.

Outro questionamento foi o seguinte. O órgão no qual você trabalha publica no sítio eletrônico da instituição informações sobre Compras Públicas Sustentáveis. O resultado apontou que a maioria dos órgãos o equivalente a 68% deles não publica tais informações e apenas 32% deles publicam.

O resultado do questionário em relação à pergunta: O órgão no qual você trabalha possui uma comissão, equipe ou grupo de trabalho específico para desenvolver a implantação

das Compras Públicas Sustentáveis, indica que a maioria dos órgãos, 52% deles, não possuem, e 48% dos órgãos pesquisados possuem.

Quando questionados se no órgão no qual trabalha possui uma estrutura física específica para implantar as Compras Públicas Sustentáveis. O resultado da percepção dos especialistas demonstra uma disparidade, onde 84% dos órgãos não possuem uma estrutura física específica e apenas 16% deles possuem.

Sobre o desenvolvimento, nos órgãos públicos pesquisados, do Plano de Gestão de Logística Sustentável que é determinado pelo artigo 16 do Decreto 7.746/2012. O resultado apontou que a maioria, 52% dos órgãos, não possuem o PGLS e 48% deles possuem.

O resultado indica que 64% dos especialistas em compras públicas questionados afirmam que os órgãos públicos no qual trabalham não oferecem cursos de formação em CPS. E os outros 36% deles oferecem.

De acordo com a percepção deles, a maioria dos órgãos o equivalente a 60% deles não patrocinam a realização de eventos sobre Compras Públicas Sustentáveis (seminários, encontros, fóruns, cursos, entre outros) e 40% deles patrocinam.

Os especialistas em compras públicas foram questionados em relação ao apoio e financiamento que os órgãos públicos oferecem a ida dos gestores de compras públicas a eventos sobre CPS. O resultado demonstrou que 84% dos órgãos apoiam e financiam e os outros 16% não. Neste caso, o positivo percentual de órgãos públicos que apoiam os gestores de compras públicas é considerável. Sugere-se que pode melhorar, mas, esta constatação enaltece o compromisso da maioria dos órgãos em custear a ida dos especialistas em compras a eventos de CPS.

Os gestores de compras foram questionados se o setor jurídico do órgão no qual trabalham dialoga para orientar o setor de compras públicas a inserir os critérios de sustentabilidade nos editais. O resultado aponta que na maioria dos órgãos públicos, 64% deles, não há diálogo e sintonia entre o setor jurídico e o de compras, e em 36% dos órgãos, a minoria entre os pesquisados, há. Esta informação é muito importante para confirmar a percepção empírica do autor desta pesquisa sobre a falta de apoio e diálogo do setor jurídico

aos especialistas em compras públicas. O devido suporte jurídico era uma queixa constante entre os gestores de compras públicas na Universidade de Brasília, isso foi motivo de inquietação durante uma década. Esta pergunta não poderia ficar fora do questionário.

Este fato pode ser considerado como um dos fatores que prejudicam a implantação das CPS no Brasil. Dado que, a inserção dos critérios de sustentabilidade nos editais sujeita os órgãos públicos à ação dos órgãos de fiscalização e controle do Estado. E sem diretrizes jurídicas para nortear os editais caminha-se para uma série de editais embargados na justiça, perda de tempo e trabalho dos especialistas. Nestas condições os editais caminham para situações insustentáveis.

Os especialistas foram questionados para identificar se o órgão no qual trabalham antes de iniciar o processo licitatório realiza prévio diálogo com as empresas fornecedoras para sinalizar a nova demanda do governo por produtos sustentáveis. O resultado indica que a maioria dos órgãos, 68% deles, não tem prévio diálogo com os fornecedores e os outros 32% dos órgãos têm.

Você se sente seguro tecnicamente para inserir os critérios de sustentabilidade nos editais de compras públicas do seu órgão. Este é outro questionamento. O resultado aponta que a maioria dos especialistas em compras públicas, 68%, não se sentem seguros tecnicamente para inserir os critérios de sustentabilidade e, 32% deles, a minoria, indicam que sim. Este resultado sugere que o Estado brasileiro necessita melhorar as condições técnicas dos gestores de compras públicas. Este conhecimento pode auxiliar os gestores de compras no trato diário com as compras públicas sustentáveis.

Os especialistas em compras públicas foram questionados: Você já participou de algum evento: curso de aperfeiçoamento, encontro, seminário, fórum, entre outros, sobre Compras Públicas Sustentáveis. O resultado é significativo, e apontou que 96% dos especialistas, a maioria, já participou e apenas 4% deles não. Contudo, esta constatação gera uma inquietação. Como pode a grande maioria dos especialistas já ter participado de distintos eventos e, no entanto, o resultado geral da pesquisa, indicar que eles não apresentam um índice de expertise, conhecimento, segurança técnica bem como outras habilidades compatíveis com o resultado da participação em eventos. Estas habilidades podem e deveriam ser trabalhadas e desenvolvidas nos eventos.

O resultado do questionário sobre o conhecimento dos gestores de compras públicas em relação aos guias e/ou manuais de Compras Públicas Sustentáveis elaborados pelos órgãos da Administração Pública Federal brasileira aponta que, a maioria dos especialistas o equivalente a 84% deles conhecem os guias e/ou manuais de CPS. E apenas 16% dos especialistas desconhecem. O momento é para criar mecanismos que possibilitem o uso constante dos guias e manuais de CPS pelos gestores de compras públicas nos editais, tornando-os mais sustentáveis na medida em que cada bem ou serviço permita.

Os especialistas em compras públicas foram questionados. Você já usou os guias e/ou manuais de Compras Públicas Sustentáveis elaborados pelos órgãos da Administração Pública Federal para orientar a inclusão de critérios de sustentabilidade nas compras públicas do órgão no qual trabalha. A pesquisa demonstra que a maioria, 56%, dos especialistas nunca usaram os guias e/ou manuais e, apenas 44% usaram. Apesar do alto conhecimento de 84% deles sobre os guias e/ou manuais, apenas 44% deles usam. Esta porcentagem é pequena e precisa ser modificada. O uso dos guias e manuais pode ser estimulado nos eventos.

A maioria dos especialistas em compras públicas o equivalente a 56% já produziram pelo menos um edital com a inclusão de critérios de sustentabilidade e efetivou a contratação, ou seja, adquiriu o bem ou serviço classificado e definido como sustentável. E os outros 44% nunca realizaram nenhum edital com os critérios.

Os especialistas foram questionados. Você acredita ser necessário e possível incluir critérios culturais nos editais licitatórios como meio de valorizar as práticas de artesanato, culinária, matéria-prima local, bem como fortalecer ações de pertencimento. E o resultado aponta que a maioria, 72%, dos especialistas em compras públicas acreditam ser necessário e possível inserir critérios culturais nos editais e os outros 28% indicam que não há esta possibilidade.

Foi solicitado no questionário aos especialistas que de acordo com as suas opiniões, indique o quanto é importante para os órgãos públicos realizarem prévio estudo de mercado, bem como prévio diálogo por meio, por exemplo, de audiências públicas com o setor produtivo. Isso para sinalizar para as indústrias e as empresas a demanda do governo por produtos/serviços classificados e definidos com critérios de sustentabilidade. Para responder a

este questionamento foi oferecida a seguinte referência: (1= irrelevante) – (2= pouco importante) – (3= importante) – (4= muito importante) e (5= importantíssimo).

Na opinião da maioria dos especialistas em compras públicas, 72%, é importantíssimo para os órgãos públicos realizar prévio estudo de mercado bem como diálogo com o setor produtivo. Seguido dos especialistas que opinam ser muito importante representado por 24% do total. E apenas 4% dos especialistas opinaram ser importante. Nenhum especialista apontou ser irrelevante ou pouco importante. O gráfico 20 demonstra de forma resumida.

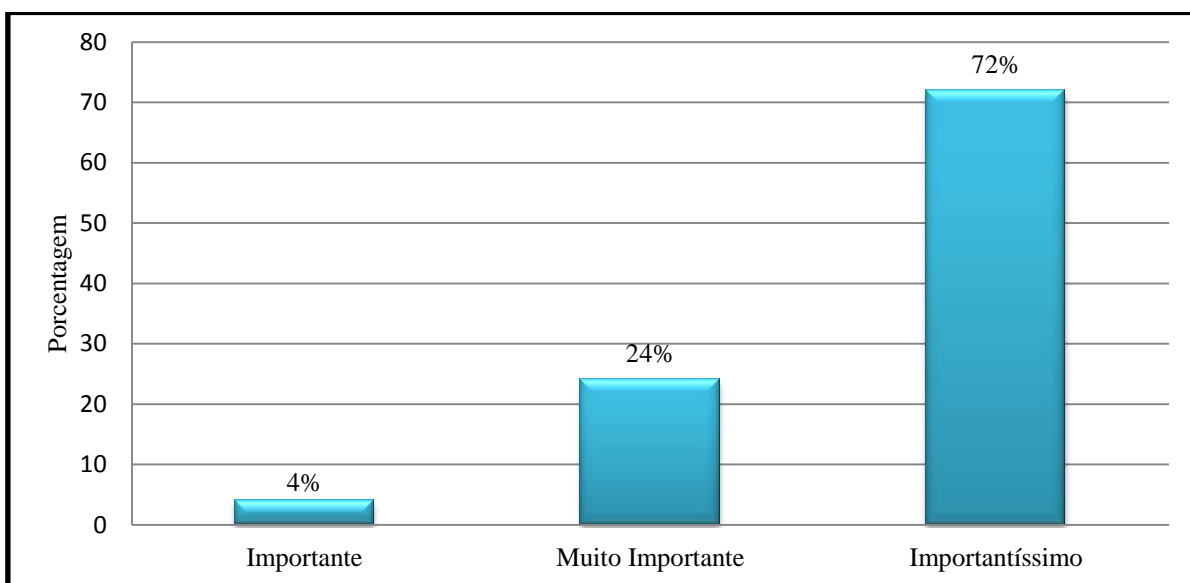


Gráfico 20 - Apresentação da percepção dos gestores de compras sobre a importância da realização de prévio estudo de mercado para os órgãos públicos

Fonte: Elaborado pelo autor com base no questionário aplicado em campo e via internet

As tabelas abaixo apresentam os resultados sobre os recursos humanos e a estrutura dos órgãos enaltecendo os aspectos contributivos e os negativos detectados nesta pesquisa.

Tabela 2 - Resultado da percepção dos gestores de compras sobre os recursos humanos – aspectos negativos e contributivos identificados na pesquisa.

Recursos humanos - aspectos negativos identificados na pesquisa		
Médio conhecimento e a expertise sobre CPS	16% Ruim 48% Regular 28% Bom 8% Ótimo	
	Sim	Não
Médio nível de capacitação p/ incluir critérios de sustentabilidade	56%	44%
A maioria sem segurança técnica para inserir a sustentabilidade	32%	68%
A maioria nunca usou os guias e/ou manuais de CPS	44%	56%
Recursos humanos - aspectos contributivos identificados na pesquisa		
	Sim	Não
A maioria já produziu um edital com sustentabilidade e contratação	56%	44%
A maioria já participou de eventos (cursos, seminários, fóruns, etc)	96%	4%
A maioria conhece os guias e/ou manuais de CPS	84%	16%
A maioria acredita ser possível inserir critérios culturais	72%	28%
As duas medidas eficazes p/ implantar as CPS em curto prazo no Brasil	Realizar eventos Desenvolver Tecnologias	
A maioria aponta ser importante prévio estudo de mercado e diálogo	4% importante 24% muito importante 72% importantíssimo	
A importância de desenvolver pesquisas, tecnologia/ inovação/ itens	40% muito importante. 60% importantíssimo	

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa aplicada em campo e via internet

Tabela 3 - Resultado da percepção dos gestores de compras sobre a estrutura dos órgãos públicos federais – aspectos que dificultam e os que contribuem para a implantação das Compras Públicas Sustentáveis

Estrutura dos órgãos - aspectos que dificultam a implantação das CPS	Sim	Não
A maioria dos órgãos não tem prévio diálogo com os fornecedores	32%	68%
A maioria dos órgãos não publica no sítio informações sobre CPS	32%	68%
A maioria dos órgãos não possui equipe para implantar as CPS	48%	52%
A grande maioria dos órgãos não possui estrutura física para as CPS	16%	84%
A maioria dos órgãos não possui Plano de Gestão Logística Sustentável	48%	52%
A maioria dos órgãos não oferece cursos de formação em CPS	36%	64%
A maioria dos órgãos não patrocina a realização de eventos sobre CPS	40%	60%
Na maioria dos órgãos não existe dialogo entre jurídico e compras	36%	64%
Estrutura dos órgãos - o aspecto contributivo identificado na pesquisa	Sim	Não
A grande maioria dos órgãos apoia/financia a ida a eventos sobre CPS	84%	16%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa aplicada em campo e via internet

8 A EXPERIÊNCIA EM COMPRAS PÚBLICAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

Entre os percalços para a construção desta pesquisa consta a participação do autor em distintos eventos sobre Compras Públicas Sustentáveis. Seminários, Fóruns, Encontros e Cursos. É nesta conjuntura, que surge a ideia da entrevista semiestruturada com a diretora de administração do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Dirad/FNDE. Para ser mais preciso, foi no II Seminário Internacional sobre Contratações Públicas Sustentáveis, realizado em Brasília, nos dias 27 e 28 de agosto de 2014 que aconteceu no Tribunal de Contas da União – TCU.

Nesta oportunidade, entre as palestras constava a “Compras Compartilhadas e Especificações Sustentáveis” do FNDE, com a finalidade de demonstrar as etapas realizadas no projeto de compras desta autarquia. Que por sua vez, dentre as experiências identificadas nesta pesquisa destaca-se em relação às demais práticas devido ao planejamento que antecede as compras deste órgão. O prévio desenho do plano em relação às compras públicas foi o que legitimou e deu notoriedade a prática do FNDE motivando este estudo de caso por meio da entrevista semiestruturada. A entrevista ocorreu no dia 10 de outubro de 2014 e par legitimar seu uso ela foi gravada e degravada.

A estratégia de pesquisa por meio da técnica de entrevista tem propósitos descritivos. A aplicação no estudo de caso do FNDE é para descrever o contexto das compras públicas no qual a intervenção socioambiental ocorreu. As proposições orientadoras para este capítulo que apresenta o resultado da entrevista estabelece a lógica entre as informações da entrevista e as recomendações deste estudo para as CPS. Ou seja, a entrevista buscou extrair conclusões analíticas no sentido de apresentar descrições alternativas. Para isso, é desenvolvida a seguir uma criativa descrição do caso.

No FNDE identificam-se três tipos distintos de compras para atender as suas necessidades. As internas, direcionada para o atendimento as conveniências internas da autarquia. Neste caso não há participação de outros órgãos, e como exemplo, pode-se destacar o transporte institucional. O outro tipo são as compartilhadas com o Ministério da Educação – MEC, que são compras realizadas de maneira associada com as Secretarias do MEC com o intuito de suprir suas necessidades, de acordo com as deliberações do Comitê de Compras do

ministério. A partilha de compras tem, por exemplo, as diárias e passagens. Contudo, o terceiro tipo de compra do FNDE é o que mais interessa para esta pesquisa. Trata-se do modelo de compras gerencial, o Registro de Preços Nacionais – RPN/FNDE que é segundo os Slides da Palestra (2014, p. 3),

O modelo gerencial desenvolvido pelo FNDE, que consiste na gestão compartilhada de compras públicas, por meio do qual o FNDE responsabiliza-se pela especificação, estudo de mercado, licitação e gestão das atas de registro de preços, e os estados e municípios se responsabilizam pelo planejamento de sua demanda, gestão e fiscalização dos contratos junto às empresas vencedoras da licitação. O controle de qualidade é realizado por ambos, FNDE e entes federados. Exemplo: Programa Caminho da Escola.

O modelo gerencial de Registro de Preços Nacional – RPN desenvolvido pelo FNDE surgiu quando este órgão percebeu a oportunidade de criar um modelo compras baseado no que determina a Lei nº 8.666/93 no artigo 15, inciso II, onde dispõe que as compras, sempre que possível, deverão ser processadas por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP. De acordo com o sítio Portal de Licitação (2014, p. 1) o Registro de Preços é,

[...] um sistema utilizado pelo Poder Público para aquisição de bens e serviços em que os interessados concordam em manter os preços registrados pelo “órgão gerenciador”. Estes preços são lançados em uma “ata de registros de preços” visando às contratações futuras, obedecendo-se as condições estipuladas no ato convocatório da licitação. Exemplificando: A empresa interessada em contratar/fornecer ao órgão público, participará da licitação (concorrência ou pregão) e oferecerá o preço para determinado produto ou serviço. O licitante que propuser o menor preço será declarado o vencedor, ficando sua oferta registrada na “ata de registro de preços”. Quando a Administração necessitar daquele produto ou serviço, poderá solicitar a contratação/fornecimento pelo preço que estiver registrado. O Registro de Preço será promovido pelo “órgão gerenciador”, mas farão parte dele os demais “órgãos participantes” que manifestarem interesse naquela contratação.

Na verdade, o FNDE criou um modelo de SRP com etapas propícias a sua realidade, adequando-o a sustentabilidade socioambiental possível nas aquisições do órgão. O SRP da Lei é proposto nos moldes de partilha de responsabilidades e dessa forma pode tornar viável os contratos públicos. E esta condição fica clara na fala da diretora da (Dirad/FNDE) na qual aponta que o órgão, “vislumbrou a possibilidade de fazer um Registro de Preços para que estados e municípios pudessem melhor executar os recursos transferidos pelo FNDE”. O FNDE constatou que por vezes o recurso era transferido, mas, os valores e os produtos, ônibus e mobiliário, por exemplo, eram executados com preços distintos e sem padronização, ou por vezes, o município não conseguia ao menos executar e devolvia o recurso para o FNDE.

A partir desta constatação que reflete as peculiaridades desta autarquia vinculada ao Ministério da Educação, o FNDE entende que para melhorar a gestão e possibilitar a prestação de uma assistência técnica adicional aos estados e municípios deve mudar a estratégia de compras do órgão e passar a centralizar os processos licitatórios. Nestas condições a “Ata de Registro de Preços é homologada e nós transferimos os recursos para que estados e municípios façam a compra desses produtos por meio de contratos centralizados” diretora da (Dirad/FNDE).

A gestão compartilhada de compras públicas no modelo de Registro de Preços Nacional – RPN desenvolvido pelo FNDE, como dito, funciona a partir da centralização dos processos licitatórios, então, “aqui no FNDE nos fazemos à elaboração do Termo de Referência, a audiência pública para contratação, o edital do processo licitatório feito pelo Pregão do Registro de Preços e depois a gente faz a Ata de Registro de Preços” Diretora da (Dirad/FNDE).

No FNDE, depois que Ata de Registro de Preços está pronta, os estados e municípios utilizam esta e assinam contratos previamente autorizados e analisados pela Procuradoria Federal. Os contratos ou o objeto do Termo de Referência são executados e a prestação de contas é realizada. Este sistema possibilita uma série de benefícios para a APF que logo serão expostos.

O SRP/FNDE compartilha responsabilidades com os estados e municípios, cada uma delas realizada em distintas etapas. É nesta distribuição de responsabilidades que precede, acompanha e preocupa-se com o após contratações públicas do FNDE que reside o diferencial deste órgão.

A primeira etapa é o levantamento da demanda dos pares. No FNDE existe o sistema denominado SIMEC, neste sistema os estados e municípios preenchem o Plano de Ações Articuladas que é, basicamente, o instrumento para o levantamento da demanda por parte dos estados e municípios. Nele os pares apontam quais são as suas necessidades em termo de infraestrutura e carências pedagógicas. A partir do conhecimento da demanda o planejamento estratégico é realizado e o FNDE orienta-se para definir quais são as principais carências dos estados e municípios. Articula-se a esta etapa as palavras proferidas pela diretora da (Dirad/FNDE),

[...] e aí que, por exemplo, surgem as necessidades de se comprar mobiliário escolar, a partir desse quantitativo levantado via sistema o FNDE vai procurar o que seria uma proposta de especificação técnica para um mobiliário escolar, existe alguma norma técnica que tem que ser cumprida, uma norma do Inmetro, da ABNT, e tem algum modelo que já é bem utilizado por algum estado e município, qual o designe, qual é a padronização que a gente está propondo pra esse, para o objeto dessa compra, por exemplo, o mobiliário escolar. E aí o FNDE faz parcerias com universidades, com outros estados, com instituições públicas de ensino que já têm algum tipo de experiência e que pode ou que tem produtos que podem ser utilizados e produzidos em larga escala.

A partir desta etapa do levantamento da demanda, por meio das parcerias evidentes na citação direta longa anterior, parte-se para a segunda etapa, o estudo de mercado. Esta etapa é o momento no qual verifica-se como consequência do prévio levantamento se determinado produto, classificado com critérios sociais e ambientais, solicitado pelo FNDE existe no mercado. Se positivo, qual o prazo de entrega? Qual e a capacidade produtiva do setor? Existe matéria prima suficiente? Qual é a melhor matéria prima para determinados produtos? Isto é, na segunda etapa é realizada uma pesquisa de análise que confere as capacidades e limitações do setor produtivo e empresarial. Sobre esta etapa na entrevista a diretora da (Dirad/FNDE) narra que,

[...] no caso do mobiliário escolar existe uma norma que é a 14.006 que regula toda a produção de mobiliário escolar no país. Qual o modelo que vai ser adotado? Como que vai ser a parte do, o projeto técnico desse mobiliário? Quais são os insumos que são necessários? É possível ter alguma coisa voltada para a sustentabilidade? Não é possível? O que pode ser melhorado no processo produtivo para que o preço fique interessante e não se perda qualidade. E depois deste estudo de mercado a gente decide qual vai ser a estratégia da contratação, o FNDE vai fazer uma licitação única para distribuir no país inteiro, nós vamos, por que, nestes casos pode existir poucos fornecedores com capacidade para atender a demanda como é o caso do ônibus escolar a produção, a indústria de ônibus, caminhões do país são tem poucos grandes fornecedores com capacidade para atender o FNDE.

Como percebido, na etapa do estudo de mercado privilegia-se vários requisitos para perceber o nível de sustentabilidade do mercado bem como melhoria nos processos produtivos para fomentar competitividade entre os produtos tradicionais e os definidos como sustentáveis em termos de preço e qualidade. No caso de alguns materiais específicos o FNDE, de certa forma, conhece por meio da prática a aptidão produtiva de algumas indústrias como relata a diretora da (Dirad/FNDE). “No caso do mobiliário eu tenho diversas lojas, indústrias que tem capacidade produtiva para produzir mobiliário no país, então, no caso do mobiliário eu escolhi, dividir o país em dez grandes grupos, os 27 estados foram divididos em dez grandes grupos”.

A etapa após o estudo de mercado é a Audiência Pública. A Audiência Pública é o momento que o FNDE convoca os estados, os municípios, a indústria, alguns órgãos do governo, como o Inmetro, com a finalidade de apresentar quais são os seus contratos de interesse. Esta etapa é fundamental para ouvir o meio produtivo. Identificar as condições, possibilidades, habilidades, os prazos de entrega, ou seja, toda a logística de produção e distribuição do mercado. Sobre o prazo de entrega dos ônibus escolares, por exemplo, a diretora da (Dirad/FNDE) aponta que, “são 110 dias em algumas regiões, e varia de 110 a 130 dias. Quem me dá esse feedback é o mercado, porque vai analisar a questão da logística de distribuição do produto que eu to querendo contratar ou comprar”.

A partir da Audiência Pública são consolidadas todas as sugestões dos atores envolvidos que orienta a posterior realização do Pregão Eletrônico que se dá por meio da plataforma de compras do governo federal - ComprasNet. Como visto, na Audiência Pública forma-se o ambiente propício para o diálogo entre os envolvidos no processo de compras públicas.

Realizado o Pregão Eletrônico a etapa seguinte é o Controle de Qualidade, que no FNDE é feito em três etapas em parceria com os estados e municípios. Conforme relata a diretora da (Dirad/FNDE) o órgão “é responsável essencialmente pela primeira e pela segunda etapa do controle de qualidade considerando a visita, a prova, a aprovação do protótipo e as visitas técnicas nas indústrias”. Sendo a terceira etapa de maior responsabilidade dos estados e municípios. Dado que, é explícito pela diretora da (Dirad/FNDE), que a primeira etapa é,

[...] antes da homologação do processo licitatório, eu vou avaliar uma amostra, um protótipo do produto, e por vezes, a nossa equipe não tem um conhecimento técnico para saber se de fato aquele produto está adequado ao que está registrado no que contém no edital, e aí é que a gente conta com auxílio dos laboratórios acreditados pelo Inmetro ou do próprio Inmetro em alguns casos pra emitir laudos e pareceres técnicos atestando a compatibilidade entre as especificações do edital e o produto que foi apresentado. Se o fornecedor apresentar o produto apropriado, adequado, nós vamos procurar na, nós fazemos a Ata de Registro de Preços, essa ARP tem validade de um ano, e durante a vigência desse um ano eu tenho as duas outras etapas do controle de qualidade.

Aprovada a amostra ou protótipo, a segunda etapa do controle de Qualidade foca na produção. O FNDE visita algumas indústrias onde são produzidos os produtos classificados com critérios socioambientais compatíveis com o solicitado pelo órgão, isto, antes da distribuição aos estados e municípios. Esta intervenção permite ao FNDE com disse a diretora

da (Dirad/FNDE) “fazer algumas melhorias no processo”. Apesar disso, não é possível, ainda, para o FNDE, controlar a qualidade de toda a produção na indústria.

Com isto, a terceira etapa consiste no monitoramento do que foi entregue de fato. E para este acompanhamento o trabalho no FNDE é por meio de denúncias e reclamações recebidas dos estados e municípios. Contudo, o FNDE, como alternativa para compartilhar a responsabilidade desta etapa com os entes federados articula o contato entre o fornecedor que ganhou a Ata e o estado e/ou município para, se necessário, realizar a substituição dos produtos que porventura apresentar algum tipo de problema com a qualidade. Sobre esta etapa a diretora da (Dirad/FNDE) diz que,

a terceira etapa, especialmente, é muito de responsa, é mais de responsabilidade ainda do município, a partir do momento que o município assina um contrato para receber por exemplo 100 (cem) conjuntos de mobiliário ele ta sendo, que aquele fornecedor entregou os conjuntos, ele é responsável por exemplo, em detectar se um deles, se tem conjunto amassado, se tem conjunto faltando peça, se ele ta recebendo de fato 100, por exemplo, (cem) conjuntos que era o que estava contratado, se o prazo de entrega foi efetivamente cumprido. É ele que é responsável por checar se o mobiliário escolar ta devidamente identificado. Se tem algum problema de controle de qualidade mesmo, algum encaixe que está folgado, alguma mesa que ta torta, tudo isso é verificado por quem recebe lá no município, e aí é que vem a questão do compartilhamento dessas obrigações, no momento em que você compartilha as obrigações sobre o controle de qualidade com a pessoa, com o gestor que vai receber aquele produto no município.

Ao continuar com a análise da experiência do SRP/FNDE, percebe-se que, identificar os problemas de qualidade é de extrema importância para retroalimentar o sistema de compras do FNDE. Já que, como gerenciador da Ata o FNDE tem a obrigação de apurar e verificar quais são os possíveis problemas durante o uso e a conservação desses produtos nas escolas. Então, para ressaltar a importância desta etapa, o Controle de Qualidade, a diretora da (Dirad/FNDE) afirma que,

[...] são essas reclamações, essas sugestões muitas vezes de melhoria no processo, durante o monitoramento e entrega desses produtos que vão realimentar o novo processo. Anualmente a gente faz um novo, tem um novo processo e esse processo tem sempre melhorias de um ano para o outro, os processos não são idênticos. Então, a partir do que eu detecto durante o controle de qualidade dessas três etapas eu posso aperfeiçoar e melhorar o produto para o próximo processo licitatório.

Além das melhorias, outras contribuições são identificadas no modelo de gestão RPN/FNDE, e sobre os possíveis usos e reais acontecimentos do Registro para a inclusão de

critérios de sustentabilidade nas compras públicas, recomenda-se ler quando a diretora da (Dirad/FNDE) fala que,

O governo como um todo, seja federal, estadual ou até municipal, em alguns municípios tem um poder de induzir algumas tendências no mercado. Então, se o FNDE faz uma licitação dizendo que só vai aceitar, só vai comprar produtos que tenham tais características, o mercado vai se organizar para produzir por conta do quantitativo que é muito significativo. Nessas compras eu concordo que é difícil para um município pequeno exigir determinados controles de determinadas questões de sustentabilidade por que tem as indústrias que não vão mudar todo o seu processo produtivo para atender a um pedido pequeno. Agora quando o governo federal começa a induzir esse, essa política de sustentabilidade as indústrias têm se adaptado e tem desenvolvido produtos que atendam a alguns requisitos. **É lógico que a questão da sustentabilidade tem que ser avaliada de uma forma bem mais ampla. O Registro de Preços Nacional, por exemplo, é sustentável simplesmente pelo fato de você em um único processo licitatório evitar outros 4 (quatro), 5 (cinco) mil quinhentos e setenta processos, possíveis processos licitatórios. A medida que eu concentro a equipe aqui para fazer o processo licitatório as diversas equipes dos estados e municípios estão sendo desoneradas disso, e podem trabalhar para os produtos que de fato condizem com a sua realidade local e com as suas necessidades mais específicas. Isso também é sustentabilidade.** Se a gente não tem um estudo que fale sobre isso ainda, mas, imagina quantos processos licitatórios, quantas folhas, quantas capas, foram, não foram gastas em razão de um processo de compras centralizadas. A quantidade de papel que se economizou pra num processo licitatório centralizado e o que seria gasto se esse processo fosse descentralizado é algo que de fato acontece e chama muito a atenção, além disso, algumas características como eu falei antes podem induzir o mercado a trabalhar com políticas de sustentabilidade. A gente tá trabalhando agora com um questionário em que faz, são 41 perguntas que nós fazemos aos nossos fornecedores pra saber como tem sido a preocupação dos fornecedores em relação a sustentabilidade dentro da sua indústria. A partir do momento nós tivermos, começarmos a ter esses feedbacks isso vai ser transformado em características mais sustentáveis, **às vezes já existem processos produtivos mais sustentáveis na indústria e com uma simples alteração no Edital a gente consegue incentivar e estimular esse tipo de prática.** (Grifo nosso).

Diante deste relato da diretora é possível perceber a viabilidade de aplicação do RPN/FNDE aos princípios da sustentabilidade ambiental e social nas contratações públicas.

Como percebido, inicialmente o SRP/FNDE centraliza o processo de compras, para posterior compartilhamento. Demonstra-se até o momento que o viés ambiental e o social igualmente podem ser introduzidos no sistema de compras de distintas formas, então, acredita-se que este modelo de gestão RPN-FNDE de compras públicas pode ser adaptado a realidade de outros órgãos federais. E como relata a própria diretora da (Dirad/FNDE),

O próprio Ministério da Saúde já tem comprado de forma centralizada e compartilha a gestão dos seus contratos com os demais hospitais federais, por exemplo. Dentro do próprio Ministério da Educação tem uma empresa pública criada para fazer o gerenciamento dos hospitais universitários e todas as compras também são centralizadas. A EBSEH existe pra gerenciar os hospitais e eles têm feito os

processos de compras centralizados pra que sejam entregues nos estados, nos hospitais federais.

Dentro da sistemática do RPN/FNDE ressalta-se o contato estabelecido entre o órgão e o setor produtivo. Visto que, conforme indica a entrevista, é importante para o desenvolvimento de produtos e serviços definidos com critérios de sustentabilidade bem como identificar detalhes do processo produtivo que, por meio de pequenas modificações, pode tornar-se socioambientalmente correto. Para o governo planejar boas contratações é preciso conhecer o processo produtivo dos seus fornecedores, pois, certas vezes, uma pequena alteração na especificação do produto pode ser o ponto que torna a licitação diferenciada. E esta é uma prática dentro da política interna de compras do órgão como aponta a fala da diretora da (Dirad/FNDE),

[...] nós fomos há uns quatro meses a uma fábrica de tênis, e o FNDE compra tênis escolares, faz Registros de Preços para que estados e municípios se utilizem dessa Ata. E a gente já descobriu, por exemplo, que se o solado do tênis não tiver o número do calçado daquele tênis, especificamente, aquela borracha do solado se ela não for personalizada eu consigo aumentar o nível de reciclagem e o melhor aproveitamento daquela matéria-prima de uma forma incrível. Então, é uma simples especificação, se eu colocar no meu Termo de Referência que o tênis tem que ter a identificação no solado eu to aumento em muito o processo produtivo da empresa, se eu não coloco, é sustentabilidade, porque eles vão poder reaproveitar aquela matéria para outros tênis, poder aproveitar melhor os recursos, o preço tende a cair e o processo fica mais sustentável porque tem menos descarte de material. É esse tipo de interação com a indústria que permite algum ajuste, alguma melhoria na especificação técnica que permita e que se transforme em processos e especificações sustentáveis mais a frente.

Como percebido, alguns produtos e práticas no processo produtivo estão em fase de construção no sistema de compras do FNDE. Porém, durante o evento que possibilitou o contato com a experiência em compras públicas do FNDE o material permanente que mais chamou a atenção foi o modelo de ônibus escolar padronizado que trouxe várias especificações, tanto de acessibilidade, quanto de mudança na estrutura dos ônibus. De acordo com a diretora da (Dirad/FNDE) “antes ninguém pensava nesse nosso país num ônibus para a zona rural o que existiam eram ônibus para zona urbana que depois de vinte, vinte e cinco anos eram utilizados pelos alunos, pelo público da zona rural”.

Diante desta realidade, o FNDE começou a pensar no desenvolvimento de um ônibus que atenda a necessidade do meio escolar rural. Para isso, foi firmado um acordo de cooperação com a Universidade de Brasília - UnB, que ajudou a desenvolver um ônibus que tivesse características adequadas para o transporte rural. Desenvolvido os atributos técnicos

do ônibus, os problemas não terminam, pelo contrário, apenas começam, em razão que, na primeira licitação houve forte resistência por parte do mercado. A primeira alegação do mercado foi que não existiam ônibus com tais características. Logo, na lógica, o primeiro ano de licitação para o programa Caminhos da Escola não pode exigir que os ônibus fossem o que era entendido como o ideal, o supressumum em transporte escolar rural.

As alegações indicam que a indústria não está preparada atender os requisitos do ônibus. Então, na primeira licitação foram realizados alguns ajustes para os próximos editais como relata a diretora da (Dirad/FNDE),

por exemplo, na primeira licitação, o ônibus tinha que ter um ângulo de saída maior, por que quando o ônibus passasse por uma vala, ou por algum, ele não podia prender não podia quebrar o para-choque, tanto para-choque como para-lama. Algumas adaptações já foram feitas nesse primeiro ano do programa, e alguns fornecedores que no primeiro ano do programa se recusaram a participar, no segundo ano e nos demais anos entraram e são parceiros até hoje. Então, o mercado vai se ajustando de acordo com a necessidade. No segundo e terceiro ano nos fomos implementando outras questões, por exemplo, plataforma elevatória para transporte de pessoa com necessidade especial, ou ônibus com tração nas quatro rodas. Com o passar do tempo nós começamos a trabalhar com, a implementar características no programa. Foi lançado também um ônibus urbano que é o único modelo que nós temos para transporte urbano, um ônibus urbano acessível, exclusivo para transporte de, não, com a principal finalidade de transportar pessoas com deficiência e a medida que os anos foram passando e que o próprio mercado passou a acreditar mais, eles fizeram investimentos muito significativo para atender ao FNDE.

Conforme a entrevista, hoje o Programa Caminho da Escola representa 30% do mercado de ônibus no país, então, é um processo que com o tempo ganhou a confiança do mercado, e a partir da confiança recíproca torna-se possível propor mudanças e melhorias contínuas nos produtos. Com os avanços nos editais, atualmente, o FNDE acredita estar próximo do que é entendido como ideal para o transporte rural escolar. Em relação ao ônibus urbano a diretora da (Dirad/FNDE) fala que,

[...] a próxima licitação de ônibus urbano acessível vai vir com uma tecnologia que só existe na Europa. Na rodoviária quando você pega, no aeroporto, por exemplo, os ônibus abaixam, tem uma pressão pneumática eu acho que é esse nome técnico, mas o ônibus abaixa para ficar mais próximo da calçada e é esse. Só que nós não precisamos de um ônibus grande, e essa tecnologia já existe, apenas, para ônibus grande. Por isso, que você vê isso nos aeroportos, mas ela com ônibus pequeno para fazer o transporte de alguns alunos cadeirantes, por exemplo, e mais alguns alunos que tem algum tipo de necessidade especial de locomoção, por exemplo, e por isso a nossa necessidade de um ônibus pequeno. Ele vai começar a fazer isso pra que com uma simples rampa o cadeirante possa entrar e sair do ônibus sem precisar do auxílio de ninguém, nem mesmo do motorista. Alguns ônibus urbanos hoje tem uma plataforma elevatória e a gente já chegou a trabalhar com esse elevador, só que isso para a zona rural não funciona por conta da poeira, da lama que os ônibus passam

justamente por ser zona rural, a gente percebeu que começa a travar, aí você não consegue ter o uso e a manutenção disso é muito cara, então, o ideal em termos de acessibilidade de fato é o ônibus com a rampa. Acontece que na zona rural você não consegue esse tipo de, eu não posso contar que na zona rural vai ter meio fio, que vai ter calçada por que não tem, então, a gente tem procurado tecnologias para atender o ônibus rural que é mais alto que o urbano, naturalmente, porque ele tem que passar dentro dos buracos e dos rios. São melhorias que nós estamos implementando ano a ano no programa, a medida que a gente vai conseguindo mais alguma coisa a gente vai querendo mais ainda sempre com o intuito de melhorar e de ter a melhor proposta técnica para atender a necessidade das escolas e dos alunos.

A experiência em compras públicas do FNDE é significativa, visto que, não identifica-se nenhuma prática de planejamento em contratações na Administração Pública Federal que despende de tantas fases fragmentadas, porém, articuladas em torno da inovação, entre elas, a inclusão da sustentabilidade social e ambiental nas licitações. O SRP/FNDE ao centralizar o planejamento e o certame licitatório e compartilhar o recurso necessário para cada expediente bem como a etapa do controle de qualidade permite vários benefícios para todos os atores envolvidos como aponta os Slides da Palestra (2014, p. 5) para concretizar a gama de ganhos como,

- Conhecimento da realidade local: estudos de mercado e audiências públicas;
- Ganho de escala – maior poder de compra governamental;
- Racionalidade processual;
- Menor risco de corrupção e cooptação/Maior transparência;
- Adequação, qualidade e padronização dos produtos adquiridos;
- Maior rapidez na contratação;
- Os quantitativos registrados levam em consideração a necessidade das unidades federadas registradas no PAR e, ainda, a capacidade do setor produtivo, auferida pelos estudos de mercado e;
- Sustentabilidade, devido a diversos fatores, como: ganho de escala e materiais renováveis utilizados na fabricação dos produtos.

9 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As Compras Públicas Sustentáveis representam uma das possibilidades de ação do Estado em prol de uma sociedade mais justa que valoriza as territorialidades e engloba os critérios ambientais e sociais no dia a dia, nas contratações públicas e, da mesma maneira, nas demais práticas sociais. Nesse sentido, esta pesquisa se propôs a analisar a percepção dos gestores de compras federais sobre o processo de implantação das Compras Públicas Sustentáveis no Brasil. Para tanto, foi utilizado o método Delphi, a análise quantitativa e a técnica de entrevista e para a coleta de dados foram usados questionários específicos e um roteiro de entrevista, bem como foi usada a tabulação dos dados, técnicas e programas estatísticos para atingir os objetivos da pesquisa.

Para esta pesquisa, acredita que quanto maior o tempo de experiência dos especialistas em compras públicas melhor é a qualidade das informações prestadas. Então, partindo do pressuposto que a média de cinco anos de experiência para os envolvidos na pesquisa é um tempo suficiente para o especialista adquirir bons conhecimentos e práticas de compras públicas. A partir do estipulado, os primeiros dados analisados revelam que os especialistas em compras públicas envolvidos na pesquisa possuem a média de anos de experiência satisfatória a proposta da metodologia, a média é de no mínimo cinco anos de experiência. Com isso, o resultado demonstra que a média de experiência, em anos, dos especialistas é de 6,5 (anos), dado que, de acordo com o estabelecido, gera créditos para as informações.

Outra informação importante foi o bom nível escolar dos pesquisados. Fato este muito interessante, visto que, para responder aos questionários é preciso ter bom discernimento sobre a evolução dos dados apresentados sobre CPS para entender os questionamentos e responder. Isto é dito, pois, durante a pesquisa alguns especialistas responderam o e-mail do questionário afirmando não entender o que estava sendo questionado, e por isso, não responderiam as perguntas. Logo, este bom nível escolar, mais de 50% dos especialistas participantes, para ser mais preciso, 56% deles, possuem especialização, e outros 32%, graduação. Fato que pode ter contribuído para o tão rápido e preciso retorno das respostas.

Do Gráfico 3 ao Gráfico 16 estão representados e redigidos os textos que explicam o resultado da pesquisa para as 7 (sete) questões abertas dos questionários (aplicação e reaplicação) para análise de acordo como Delphi e a percepção dos gestores de compras

públicas sobre o processo de implantação das Compras Públicas Sustentáveis no Brasil. Para demonstrar de forma objetiva estes resultados, foi elaborada a Tabela 2, logo abaixo. Ela aponta que todas as perguntas abertas que ofereceram a evolução e solicitaram a projeção das CPS aos especialistas, para 2015, apresentaram resultados que convergem para a tendência otimista. Pois, em todos os resultados a percepção dos especialistas indica que as CPS continuarão a evoluir e as porcentagens e valores tendem a crescer.

Portanto, recomenda-se que o Estado disponibilize recursos para as políticas e programas de compras públicas, principalmente, as de cunho ambiental e social. Também é preciso atos do governo para legitimar os esforços dos gestores de compras públicas por meio de normas licitatórias inspiradas nas boas práticas internacionais, contudo, direcionadas para a realidade brasileira, e ratificar igualmente esta postura por meio de gratificações em dinheiro para os gestores públicos. É uma boa alternativa a ser debatida e planejada para entrar em exercício. Gratificação em espécie para servidores públicos que atuam em favor do meio ambiente foi identificado na literatura internacional.

E melhor, toda a sociedade deve ser incluída no processo de implantação das CPS no Brasil, e isso pode ocorrer por meio de cartões de crédito verde. Este tipo de benefício financeiro, social e ambiental é realidade na Coreia do Sul como consta nas experiências de governos internacionais. Então, porque não no Brasil? Recentemente no Brasil as multas de trânsito aumentaram de valor sob a alegação que desta forma estimula-se o respeito do cidadão às leis. Então, porque não beneficiar a população por meio de um cartão de crédito verde para incentivar a sociedade a valorizar o meio ambiente. Observe a Tabela 4 para clarificar a projeção de crescimento percebida pelos especialistas, para 2015. A Tabela 4 apresenta o resultado da aplicação e reaplicação das questões abertas do questionário contendo os valores e porcentagens, aproximados, e as variáveis analisadas conforme o método *Delphi*. As variáveis são a mediana, o quartil inferior e o quartil superior bem como demonstra os acréscimos conforme o que aponta os especialistas em compras públicas.

Tabela 4 - Percepção dos gestores de compras sobre a evolução das CPS no Brasil (em % e R\$ milhões). Valores de 2013. Evolução (2015-1 a 2015-2) 2015-1 a mediana, quartil inferior e superior da primeira aplicação e 2015-2 as mesmas variáveis da segunda aplicação

	Valores de 2013	Variáveis	2015-1	2015-2	Acréscimos
Participação das CPS nas compras governamentais	0,06%	Mediana Quartil Inferior Quartil Superior	0,07% 0,065% 0,085%	0,07% 0,07% 0,085%	0,01%
Processos de CPS para adquirir bens por meio do PE	63%	Mediana Quartil Inferior Quartil Superior	70% 69% 80%	70% 66,5% 76%	7%
O valor das CPS por meio do Pregão Eletrônico	42 milhões	Mediana Quartil Inferior Quartil Superior	50 milhões 45 milhões 53,5 milhões	50 milhões 48 milhões 60 milhões	8 milhões
O valor das CPS por meio das Micro Empresas	24 milhões	Mediana Quartil Inferior Quartil Superior	30 milhões 28,5 milhões 40 milhões	30 milhões 30 milhões 32,5 milhões	6 milhões
O valor das CPS por meio das Pequenas Empresas	10,5 milhões	Mediana Quartil Inferior Quartil Superior	15 milhões 13 milhões 19 milhões	15 milhões 13,5 milhões 17,5 milhões	4,5 milhões
Os três órgãos com os maiores percentuais	65%	Mediana Quartil Inferior Quartil Superior	70% 65% 72%	70% 67,5% 70%	5%
Os três materiais com os maiores (%) nas CPS	59%	Mediana Quartil Inferior Quartil Superior	67% 52,5% 70%	67% 63,5% 70%	8%

Fonte: Elaborada pelo autor com base em pesquisa aplicada em campo e via internet

Sobre a importância de desenvolver pesquisas, tecnologia/ inovação e, conseqüentemente, itens classificados e definidos como sustentáveis o resultado aponta que 60% indicam ser importantíssimo e 40% muito importante. Então, Conclui-se realmente ser uma necessidade, pois, como percebido no levantamento da literatura existe um número restrito de itens definidos como sustentáveis, e isto, pode ser um aspecto que dificulta a implantação das CPS nos órgãos federais. Para isso, sugere-se que haja subsídios do governo para aplicação em pesquisas e firmar parcerias, por exemplo, entre universidade, institutos públicos bem como outros órgãos do governo, SEBRAE, Inmetro, entre outros, com o meio privado. É com subsídios e parcerias governo/empresa e governo/indústria que os países desenvolvidos produzem boa parte das tecnologias.

Corroborando com esta necessidade a opinião dos especialistas em compras públicas quando questionados sobre as duas medidas apontadas como mais eficazes para implantar as Compras Públicas Sustentáveis em curto prazo no Brasil. E com 56% do total as duas medidas são: realizar eventos (cursos, seminários, fóruns, encontros, treinamentos) e

desenvolver tecnologias para inovar e diminuir o preço dos produtos sustentáveis. Ou seja, é preciso tanto desenvolver novos produtos como promover com este aumento de oferta a produção em escala para diminuir o preço dos produtos classificados e definidos como sustentáveis.

Neste momento, vale ressaltar que, diminuir o preço dos itens sustentáveis é visto como positivo para implantar as CPS, porém, conforme demonstra o levantamento da literatura, está comprovado que, a médio e longo prazo é viável adquirir produtos com maior eficiência energética e hídrica, pois, desta forma, gera-se economia.

Um dos objetivos específicos desta pesquisa é avaliar os fatores que têm dificultado a implantação das CPS na estrutura dos órgãos da APF brasileira. E com o resultado das perguntas fechadas da pesquisa comprova-se que existem aspectos negativos que dificultam a implantação das CPS no Brasil. Inclusive aspectos relativos aos atores que estão na linha de frente das compras públicas, os gestores de compras públicas, que na perspectiva desta pesquisa fazem parte da estrutura de recursos humanos dos órgãos. Identifica-se também aspectos negativos na estrutura física.

Para os recursos humanos os aspectos negativos identificados na pesquisa são:

- médio conhecimento e a expertise dos gestores de compras públicas;
- médio nível de capacitação para incluir critérios de sustentabilidade nos editais;
- a maioria não possui segurança técnica para inserir os critérios de sustentabilidade;
- a maioria nunca usou os guias e/ou manuais de Compras Públicas Sustentáveis.

Para os recursos humanos os aspectos contributivos identificados na pesquisa são:

- a maioria já produziu pelo menos um edital com a inclusão de critérios de sustentabilidade e efetivou a contratação;

- a maioria dos especialistas já participou de eventos (cursos, seminários, fóruns, encontros, treinamentos);
- a maioria conhece os guias e/ou manuais de Compras Públicas Sustentáveis;
- a maioria acredita ser necessário e possível inserir critérios culturais nos editais;
- a maioria aponta ser importante para os órgãos públicos realizarem prévio estudo de mercado, bem como prévio diálogo por meio de audiências públicas;

Por exemplo, a grande maioria, 48% deles, encontra-se regular no quesito conhecimento e expertise, que equivale a 50% na escala proposta. Portanto, recomenda-se melhoria neste requisito básico, visto que, sem conhecimento e expertise aumenta o desafio para se implantar as CPS no Brasil. Aponta também, que 56% dos especialistas pesquisados não se sentem capacitados para incluir critérios de sustentabilidade nos editais. Outra constatação, é que a maioria dos especialistas em compras públicas, 68%, não possui segurança técnica para inserir os critérios de sustentabilidade.

Logo, a sugestão é que a porcentagem de gestores capacitados em CPS aumente e que seja revisto o tipo de capacitação proposta nos eventos. Visto que, a pesquisa aponta que 96% dos especialistas, a maioria, já participou de eventos (cursos, seminários, fóruns, encontros, treinamentos), Ou seja, apesar do alto índice de participação em eventos não se sentem capacitados e não possuem bom conhecimento e expertise em CPS. Por isso, fica a sugestão para os próximos estudos, pesquisar que tipo de capacitação os gestores preferem e precisam. E recomenda-se também que os eventos sejam direcionados para ensinar de forma prática como inserir os critérios de sustentabilidade nos certames licitatórios. Vale ressaltar que o alto índice de participação em eventos é avaliado como um fator contributivo para a implantação das CPS no Brasil.

Com isso, a pesquisa percebe a necessidade de identificar precisamente o processo durante os eventos, geralmente, em Brasília-DF, ofertados por órgãos do governo federal. Após a identificação o correto é sugerir caminhos para desenvolver maior expertise, conhecimento e segurança técnica para os gestores de compras públicas. Que nos eventos

sejam expostos os exemplos concretos, informações, defina-se os treinamentos específicos para a prática das CPS. Acredita-se na necessidade de conhecer a opinião dos especialistas, eles devem apontar o modelo adequado a ser adotado nos eventos, afinal, são os atores envolvidos diretamente na produção dos processos licitatórios.

O resultado aponta que a maioria dos especialistas o equivalente a 84% deles conhecem os guias e/ou manuais de CPS. E apenas 16% dos especialistas desconhecem. Com isso, conclui-se que este percentual é positivo e indicado como aspecto positivo para a implantação, ou seja, os guias e manuais são de conhecimento dos especialistas em compras públicas. No entanto, é preciso melhorar o uso, pois, não adianta apenas conhecer é preciso usar os guias, pois, a pesquisa aponta que a maioria, 56%, dos especialistas nunca usaram os guias e/ou manuais. Portanto, o baixo uso é percebido como um aspecto que dificulta a implantação das CPS no Brasil, e para isso, recomenda-se que nos eventos seja trabalhado o uso dos guias e manuais para estimular o uso entre os especialistas em compras públicas.

Confere a esta pesquisa que 56% dos especialistas já produziram pelo menos um edital com a inclusão de critérios de sustentabilidade e efetivou a contratação, adquiriu o bem ou serviço classificado e definido como sustentável. Entende-se nesta pesquisa que este é um aspecto positivo, porém, sugere-se a criação de mecanismos de interação e diálogo entre os especialistas para fomentar o aumento deste percentual de processos com critérios de sustentabilidade ambiental e social.

É provável que os critérios culturais estejam presentes, porém, implícitos nos critérios sociais. Contudo, no resultado sobre a questão cultural, 72% dos especialistas em compras públicas acreditam ser necessário e possível inserir critérios culturais nos editais. Então, conclui-se que a percepção dos especialistas sobre a questão cultural é favorável e se coaduna com a postura adotada nesta pesquisa, pois, poucos estudos sobre CPS abordaram o tema, e esta pesquisa acredita ser possível e recomenda o uso da matéria prima local, do conhecimento culinário, artesanal, entre outros, para gerar sustentabilidade social e ambiental por meio das CPS.

A maioria dos especialistas aponta que é importantíssimo para os órgãos públicos realizarem prévio estudo de mercado, bem como prévio diálogo por meio, por exemplo, de audiências públicas com o setor produtivo. Conclui-se que esta constatação é muito

importante, tendo em vista, que corrobora com o planejamento de compras públicas identificado na experiência do FNDE. Contudo, recomenda-se que o diálogo seja regra no planejamento de compras, e não uma exceção, pois, o Gráfico 29 aponta que 68% dos órgãos, a maioria, não tem prévio diálogo com os fornecedores, fato que dificulta a implantação das CPS no Brasil.

Em relação à estrutura dos órgãos públicos federais os aspectos que dificultam a implantação das CPS no Brasil identificados na pesquisa são:

- a maioria dos órgãos não tem prévio diálogo com os fornecedores;
- a maioria dos órgãos não publica no sítio eletrônico da instituição informações sobre Compras Públicas Sustentáveis;
- a maioria dos órgãos não possui uma comissão, equipe ou grupo de trabalho específico para desenvolver a implantação das Compras Públicas Sustentáveis;
- a grande maioria dos órgãos não possui uma estrutura física específica para implantar as Compras Públicas Sustentáveis;
- a maioria dos órgãos não possui o Plano de Gestão de Logística Sustentável;
- a maioria dos órgãos não oferece cursos de formação em Compras Públicas Sustentáveis;
- a maioria dos órgãos não patrocina a realização de eventos sobre Compras Públicas Sustentáveis;
- na maioria dos órgãos não existe diálogo e sintonia entre o setor jurídico e o de compras para orientar a inserção dos critérios de sustentabilidade nos editais.

Em relação à estrutura dos órgãos públicos federais o aspecto contributivo identificado na pesquisa para implantar as CPS no Brasil é:

- a grande maioria dos órgãos apoia e financia a ida dos gestores de compras públicas a eventos sobre CPS;

A partir do que aponta a pesquisa sobre a estrutura dos órgãos públicos, exclusivamente, em relação ao aspecto avaliado como contributivo para a implantação das CPS no Brasil uma informação é válida para este momento. Pressupõe-se que os órgãos públicos na atualidade dispõem de recursos para fins de capacitação, então, a ida dos gestores públicos a eventos é condicionada ao convite ou a livre iniciativa do servidor. Quer dizer, não está diretamente relacionada com a infraestrutura interna ao órgão, é bem individual, não confere diretamente a estrutura dos órgãos.

Ou seja, os aspectos que dificultam a implantação das CPS no Brasil identificados na pesquisa em relação à estrutura dos órgãos públicos federais prevalecem sobre os que contribuem. São diversos como explicita as informações acima e representam ameaça ao processo em desenvolvimento de inclusão do meio social e ambiental nas contratações públicas. Por isso, recomenda-se uma revolução na estrutura dos órgãos federais no que diz respeito à infraestrutura em prol da implantação das Compras Públicas Sustentáveis nos órgãos públicos federais brasileiros.

A maioria dos órgãos não ter prévio diálogo com os fornecedores indica contraposição a positiva experiência do FNDE exposta nesta pesquisa. Apesar da realidade adversa dos órgãos públicos oposta ao melhor para a implantação das CPS, esta pesquisa constata que órgãos públicos que realizam prévio contato com os fornecedores facilitam o processo de implantação das CPS. Então, recomenda-se que o Estado deve dialogar com o setor produtivo e de prestação de serviços sobre a nova demanda do governo por produtos definidos como sustentáveis. Bem como, sugere-se indicar para as empresas e as indústrias a forma para atender aos critérios de sustentabilidade ambiental e social que podem ser inclusos nas compras governamentais. Ao fazer isso, o Estado cria condições para reverter este quadro de déficit estrutural e auxilia no processo de implantação das CPS no Brasil.

Outra sugestão é para os órgãos públicos melhorarem o percentual de publicidade das informações sobre as CPS nos próprios sítios eletrônicos. Recomenda-se também instruir os órgãos a planejar, selecionar funcionários e organizar equipes como forma de possibilitar melhores condições para implantar as CPS. Constata-se que a maioria dos órgãos não possui

uma estrutura física específica para implantar as Compras Públicas Sustentáveis, então, recomenda-se que os órgãos invistam num ambiente exclusivo composto por uma equipe bem informada para a implantação das CPS.

O Plano de Gestão de Logística Sustentável é uma exigência de lei e comprova-se nesta pesquisa que existe em menos da metade dos órgãos. Conclui-se que o percentual é baixo e sugere-se que o Estado Brasileiro crie meios para que os órgãos públicos elaborem seus PGLS. Tendo em vista que o prazo para elaboração do mesmo já foi prorrogado por duas vezes em distintas Portarias e o citado Plano é básico para a implantação das CPS no Brasil. A falta de oferta de curso nos órgãos públicos é comprovada na percepção dos gestores de compras. Então, conclui-se que prevalece nos órgãos públicos a falta de compromisso com a formação dos gestores de compras públicas em relação à correta inclusão de critérios de sustentabilidade ambiental e social nas compras do governo. Na percepção desta pesquisa, recomenda-se implantar as CPS no Brasil em 100% dos órgãos públicos federais.

Pouco patrocínio para a realização de eventos sobre Compras Públicas Sustentáveis é apontado como fator que dificulta a implantação das CPS. Conclui-se que o percentual de órgãos que patrocinam a realização de eventos pouco representa. Com isso, sugere-se mais patrocínio, visto que, para esta pesquisa os eventos são considerados ambientes favoráveis para disseminar as experiências bem sucedidas no âmbito nacional e global, além de expor para os gestores de compras públicas as novas tendências globais. Outra recomendação é melhorar na política interna dos órgãos o diálogo e a sintonia entre o setor jurídico e o de compras para orientar a inserção dos critérios de sustentabilidade nos editais.

Sobre o problema de pesquisa conclui-se que a implantação das CPS no Brasil ainda não possibilitaram gestores e órgãos que totalmente valorizam o meio ambiente, há de melhorar. Isso, apesar da percepção otimista dos gestores de compras para o futuro da CPS no Brasil.

Diante de tantas conclusões e recomendações eis a questão. Quais são os reais benefícios das Compras Públicas Sustentáveis frente à corrupção Estatal? Como mensurar os benefícios sociais e ambientais das CPS se entrar na pauta os desvios bilionários como o recente escândalo da Petrobrás. Tudo de positivo para as CPS nesta pesquisa é válido. Mas é o momento de sugerir, além de novas políticas e programas para as CPS, uma reforma geral da

política brasileira com maior participação e empoderamento social. É necessário modificar o quadro de desvio de verbas públicas e desenvolver instrumentos que previna de forma efetiva a corrupção. Já bastam os desafios estruturais e humanos. Com isso, a implantação das CPS no Brasil torna-se um desafio ainda maior.

Sobre a experiência do SRP/FNDE, conclui-se que o nível de planejamento atribuído às compras deste órgão é exemplar, e de acordo com a diretora da (Dirad/FNDE) “O próprio Ministério da Saúde já tem comprado de forma centralizada e compartilha a gestão dos seus contratos com os demais hospitais federais”. Pode perceber que a estrutura do Ministério da educação é semelhante a do Ministério da Saúde, e isto pode facilitar a adaptação do SRP/FNDE. Contudo, recomenda-se que o modelo gerencial de compras compartilhadas do FNDE seja, na medida do possível, adaptado a realidade dos órgãos da APF brasileira.

10 REFERÊNCIAS

BETIOL, Luciana Stocco. O papel das compras públicas na busca por um desenvolvimento sustentável. Cadernos Adenauer XIII (2012) edição especial, Rio de Janeiro, p. 77-90, 2012. Disponível em <<http://www.kas.de/wf/doc/7350-1442-5-30.pdf>> acesso em 08/06/2014.

BOTELHO, Joacy Machado; DA CRUZ, Vilma Aparecida Gimenes. **Metodologia científica**: São Paulo – Editora Pearson, 2013.

BURSZTYN, Maria Augusta; BURSZTYN, Marcel. Fundamentos de Política e Gestão Ambiental: caminhos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

BRASIL. Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

_____. **Lei nº 10.520**, de 17 de julho de 2002. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10520.htm acesso em 15/09/2011> acesso em 18/11/2013.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Processo de Marrakesh**. MMA, [S.l.]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/plano-nacional/processo-de-marrakesh>>. Acesso em: 12/09/2014.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de ação para produção e consumo sustentável**. MMA, Brasília. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/arquivos/saic_iv_frum_a3p_36.pdf. Acesso em: 01.10.2014.

_____. **Agenda 21 brasileira**: resultado da consulta nacional. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

_____. **Instrução Normativa SLTI/MPOG no 01**, de 19 de janeiro de 2010.

_____. **Guia de Compras Públicas Sustentáveis para a Administração Federal**. Brasília, 2010h. Disponível em <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wp-content/uploads/2010/06/Cartilha.pdf>>. Acesso em 02/03/2013.

_____. **Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011

_____. **Decreto nº 7.746**, de 5 de junho de 2012.

_____. **Instrução Normativa SLTI/MPOG no 10**, de 12 de novembro de 2012.

_____. **Informações gerenciais de contratações públicas sustentáveis** (janeiro a dezembro de 2012), 2012. Disponível em: <[file:///C:/Users/Asus/Downloads/03-01_a_12_informativo-comprasnet_comprassustentaveis%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Asus/Downloads/03-01_a_12_informativo-comprasnet_comprassustentaveis%20(1).pdf)>. Acesso em: 11/09/2014.

_____. **Informações gerenciais de contratações públicas sustentáveis** (janeiro a dezembro de 2013), 2013. Disponível em:

<http://www.comprasgovernamentais.gov.br/arquivos/estatisticas/01_a_10_informativo_comprasnet_compras_sustentaveis_2013.pdf>. Acesso em: 11/09/2014.

_____. **Informações gerenciais de contratações e compras públicas** (janeiro a março de 2014), 2014. Disponível em: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/arquivos/estatisticas/01-informativo-comprasnet-dados-gerais-jan-a-mar-_v2.pdf>. Acesso em 12/09/2014.

CARVALHO, Daniela Gomes de. Licitações sustentáveis, alimentação escolar e desenvolvimento regional: uma discussão sobre o poder de compra governamental a favor da sustentabilidade. **Planejamento e políticas públicas, IPEA**, Brasília, v. 1, nº 32, p. 115-147, 2009. Disponível em < <https://desafios.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/12>> acesso em 08/08/2014.

CNUMAD, CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO. Agenda 21. Rio de Janeiro: CNUMAD, 1992.

COMPRASNET, disponível em <<http://www.comprasnet.gov.br/>>, acesso em 22/09/2013.

CSJT, CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO. **Guia de inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações da Justiça do Trabalho**. Brasília, 2012a. Disponível em: < http://www.csjt.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=98bda927-99d0-46cf-a193-0863d3f13c3a&groupId=955023>. Acesso em 02/03/2013.

DA SILVA, R. C; BARKI, Teresa Villac Pinheiro. Compras públicas compartilhadas: a prática das licitações sustentáveis. **Revista do Serviço Público**, v. 63, n. 2, abr.-jun., p. 157-175, 2012. Disponível em < <http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/93/89>> acesso em 08/08/2014.

DE MOURA, Adriana Maria Magalhães. O papel das compras públicas sustentáveis na economia verde. **Revista desafios do desenvolvimento**, Ipea, Brasília, ano 9 – nº 72, p. 36, 2012.

DE MOURA, Adriana Maria Magalhães. As compras públicas sustentáveis e sua evolução no Brasil. **Boletim regional, urbano e ambiental**, Ipea, Brasília, 2ª edição jan. – jun., p. 23-33, 2013.

EBC. Pnuma lança projeto para incentivar compras públicas sustentáveis. EBC, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/especiais/rio20/noticias/pnuma-lanca-projeto-para-incentivar-compras-publicas-sustentaveis/>>. Acesso em 21/08/2014.

FREITAS, Thiago. Aquisições públicas sustentáveis: o princípio da sustentabilidade encarado para além da questão ambiental. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 83-94, jan./jun. 2012. Disponível em: < <http://publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/RBPP/article/view/1678>>. Acesso em: 08.08.2014.

GUIA de Compras Públicas Sustentáveis: ICLEI, 2ª Ed. São Paulo, 2008.

GUIA Prático de Licitações Sustentáveis da Consultoria Jurídica da União no Estado de São Paulo: AGU, 3ª ed. São Paulo, 2013.

GUIA de Inclusão dos Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho: TST, 1ª ed. Brasília, 2012.

CSJT, CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO. **Guia de inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações da Justiça do Trabalho**. Brasília, 2012a. Disponível em: < http://www.csjt.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=98bda927-99d0-46cf-a193-0863d3f13c3a&groupId=955023>. Acesso em 20/01/2014.

ICLEI, INTERNATIONAL COUNCIL FOR LOCAL ENVIRONMENTAL INITIATIVES. Fomentando Compras Públicas Sustentáveis no Brasil. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.iclei.org/index.php?id=7089>>. Acesso em 12/09/2012.

LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS. **Experiências internacionais**, [S.I.], 2014. Disponível em: <http://www.licitacoessustentaveis.com/search/label/Experi%C3%Aancias%20internacionais>. Acesso em: 13.09.2014.

LEI nº 12.349/2010. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2010/Lei/L12349.htm, acesso em 14/12/2012.

MORIN, Edgar. Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2000.

O GLOBO. **12 bilhões de pessoas em 2100**. GLOBO, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/populacao-mundial-pode-chegar-12-bilhoes-de-pessoas-em-2100-13981294>>. Acesso em: 01/10/2014.

PÁGINA 22. **Cartão na Coréia do Sul incentiva consumo verde**. PÁGINA, [S.I.], 2012. Disponível em: <http://www.pagina22.com.br/index.php/2012/08/cartao-na-coreia-do-sul-incentiva-consumo-verde/>>. Acesso em: 07/10/2014.

PAZ, Jorge García. Las compras verdes, una práctica sustentable y ecológica: posibilidad de su aplicación en el Perú. **Revista Contabilidad y Negocios**, v. 4, nº 7, p. 39-52, 2009. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/contabilidadyNegocios/article/view/637>>. Acesso em: 08/08/2014.

PNUMA, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. **Processo de Marrakesh**. [S.I.], 2014a. Disponível em: <<http://www.pnuma.org.br/interna.php?id=53>>. Acesso em 12.09.2014.

PNUMA, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. **Trilhões de dólares em compras públicas vão deixar mercados mais sustentáveis**. [s.d.], 2014b. Disponível em: <http://www.pnuma.org.br/comunicados_detalhar.php?id_comunicados=278>. Acesso em: 19/08/2014.

PORTILHO, Fátima; RUSSO, Fátima Ferreira. Processo de Marrakech: O consumo sustentável visto pelos organismos internacionais. **IV Encontro Nacional da ANPPAS**.

2008. Brasília. Disponível em: < <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT13-413-412-20080510231242.pdf>>. Acesso em: 30/09/2014.

REDE BRASIL. **Brasil e outros 19 países fecham acordo por compras públicas sustentáveis.** REDE, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/rio-20-novo-modelo-de-desenvolvimento-ou-velhos-discursos/brasil-e-outros-19-paises-fecham-acordo-por-compras-publicas-sustentaveis>>. Acesso em: 12/09/2014.

ROVISCO, Ana Catarina Abreu dos Santos. **Compras públicas ecológicas desenvolvimento de uma metodologia para promover sua implementação em Portugal.** Dissertação (Mestrado em Engenharia do Ambiente). Lisboa, 2008. Disponível em: http://run.unl.pt/bitstream/10362/1463/1/Rovisco_2008.pdf. Acesso em: 24/04/2014.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

SÃO PAULO. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de Outubro de 1988. 28ª Ed., Organizador: Alexandre de Moraes, ATLAS, 2007.

SILVA, Jose Jaílson; GUIMARÃES, Patrícia Borba Vilar; SILVA, Eva Cristina. **COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: ASPECTOS LEGAIS, GERENCIAIS E DE APLICAÇÃO. Registro Contábil**, v. 3, n. 1, p. 45-61, 2012. Disponível em < <http://www.seer.ufal.br/index.php/registrocontabil/article/view/549/313>> acesso em 08/08/2014.

TEIXEIRA, Maria Fernanda de Faria Barbosa. **Desafios e oportunidades para a inserção do tripé da sustentabilidade nas contratações públicas:** um estudo dos casos do Governo Federal Brasileiro e do Governo do Estado de São Paulo. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

VALENTE, Manoel Adam Lacayo. Marco legal das licitações e compras sustentáveis na administração pública. **Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados**, Brasília, 2011. Disponível em < http://www.awmconsultoria.com.br/rota_licitacoes/Compras%20Sustent%C3%A1veis%20-%20Manoel%20Adam%20Lacayo%20Valente.pdf>. Acesso em 08/08/2014.

WRIGHT, James Terence Coulter; GIOVINAZZO, Renata Alves. Delphi: uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo. **Caderno de pesquisas em administração**, v. 1, n. 12, p. 54-65, 2000. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?q=DELPHI+%E2%80%93+Uma+ferramenta+de+apoio+ao+planejamento+prospectivo+&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5. Acesso em: 09/03/2014.

ANEXOS

Anexo A

Questionário da primeira aplicação da pesquisa

Pesquisa de mestrado em Compras Públicas Sustentáveis

Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável – Nível mestrado acadêmico – Política e Gestão da Sustentabilidade.

Este questionário tem a finalidade de coletar dados junto a especialistas da área de compras públicas, cujo objetivo é viabilizar a conclusão de pesquisa de mestrado na área de política e gestão da sustentabilidade do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

Prezado Especialista,

Nesta pesquisa aplica-se o método Delphi com o objetivo de obter consenso de opinião de especialistas em compras públicas, por isso, a participação de Vossa Senhoria é extremamente importante. Por favor, responda o questionário a seguir, o qual contempla um conjunto de perguntas sobre a temática de Compras Públicas Sustentáveis (CPS). O método pressupõe que o julgamento coletivo devidamente organizado é melhor do que a opinião de apenas um indivíduo.

O anonimato do especialista, bem como o de suas respostas é garantido.

Atenciosamente,

Cleison Martins de Brito, mestrando em Desenvolvimento Sustentável do CDS/UnB.

e-mail: cleisonead@gmail.com, telefone celular: (61) 8419-1914

***Obrigatório**

Nome completo: *

Primeira categoria

e-mail:

Cargo/função:

Tempo de experiência com compras públicas: *

anos:

Sigla do órgão (UF):

Pertence à esfera Federal: *

() sim

não

Grau de instrução: *

- Fundamental
- Médio
- Superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

Segunda categoria

Segundo a SLTI/MP (2013), a participação das Compras Públicas Sustentáveis no total das compras governamentais foi a seguinte: (2010 = 0,02%) - (2011 = 0,03%) - (2012 = 0,055%) - (2013 = 0,059%) - (2014 = X). *

Na sua perspectiva, em 2015, este percentual será quanto? Se possível justifique sua resposta.

Conforme a SLTI/MP (2013), os processos de Compras Públicas Sustentáveis (CPS) para adquirir bens realizado por meio da modalidade Pregão Eletrônico corresponderam a: (2010 = 37%) - (2011 = 47%) - (2012 = 57%) - (2013 = 63%) - (2014 = X). *

Na sua percepção, em 2015, este percentual será de quanto? Se possível justifique sua resposta.

De acordo com a SLTI/MP (2013), o valor aproximado, das Compras Públicas Sustentáveis por meio da modalidade Pregão Eletrônico evoluiu da seguinte forma: (2010 = R\$ 12 milhões) - (2011 = R\$ 14 milhões) - (2012 = R\$ 40 milhões) - (2013 = R\$ 42 milhões) - (2014 = X). *

Na sua percepção, em 2015, este valor deve ser de quantos milhões? Se possível justifique sua resposta.

Na análise de dados da SLTI/MP (2013), o valor aproximado, das Compras Públicas Sustentáveis realizadas por Micro Empresas evoluiu da seguinte forma: (2010 = R\$ 5 milhões) - (2011 = R\$ 7,5 milhões) - (2012 = R\$ 17,5 milhões) - (2013 = R\$ 24 milhões) - (2014 = X). *

Na sua percepção, em 2015, qual será o valor em milhões contratados por meio das Micro Empresas? Se possível justifique sua resposta.

Conforme os dados da SLTI/MP (2013), o valor aproximado, das Compras Públicas Sustentáveis - (CPS) realizadas por Pequenas Empresas evoluiu da

seguinte forma: (2010 = R\$ 2 milhões) - (2011 = R\$ 3,5 milhões) - (2012 = R\$ 5 milhões) - (2013 = R\$ 10,5 milhões) - (2014 = X). *

Na sua percepção, em 2015, qual será o valor em milhões contratados pelas Pequenas Empresas? Se possível justifique sua resposta.

Segundo a SLTI/MP (2013), os três órgãos da Administração Pública Federal com maior valor nas CPS no ano de 2013 foram o Ministério da Educação, da Defesa e da Previdência Social, contratando, respectivamente, R\$ 12 milhões, R\$ 8 milhões e R\$ 6,5 milhões, aproximadamente, o que corresponde a 65% do total. *

Em sua opinião, em 2015, as aquisições destes três órgãos corresponderão a quantos por cento? Se possível justifique sua resposta.

Terceira categoria

De acordo com a SLTI/MP (2013), no Catálogo de Materiais do SIASG – CATMAT já existem 550 itens classificados e definidos com critérios de sustentabilidade. Contudo, (Papel A4 = 31%) - (Aparelho de ar condicionado = 16%) e (Copo descartável = 12%), corresponderam a 59% do total, sendo os três materiais classificados e definidos como sustentáveis mais adquiridos. *

Tendo em vista a evolução das CPS, em sua opinião, estes três bens, em 2015, vão corresponder a quantos por cento? Se possível justifique sua resposta.

Indique a importância da realização de pesquisas com o objetivo final de desenvolver tecnologia, inovação e, consecutivamente, mais itens classificados e definidos com critérios sustentáveis. *

Tendo como referência: (1= irrelevante) - (2= pouco importante) - (3= importante) - (4= muito importante) - (5= importantíssimo). Responda.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

Conforme pesquisa do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo - FGV-SP, (2012), “servidores públicos no Brasil entendem que haver conhecimento e expertise são os aspectos primordiais para a ocorrência de CPS”. *

Na sua percepção, o seu conhecimento e a sua expertise em relação à execução de CPS esta em quantos % numa escala de 0 a 100. Tendo como referência: (0% = péssimo) - (25% = ruim) - (50% = regular) - (75% = bom) - (100% ótimo). Responda.

- 0%
- 25%

- 50%
- 75%
- 100%

Entre as medidas expostas, aponte as duas (2) que considere mais eficazes para efetivar as CPS como política pública no curto prazo. *

- realizar eventos (cursos, seminários, fóruns, encontros, treinamentos);
- unificar as políticas e normas relativas às CPS;
- usar os guias e manuais de CPS para orientar os editais licitatórios;
- desenvolver tecnologias para inovar e diminuir o preço dos produtos sustentáveis;
- propor políticas e normas organizacionais alternativas as existentes para adequar as CPS a realidade do mercado;
- prévio diálogo entre o governo e fornecedores para sinalizar para as empresas a atual demanda sustentável do Estado.

Segundo Teixeira (2013), a falta de capacitação é um dos desafios para a implantação das CPS no Brasil. *

Você se sente capacitado para incluir critérios de sustentabilidade nos Editais de compras públicas.

- sim
- não

O Órgão no qual você trabalha publica no sítio eletrônico da instituição informações sobre Compras Públicas Sustentáveis. *

- sim
- não

O Órgão no qual você trabalha possui uma comissão, equipe ou grupo de trabalho específico para desenvolver a implantação das CPS. *

- sim
- não

O Órgão no qual você trabalha possui uma estrutura física específica para implantar as compras públicas sustentáveis. *

- sim
- não

O Decreto n. 7.746/2012, no seu art. 16, determina que os órgãos da Administração Pública Federal implantem o Plano de Gestão de Logística *

Sustentável (PGLS), os prazos para implantar os planos, citados pela Instrução Normativa 10, de 2012, bem como na Portaria 10/2013, ambas da SLTI/MP, estão vencidos. *

O órgão no qual você trabalha possui o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

- sim
- não

O órgão que você trabalha oferece cursos de formação na área de Compras Públicas Sustentáveis. *

- sim
- não

O órgão no qual você trabalha patrocina a realização de eventos sobre CPS (seminários, encontros, fóruns, cursos, entre outros). *

- sim
- não

O órgão no qual você trabalha apoia e financia a ida dos servidores a eventos sobre CPS. *

- sim
- não

O setor jurídico do órgão no qual você trabalha dialoga para orientar o setor de compras públicas a inserir os critérios de sustentabilidade nos editais. Você percebe sintonia entre jurídico e compras. *

- sim
- não

O órgão no qual você trabalha, antes de iniciar o processo licitatório, tem prévio contato (diálogo) com as empresas fornecedoras para sinalizar a nova demanda do governo por produtos sustentáveis. *

- sim
- não

Você se sente seguro tecnicamente para inserir os critérios de sustentabilidade nos editais de compras públicas do seu órgão. *

- sim
- não

Você já participou de algum evento: curso de aperfeiçoamento, encontro, seminário, fórum, entre outros, sobre CPS. *

- sim
- não

Você conhece algum guia e/ou manual prático de CPS elaborado pelos órgãos da Administração Pública Federal?. *

- sim
- não

Você já usou os guias e manuais práticos de CPS elaborados por órgãos da Administração Pública Federal para orientar a inclusão de critérios de sustentabilidade nas compras públicas do órgão no qual trabalha. *

- sim
- não

Você já produziu pelo menos um edital com a inclusão de critérios de sustentabilidade e efetivou a contratação, adquiriu o bem ou serviço classificado e definido como sustentável. *

- sim
- não

“É provável que os critérios culturais estejam presentes, porém, implícitos nos critérios sociais” BRITO (2014).*

Você acredita ser necessário e possível incluir critérios culturais nos editais licitatórios como meio de valorizar as práticas de artesanato, culinária, matéria-prima local, bem como fortalecer ações de pertencimento.

- sim
- não

De acordo com a sua opinião, indique o quanto é importante para os órgãos públicos realizarem prévio estudo de mercado, bem como prévio diálogo por meio, por exemplo, de audiências públicas com o setor produtivo. Isso, para sinalizar para as indústrias e as empresas a demanda do governo por produtos/serviços classificados e definidos com critérios de sustentabilidade. *

Tendo como referência: (1= irrelevante) - (2= pouco importante) - (3= importante) - (4= muito importante) - (5= importantíssimo). Responda:

- 1

2

3

4

5

[Enviar]

Nunca envie senhas em Formulários Google.

Anexo B

Questionário (Reaplicação da pesquisa)

Como informado no primeiro questionário o método utilizado nesta pesquisa é o Delphi, e um dos seus requisitos é aplicar as perguntas abertas do questionário pelo menos duas vezes para adquirir o maior consenso possível entre os especialistas. Então, o resultado parcial da pesquisa está sendo disponibilizado para que ciente da percepção geral você responda as **7 (sete) perguntas abertas da Reaplicação do questionário**. O método Delphi solicita que seja apresentado o valor da mediana que é o resultado principal utilizado na pesquisa, bem como o quartil inferior e o quartil superior, que são, respectivamente, o valor equivalente a posição de 25% (inferior) e o valor equivalente a posição de 75% (superior) dos resultados apresentados na pesquisa.

A seguir o resultado parcial da Pesquisa de mestrado sobre Compras Públicas Sustentáveis.

Instruções: Leia os seguintes resultados e, por favor, no outro e-mail que envio a seguir denominado **Reaplicação do questionário**, responda as 7 sete questões propostas.

1- Segundo a SLTI/MP (2013), a participação das Compras Públicas Sustentáveis no total das compras governamentais foi a seguinte: (2010 = 0,02%) - (2011 = 0,03%) - (2012 = 0,055%) - (2013 = 0,059%) - (2014 = X) – (2015 = 0,07%).

Na sua perspectiva, em 2015, este percentual será quanto? Se possível justifique sua resposta.

O resultado apresentado para a **questão 1** foi o seguinte:

Mediana= 0,07% - Quartil inferior= 0,065% - Quartil superior= 0,085%.

Dada a participação das Compras Públicas Sustentáveis no total das compras governamentais em 2013, que foi de 0,059%, percebe-se que a porcentagem indicada pela

maioria que é a mesma da mediana, 0,07%, mostra que os especialistas em compras governamentais projetam o crescimento para 2015 de 0,011%.

Principais Justificativas dos especialistas: O crescimento é lento; Acima de 0,0X% devido à expansão de uma nova política de CPS; Tendo em vista a obrigatoriedade de se adotar critérios sustentáveis em todas as licitações, nos casos que couber; A proporção das compras sustentáveis em relação ao total das compras governamentais tende a aumentar em decorrência do acompanhamento dos órgãos de controle, das mudanças na legislação e da cultura, que está seja motivada, entre outras.

2- Conforme a SLTI/MP (2013), os processos de Compras Públicas Sustentáveis (CPS) para adquirir bens realizado por meio da modalidade Pregão Eletrônico corresponderam a: (2010 = 37%) - (2011 = 47%) - (2012 = 57%) - (2013 = 63%) - (2014 = X) – (2015 = 70%).

Na sua percepção, em 2015, este percentual será de quanto? Se possível justifique sua resposta.

O resultado apresentado para a **questão 2** foi o seguinte:

Mediana= 70% - Quartil inferior= 69% - Quartil superior= 80%.

Com isso, a porcentagem de processos de Compras Públicas Sustentáveis realizados para adquirir bens por meio da modalidade Pregão Eletrônico que em 2013 foi de 63%, na percepção dos especialistas vai aumentar em 7% indo para 70% em 2015.

Principais Justificativas dos especialistas: A cada ano cresce o uso da modalidade de pregão eletrônico; Pois, é um processo mais fácil de contratação e em geral atende às necessidades de compras da maioria dos órgãos; A previsão deve ser acima de X%, devido à conscientização dos gestores de compras, através de seminários sobre o tema; Para ampliar maior concorrência, entre outras.

3- De acordo com a SLTI/MP (2013), o valor aproximado, das Compras Públicas Sustentáveis por meio da modalidade Pregão Eletrônico evoluiu da

seguinte forma: (2010 = R\$ 12 milhões) - (2011 = R\$ 14 milhões) - (2012 = R\$ 40 milhões) - (2013 = R\$ 42 milhões) - (2014 = X) - (2015 = R\$ 50 milhões).

Na sua percepção, em 2015, este valor deve ser de quantos milhões? Se possível justifique sua resposta.

O resultado apresentado para a **questão 3** foi o seguinte:

Mediana= R\$ 50 milhões - Quartil inferior= R\$ 45 milhões - Quartil superior= R\$ 53,5 milhões.

Tendo em vista que em 2013 o valor aproximado foi de R\$ 42 milhões e a projeção dos especialistas apontam para o valor de R\$ 50 milhões em 2015, então, teremos um aumento de R\$ 8 milhões em dois anos.

Principais Justificativas dos especialistas: Manterá um patamar um pouco acima do ano passado, haja vista a restrições orçamentárias do governo federal em 2014; Acima de R\$ XX milhões, devido à maior conscientização sobre CPS e sua importância para o governo e o desenvolvimento social; Deve atingir a faixa dos R\$ XX milhões, em razão da celeridade e economicidade que se tem na modalidade de Pregão Eletrônico, entre outras.

4- Na análise de dados da SLTI/MP (2013), o valor aproximado, das Compras Públicas Sustentáveis realizadas por Micro Empresas evoluiu da seguinte forma: (2010 = R\$ 5 milhões) - (2011 = R\$ 7,5 milhões) - (2012 = R\$ 17,5 milhões) - (2013 = R\$ 24 milhões) - (2014 = X) - (2015 = R\$ 30 milhões).

Na sua percepção, em 2015, qual será o valor em milhões contratados pelas Micro Empresas? Se possível justifique sua resposta.

O resultado apresentado para a **questão 4** foi o seguinte:

Mediana= R\$ 30 milhões - Quartil inferior= R\$ 28,5 milhões - Quartil superior= R\$ 40 milhões.

Em 2013, o valor foi de R\$ 24 milhões, e os especialistas apontam para 2015 o valor de R\$ 30 milhões, então, em dois anos, teremos um aumento de R\$ 6 milhões nas aquisições sustentáveis por meio das Micro Empresas.

Principais Justificativas dos especialistas: XX milhões, porque a série histórica tem mostrado uma alta taxa de participação das microempresas neste segmento; Com os benefícios vigentes essa participação, acredito, tende a aumentar; A evolução deve-se ao impacto da aplicação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, aliado às facilidades de participação das licitações por meio do pregão eletrônico; Devido à nova lei complementar nº 147/2014, a qual incentiva ainda mais a aquisição de bens e contratação de serviços através de ME e EPP, entre outras.

5- Conforme os dados da SLTI/MP (2013), o valor aproximado, das Compras Públicas Sustentáveis - (CPS) realizadas por Pequenas Empresas evoluiu da seguinte forma: (2010 = R\$ 2 milhões) - (2011 = R\$ 3,5 milhões) - (2012 = R\$ 5 milhões) - (2013 = R\$ 10,5 milhões) - (2014 = X) – (2015 = R\$ 15 milhões).

Na sua percepção, em 2015, qual será o valor em milhões contratados pelas Pequenas Empresas? Se possível justifique sua resposta.

O resultado apresentado para a **questão 5** foi o seguinte:

Mediana= R\$ 15 milhões - Quartil inferior= R\$ 13 milhões - Quartil superior= R\$ 19 milhões.

Então, o valor das Compras Públicas Sustentáveis realizadas por meio das Pequenas Empresas que em 2013 foi, aproximadamente, de R\$ 10,5 milhões. Para 2015, conforme os especialistas em compras públicas o valor será de R\$ 15 milhões o que gera um aumento de R\$ 4,5 milhões em dois anos.

Principais Justificativas dos especialistas: XX milhões, pois, as Pequenas Empresas também possuem benefícios relativos a impostos; XX milhões, em razão dos cursos que o SEBRAE disponibiliza para que as ME e EPP, possam se adequar a nova realidade de

compras públicas; A alteração da Lei 123 pela Lei 147 é o principal motivador para a evolução das contratações de ME/EPP; XX milhões, pois, as pequenas empresas estão aumentando e se tornam mais competitivas quanto às maiores empresas, entre outras.

6- Segundo a SLTI/MP (2013), os três órgãos da Administração Pública Federal com maior valor nas CPS no ano de 2013 foram o Ministério da Educação, da Defesa e da Previdência Social, contratando, respectivamente, R\$ 12 milhões, R\$ 8 milhões e R\$ 6,5 milhões, aproximadamente, o que corresponde a 65% do total.

Em sua opinião, em 2015, as aquisições destes três órgãos corresponderão a quantos por cento? Se possível justifique sua resposta.

O resultado apresentado para a **questão 6** foi o seguinte:

Mediana= 70% - Quartil inferior= 65% - Quartil superior= 72%.

Então, se em 2013 o percentual destes três órgãos ficou em 65% e a mediana aponta para uma percepção de 70%, teremos para 2015, segundo o resultado deste Gráfico um aumento de 5%.

Principais Justificativas dos especialistas: Deve ter um percentual crescente, em razão das compras compartilhadas; A tendência é de que o Governo Central (Executivo) exigirá cada vez mais que as compras sejam feitas com sustentabilidade, sendo assim, acredito que seja de XX%; XX%, as alterações da legislação e a expertise desenvolvida pelos órgãos é o principal motivador para o aumento do percentual; XX% acho que a prática tende a se pulverizar, entre outras.

7- De acordo com a SLTI/MP (2013), no Catálogo de Materiais do SIASG – CATMAT já existem 550 itens classificados e definidos com critérios de sustentabilidade. Contudo, (Papel A4 = 31%) - (Aparelho de ar condicionado = 16%) e (Copo descartável = 12%), corresponderam a 59% do total, sendo os três materiais classificados e definidos como sustentáveis mais adquiridos.

Tendo em vista a evolução das CPS, em sua opinião, estes três bens, em 2015, vão corresponder a quantos por cento? Se possível justifique sua resposta.

O resultado apresentado para a **questão 7** foi o seguinte:

Mediana= 67% - Quartil inferior= 52,5% - Quartil superior= 70%.

Quando organizadas estas porcentagens acusam que a mediana é 67%, o quartil inferior 52,5% e o quartil superior 70%. Em 2013, a porcentagem correspondeu a 59%, para 2015, os especialistas apontam para a mediana de 67%, então, de acordo com eles haverá um aumento de 8%.

Principais Justificativas dos especialistas: XX%, pois a tendência com o uso de ferramentas eletrônicas de tramitação de processos é a redução do consumo de papel. A conscientização quanto ao consumo sustentável fará com que seja reduzida a quantidade de copos descartáveis e as novas licitações para compras de aparelhos de ar-condicionado estabelecerão critérios mais sustentáveis, como menor gasto de energia e maior capacidade; A tendência é diminuir em razão da busca de outras iniciativas mais ecológicas, para contenção do consumo desses bens; Esses itens corresponderão a XX%, pois são estes os mais fáceis de definir de forma objetiva nos termos de referência e que o mercado mais está preparado para oferecer; São itens comuns na aquisição de todos os demais órgãos, que já estão bem definidos como sustentáveis, desta forma já é quase um critério obrigatório sua aquisição; Entendo que deverá permanecer nesse patamar, uma vez que o conhecimento melhor do tema, levarão a aquisição de maior diversidade de materiais.

Anexo C

Roteiro da entrevista semiestruturada aplicada a Diretora de Administração do FNDE.

Pergunta 1 – Quando e como surgiu o modelo gerencial de Registro de Preços Nacional – RPN desenvolvido pelo FNDE.

Pergunta 2 - Explique como funciona a gestão compartilhada de compras públicas no modelo de Registro de Preços Nacional – RPN desenvolvido pelo FNDE.

Pergunta 3 – Explique o objetivo de cada uma das etapas do modelo Registro de Preços Nacional do FNDE.

Pergunta 4. Na estratégia de compras públicas do FNDE conhecer o mercado é fundamental para obter sucesso. Aponte as principais vantagens desse procedimento de prévio diálogo com os fornecedores.

Pergunta 5 - Como é realizado o controle de qualidade? Fale do antes, do durante e do depois.

Pergunta 6 - Como são divididas as responsabilidades do controle de qualidade entre o FNDE e os demais entes da federação?

Pergunta 7 - Em sua opinião, quais são as principais contribuições do modelo de gestão RPN/FNDE para a inclusão de critérios de sustentabilidade nas compras públicas?

Pergunta 8 - Você acredita que este modelo de gestão RPN-FNDE de compras públicas pode ser adaptado a realidade de outros órgãos federais.

Pergunta 9 – Qual é a importância do prévio contato com os fornecedores para o desenvolvimento de produtos e serviços definidos com critérios de sustentabilidade.

Pergunta 10 - Olha, estamos chegando aqui ao final da entrevista, e assim, uma das experiências mais bacanas que eu percebi no FNDE foi a questão do transporte escolar, mais especificamente, do ônibus escolar. Eu gostaria que você falasse assim de forma resumida como nasceu essa proposta, como surgiu esse pensamento em relação a questão dos ônibus

que trouxe várias especificações, tanto de acessibilidade, mudança na estrutura dos ônibus, etc. Fale um pouco dessa experiência, por favor!